

**UNIVERSIDADE ABERTA**



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)

**Representações Mediáticas da União Europeia na  
Imprensa Cabo-Verdiana no primeiro semestre de  
2018**

**Nuno Andrade Ferreira**

**Mestrado em Estudos Sobre a Europa**

**2020**



**UNIVERSIDADE ABERTA**



**Representações Mediáticas da União Europeia na  
Imprensa Cabo-Verdiana no primeiro semestre de 2018**

**Nuno Andrade Ferreira**

**Mestrado em Estudos Sobre a Europa**

**Dissertação orientada pela  
Professora Doutora Maria do Céu Martins Monteiro Marques**

**2020**



## Resumo

A forma como a União Europeia comunica é parte fundamental do seu processo de afirmação na esfera pública, junto dos cidadãos, tanto num plano interno, como externo.

Este trabalho parte da premissa de que os *media* desempenham um papel fundamental na construção das representações que permitem a edificação da imagem da organização.

No plano internacional, o modo e a frequência com que a União Europeia é notícia impacta o seu processo de legitimação e capacidade de ação enquanto ator político global.

Cabo Verde tem na União Europeia um dos seus principais parceiros externos, com relações de cooperação que se estendem a várias áreas, consolidadas ao longo de décadas e consubstanciadas através de diferentes acordos e mecanismos.

O estudo das representações mediáticas da União Europeia na imprensa cabo-verdiana permite verificar com que frequência e de que forma a organização é notícia em Cabo Verde, procurando-se compreender se a centralidade das relações políticas, institucionais e económicas encontra correspondência no espaço mediático cabo-verdiano.

Através da análise de conteúdo aos artigos publicados nas edições *online* e impressa do jornal *Expresso das Ilhas* durante o primeiro semestre de 2018, conclui-se que a União Europeia é objeto de notícia, em diferentes áreas temáticas, e com recurso a diferentes géneros jornalísticos, mas quase sempre com pouca profundidade e contexto.

**Palavras-chave:** União Europeia; Cabo Verde; *media*; jornalismo; representações mediáticas.



## **Abstract**

The way the European Union communicates is a fundamental part of its process of affirmation in the public sphere of internal and external citizens.

This work starts from the premise that the media play a fundamental role in the construction of the representations that allow the building of this organization's image.

At the international level, the manner and frequency of the news of the European Union impacts its legitimation process and its ability to act as a global political actor.

Cape Verde has in the European Union one of its main external partners, with cooperative relations that extend to several areas, consolidated over decades and substantiated through different agreements and mechanisms.

The study of the European Union's media representations in the Cape Verdean press allows to verify how often and how the organization is reported in the news, seeking to understand if the centrality of political, institutional and economic relations is matched in the Cape Verdean media.

Through content analysis of the articles published in the *online* and print editions of *Expresso das Ilhas* during the first half of 2018, it appears that the European Union is the subject of news, in different thematic areas, and using different journalistic genres, but almost always with little depth and context.

**Keywords:** European Union; Cape Verde; media; journalism; media representations.



## **Dedicatória**

Ao meu pai, que fez com as suas mãos a mesa onde esta dissertação foi escrita.



## **Agradecimentos**

Esta dissertação é resultado de um trabalho individual, apoiado por muitos, a quem agradeço:

À Professora Doutora Maria do Céu Marques, pela atenta orientação.

À minha família, pela paciência.

À Media Comunicações, pela abertura.

À União Europeia em Cabo Verde, pela disponibilidade.

A todos quantos investiram alguns minutos do seu tempo em benefício deste projeto.



## Índice

Introdução .....	1
Capítulo 1 - A União Europeia e a forma como é representada e percecionada interna e externamente .....	5
1.1. Comunicar a União Europeia: o desafio .....	7
1.2. A esfera pública enquanto espaço de ação.....	10
1.3. Os <i>media</i> na construção de uma ideia de Europa .....	14
1.3.1. O jornalismo como representação da realidade .....	18
1.4. O reconhecimento da importância de comunicar a União Europeia .....	24
1.5. A União Europeia vista de fora.....	31
1.5.1. A União Europeia aos olhos de África .....	33
Capítulo 2 - União Europeia, África e Cabo Verde .....	37
2.1. Quadro geral da cooperação da União Europeia com o continente africano.....	39
2.2. As relações entre a União Europeia e Cabo Verde .....	45
2.2.1. A importância da Parceria Especial .....	49
2.2.1.1. Mobilidade e readmissão .....	52
2.2.2. Acordo de Pescas .....	55
Capítulo 3 - A União Europeia nas notícias em Cabo Verde – o caso do jornal <i>Expresso das Ilhas</i> .....	57
3.1. Caracterização da investigação .....	59
3.1.1. Perguntas da investigação .....	59
3.1.2. Considerações metodológicas .....	60
3.1.2.1. Categorias de análise .....	63
3.2. O jornal <i>Expresso das Ilhas</i> no contexto mediático cabo-verdiano.....	73
3.3. A União Europeia no jornal <i>Expresso das Ilhas</i> .....	76
3.3.1. Centralidade da União Europeia .....	76
3.3.2. Data de publicação dos artigos .....	78
3.3.3. Secção e âmbito .....	82
3.3.4. Dimensão dos artigos.....	89
3.3.5. Tipo de autor .....	91

3.3.6. Género jornalístico.....	93
3.3.7. Destaque na primeira página.....	96
3.3.8. Temas abordados nos artigos.....	100
3.3.9. Personalidades representantes da União Europeia usadas como fonte de informação.....	105
3.3.10. Tipo de cobertura.....	108
3.3.11. Iconografia representativa da União Europeia.....	110
3.4. O desafio de noticiar a União Europeia em Cabo Verde.....	112
Conclusão.....	117
Bibliografia.....	123
Webgrafia.....	130
Apêndices.....	133

## Índice de quadros

Quadro: 1. - Pilares da Parceria Estratégica .....	51
Quadro: 2. – Números do jornal impresso analisados no estudo.....	61
Quadro: 3. – Centralidade ou não centralidade da União Europeia.....	64
Quadro: 4. – Secções da edição impressa .....	66
Quadro: 5. – Secções da edição <i>online</i> .....	67
Quadro: 6. – Perspetiva dos artigos .....	67
Quadro: 7. – Tipo de autor.....	68
Quadro: 8. – Géneros jornalísticos .....	69
Quadro: 9. – Níveis de destaque na primeira página da edição impressa.....	70
Quadro: 10. – Temas dos artigos .....	71
Quadro: 11. – Personalidades representantes da União Europeia usadas como fonte.....	72
Quadro: 12. – Tipos de cobertura .....	72
Quadro: 13. – Tipologia da iconografia representativa da União Europeia .....	73
Quadro: 14. – Total de artigos publicados no período em análise.....	76
Quadro: 15. – Total de artigos recolhidos.....	76
Quadro: 16. – Número de artigos ‘centrais’ e ‘não centrais’ nas edições impressa e <i>online</i> e total .....	77
Quadro: 17.– Número de artigos por secção na edição impressa, <i>online</i> e totais.....	86
Quadro: 18. – Total de artigos considerados, por edição, para a análise do âmbito da cobertura .....	87
Quadro: 19. – Personalidades externas da União Europeia Usadas como fonte de informação .....	106
Quadro: 20. – Personalidades locais da União Europeia usadas como fonte de informação .....	107
Quadro: 21. – Artigos com iconografia representativa da União Europeia por tipo, em cada edição e total .....	110



## Índice de gráficos

Gráfico: 1.– Centralidade ou não centralidade da União Europeia por edição e total.....	77
Gráfico: 2. – Total de artigos ‘centrais’ face ao total global de artigos publicados pelo jornal .....	78
Gráfico: 3. – Data de publicação dos artigos da edição impressa.....	79
Gráfico: 4. – Data de publicação dos artigos da edição <i>online</i> .....	80
Gráfico: 5. – Data de publicação de publicação dos artigos (total) .....	82
Gráfico: 6. – Secção dos artigos da edição impressa.....	83
Gráfico: 7. – Harmonização da secção dos artigos da edição impressa .....	84
Gráfico: 8. – Secção dos artigos da edição <i>online</i> .....	85
Gráfico: 9. –Comparação dos artigos publicados por secção nas edições impressa e <i>online</i> e total .....	86
Gráfico: 10. – Artigos de âmbito nacional e internacional por edição e total .....	88
Gráfico: 11. – Número de palavras dos artigos da edição impressa .....	89
Gráfico: 12. – Número de palavras dos artigos da edição <i>online</i> .....	90
Gráfico: 13. – <i>Media</i> de palavras dos artigos por edição.....	90
Gráfico: 14. – Tipo de autor por edição e total .....	91
Gráfico: 15. – Artigos por agência de notícias .....	92
Gráfico: 16.– Artigos por género jornalístico na edição impressa .....	93
Gráfico: 17. – Artigos por género jornalístico na edição <i>online</i> .....	94
Gráfico: 18. – Artigos por género jornalístico (total) .....	95
Gráfico: 19. – Nível de destaque de artigos na primeira página (edição impressa) .....	96
Gráfico: 20. – Artigos em destaque por secção perante o total de artigos destacados .....	98
Gráfico: 21. – Artigos em destaque por secção perante o total de artigos dessa secção .....	99
Gráfico: 22. – Temas dos artigos da edição impressa.....	100
Gráfico: 23. – Temas dos artigos da edição <i>online</i> .....	101
Gráfico: 24. – Temas dos artigos (total) .....	102
Gráfico: 25. – Artigos sobre a parceria especial (perante o total de artigos).....	103

Gráfico: 26. – Mobilidade por assunto (perante o total de artigos) .....	104
Gráfico: 27. – Artigos sobre a casa do antigo embaixador da União Europeia em Cabo Verde .....	105
Gráfico: 28. – Artigos com personalidades da União Europeia como fonte de informação (perante o total de artigos) .....	106
Gráfico: 29. – Tipo de cobertura por edição e total .....	108
Gráfico: 30. – Artigos com iconografia da União Europeia por edição e total (perante o total de artigos).....	111

## Índice de figuras

Figura: 1. – Níveis de destaque na primeira página do <i>Expresso das Ilhas</i> .....	70
Figura: 2. – Exemplo de destaque ‘nível 3’ .....	97
Figura: 3. – Exemplo de destaque ‘nível 1’ .....	97
Figura: 4. – Exemplo de destaque ‘nível 2’ .....	98
Figura: 5. – Exemplo de artigo da edição <i>online</i> com elemento iconográfico com representação da União Europeia (personalidades) – Ana Gomes .....	110
Figura: 6. – Exemplo de artigo da edição <i>online</i> com elemento iconográfico com representação da União Europeia (personalidades) – Pinto Teixeira .....	110
Figura: 7. – Exemplo de artigo da edição <i>online</i> com elemento iconográfico com representação da União Europeia (símbolos) - Euro .....	111



## **Siglas e acrónimos**

**ACP** – África, Caraíbas e Pacífico

**CCV** – Centro Comum de Vistos

**CEDEAO** – Comunidade dos Estados da África Ocidental

**CEE** – Comunidade Económica Europeia

**EPA** – Economic Partnership Agreements

**UE** – União Europeia



## **Introdução**

Quando, em 1975, Cabo Verde conquistou a sua independência, muitos consideravam o país como um “Estado improvável”. A escassez de recursos naturais, conjugada com a pequenez geográfica e a condição insular tornavam pouco plausível a viabilidade de um Cabo Verde independente.

Formado por dez ilhas, nove das quais habitadas, e com uma população residente a rondar as 500 mil pessoas, Cabo Verde é uma nação global. O pragmatismo da sua diplomacia e o funcionamento, a partir de 1991, de uma democracia constitucional – citada como um caso de sucesso em África – têm permitido contrariar expectativas e abrir portas, até nos lugares mais improváveis. “Cabo Verde, em matéria de boa governação, apesar de ser um país jovem (...) deu um salto quantitativo e qualitativo que é necessário enaltecer” (Tavares, 2013: 220).

O arquipélago tem sabido tirar partido da sua posição geográfica privilegiada, estrategicamente entre três continentes – África, América, Europa – e de uma situação política estável, contrastante com muitos dos vizinhos continentais africanos, usada como exemplo pelos parceiros.

Apesar de uma aproximação recente ao espaço político e económico da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO) e um aprofundamento das relações com a China, o essencial das relações diplomáticas e comerciais do país ainda passa pela União Europeia (UE) e seus Estados integrantes.

As relações entre Cabo Verde e o continente europeu são antigas e concretizam-se tanto a nível comunitário como de forma bilateral. Na primeira década do século XXI, as partes assinaram um acordo de Parceria Especial (2007b) que sintetiza essa relação, aprofundando-a. Com uma representação permanente em Cabo Verde, a União Europeia, diretamente ou através dos seus Estados-membros, é um dos principais parceiros de desenvolvimento do arquipélago. De igual modo, a organização encontra no país um dos seus interlocutores externos mais confiáveis.

A construção de espaços de legitimidade política está hoje profundamente ligada à forma como são comunicadas (e, assim, explicadas, enquadradas, justificadas) as decisões tomadas

pelos agentes políticos. A compreensão do que são e para que servem as instituições, a imagem que temos sobre elas, facilitam o processo de aceitação das medidas que tomam e das políticas que implementam.

Reproduzindo esta realidade em contexto da União Europeia, principalmente num plano externo, pode-se afirmar, através de Lucarelli e Fioramonti (2010: 2), que a forma como a União Europeia é percebida por outros países está diretamente relacionada com o seu sucesso enquanto ator no palco das nações, não lhe sendo, por isso, indiferente – longe disso – a imagem que sobre si têm países terceiros. Reforça Tsuruoka (2008) que o papel externo da União Europeia, de maior ou menor revelo, depende não apenas da vontade própria da organização e dos seus Estados, mas da imagem que, sobre a União Europeia, os ‘outros’ edificam.

O século XXI determinou o regresso do continente africano à agenda internacional, já não apenas como um território de pobreza, conflitos e corrupção, mas como um espaço de oportunidades, cobiçado pelas principais potências mundiais, quer pela exploração de recursos naturais, quer pelo jogo de influências e dominações que movimenta as relações internacionais.

No quadro das relações Europa-África, o novo século introduziu mudanças na forma de relacionamento e uma tentativa de se alterar o paradigma vigente, acompanhando as mudanças no continente africano e os avanços na integração regional, fortemente impulsionada pela criação da União Africana, em 2002.

A União Europeia tem em África uma preponderância decisiva, tanto no diálogo político, como no comércio e matérias-primas. Em concorrência com outros países, dos quais se destaca a China, a Europa tenta manter a sua relevância e, aí, jogar uma parte importante do seu papel no mundo. A promoção de formas de cooperação regional é favorável à manutenção da sua preponderância.

Impulsionadora da integração regional, a um nível continental, por via da União Africana, ou sub-regional, através de organizações como a Comunidade de Estados da África Ocidental, a União Europeia tem servido de exemplo sobre a possibilidade de Estados

cederem um conjunto de competências e partes da sua soberania a uma organização supranacional, fortalecendo laços e trabalhando em conjunto.

Esses esforços para se manter relevante só serão verdadeiramente compensados se forem percebidos. As percepções que criamos sobre os outros são sempre complexas, moldadas por um conjunto de fatores interagindo entre si, pesando oportunidades e ameaças. Referem Bachmann e Müller (2015: 3): “the acceptance of European Union actorness amongst its external cooperation partners is therefore a key factor for playing an international role”.

Numa sociedade mediatizada, como aquela em que vivemos, as tecnologias de comunicação desempenham um papel central na aquisição e distribuição de informação e conhecimento (Burity, 2013). Somos diariamente confrontados com uma multiplicidade de estímulos mediáticos, contendo informação, transmitida através de textos, sons e imagens. Daí, resulta a formação de opiniões e o estabelecimento de comportamentos (Marcos, 2001).

Os meios de comunicação e, através deles, o jornalismo, são um ponto-de-encontro e de debate fundamental. O espaço público mediatizado é local de produção de referenciais. Como destaca Lima (2017: 166), os *media* são fundamentais no processo de construção social da realidade, ao mesmo tempo que refletem o interesse do público em determinados temas e o seu desinteresse por outros.

A forma como a União Europeia e as questões europeias são representadas e percebidas no espaço mediático comunitário e extracomunitário constitui uma preocupação atual, que tem merecido atenção por parte de investigadores – veja-se, a título de exemplo, Konrad (2017); Triga e Vadratsikas (2017); Niklewicz (2016) – mas também das próprias instituições comunitárias, ao longo dos anos.

Não obstante a sua longevidade, a relação União Europeia – Cabo Verde tem sido pouco estudada, sobretudo, na forma como esta se reflete nos *media*. Se a comunicação e a percepção da União Europeia é uma preocupação crescente das instituições comunitárias, pouco ou nada se sabe sobre a forma como a Europa é notícia em Cabo Verde. O objetivo desta dissertação é, por isso, estudar essa representação, através da análise da cobertura noticiosa feita pela imprensa cabo-verdiana.

Atendendo à sua importância na sociedade atual, a análise do discurso dos *media* é também um importante elemento para se perceber se o público cabo-verdiano tem ou não acesso à informação necessária para discutir as questões relativas à União Europeia.

O presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. No primeiro, discute-se a importância de se comunicar a União Europeia e o desafio que isso representa. No segundo, revisita-se as relações União Europeia – Cabo Verde, a partir do quadro geral de relacionamento União Europeia – África. Finalmente, no terceiro e último capítulo, apresentam-se, analisam-se e discutem-se os resultados da análise feita às edições impressa e *online* do jornal cabo-verdiano *Expresso das Ilhas*.

Através da análise de conteúdo dos artigos publicados no jornal *Expresso das Ilhas*, pretende-se perceber de que forma e com que regularidade a União Europeia é representada mediaticamente. Tentamos também compreender que temas relacionados com a União Europeia merecem maior destaque mediático e se a cobertura mediática de temas da União Europeia é positiva, negativa ou neutra. A investigação procura verificar se a cobertura mediática diz respeito apenas à atividade desenvolvida pela União Europeia em Cabo Verde ou se é dado destaque à atualidade da organização num contexto externo ao país. Procura-se apurar quais os géneros jornalísticos preferenciais e se existem, ou não, diferenças nas coberturas oferecidas pela edição impressa e edição *online* do jornal.

**Capítulo 1 - A União Europeia e a forma como é representada e  
percecionada interna e externamente**



## 1.1. Comunicar a União Europeia: o desafio

Comunicar a União Europeia é um desafio. A União Europeia foi edificada como uma união de Estados que têm uma história de vários séculos, diferentes culturas e várias línguas.

Como oportunamente evidenciam Verdet e Onghena (2015), a questão sobre como comunicar a Europa pode ser colocada numa dimensão tripla: como se comunica a Europa a partir das próprias instituições europeias, como são percebidas as mensagens pelos cidadãos e qual o papel dos *media*, enquanto mediadores entre instituições e cidadãos.

Quem é quem em Bruxelas? Como funciona e que competências tem cada uma das muitas instituições europeias? Questões que colocam cidadãos europeus e observadores externos perante a complexa teia institucional da União Europeia.

Os processos de decisão na Europa são demorados. Como afirmam Lloyd e Marconi (2014: 3), nas medidas em discussão que chegam a ser notícia, existe um grande desfasamento entre o momento em que os factos são primeiramente objeto de cobertura jornalística e aquele em que as decisões impactam realmente a vida dos cidadãos. Neste quadro de alta complexidade, talvez seja demasiado ambicioso esperar que os cidadãos “traduzam informação em conhecimento e conhecimento em julgamento” (Elenbaas *et al.*, 2012: 730).

Perante a incompreensão sobre o que é, afinal, a União Europeia, a opinião pública permanece centrada nas esferas públicas nacionais, sendo nisso secundada, como veremos adiante, pelos órgãos de comunicação social. Isto impacta, necessariamente, a forma como pode, é ou deve ser comunicada a União Europeia, interna e externamente.

A propósito, diz Pereira:

“A União Europeia tem características semelhantes a um Estado soberano e a uma organização intergovernamental, ou de uma confederação. Ainda assim, não se assemelha nem a um, nem a outro. Como resultado, não há nenhuma definição suficientemente abrangente sobre o que é a UE, pelo que a referiremos como um sistema político ou de políticas” (Pereira, 2010: 27).

Sempre presente, a questão do défice democrático<sup>1</sup> – ou a perceção da existência desse défice – apresenta-se como um dos primeiros entraves a uma melhor e mais eficaz comunicação. A União Europeia ocupa uma posição central na vida dos cidadãos dos países que dela fazem parte. Este papel não é apenas simbólico, pelo que a discussão sobre os processos democráticos inerentes às tomadas de decisão que imanam de Bruxelas é pertinente e relevante. Pereira (2010: 29) evidencia que faltam à União Europeia os meios adequados para a sua legitimação por parte dos cidadãos, num ambiente culturalmente diversificado.

A possível falta de transparência e legitimidade democrática condicionará o entendimento criado sobre o que é, como funciona e para que importa a União Europeia. “Há um número bastante elevado de comités, grupos de trabalho e agências na UE que, juntamente com a complexidade da organização institucional, nem sempre, aos olhos dos cidadãos, se pautam por regras de transparência” (Pereira, 2010: 30).

Não bastasse tudo isto, a União Europeia viveu, na última década, uma profunda crise. Bachmann e Müller (2015: 4) demonstram que a perceção do sucesso do projeto de integração, além daquilo que já assinalámos, sofreu os efeitos da crise do Euro<sup>2</sup>, que se tornou elemento central na projeção da sua imagem interna e externa. Os problemas económico-financeiros de muitos Estados membros, a contestação social que daí resultou e as dissidências entre membros mereceram ampla cobertura mediática, colocando em causa a imagem de potência económica e região estável (Chaban e Holland, 2014: 4).

Num outro patamar desde ‘desafio’ está a questão da identidade – ou ‘identidades’. Mesmo reconhecendo estar perante uma discussão particularmente complexa, merecedora de uma análise mais aprofundada, que não cabe no âmbito deste estudo, deve-se aflorar aquilo que parece ser um aspeto particularmente relevante e que por certo impactará a forma como a União Europeia comunica e como esta comunicação é apreendida pelos cidadãos europeus. Como refere Martins (2010: 29), a ideia de uma identidade europeia tem bases paradoxais e contraditórias.

---

<sup>1</sup> Quando um processo de decisão carece de legitimidade democrática ou é demasiado complexo e inacessível aos cidadãos.

<sup>2</sup> A moeda oficial da Zona Euro, atualmente constituída por 19 países membros da União Europeia.

Smith (1997: 187) não vislumbra o enfraquecimento das identidades nacionais e diz existirem “poucos sinais de qualquer diminuição do nacionalismo e das identidades nacionais das nações europeias, ou de crescimento de um nacionalismo político verdadeiramente europeu”.

Uma resposta possível para o porquê da dificuldade de afirmação de uma identidade europeia resulta da própria característica heterogénea da União Europeia, que já assinalámos. “A União enforma um grupo heterogéneo, desprovido dos principais requisitos para a criação de uma base identitária comum, nos moldes do Estado-Nação” (Martins, 2010: 29), sem prejuízo da existência de alguns desses elementos, como sejam a bandeira, o hino e até a moeda.

Ao olhar para o projeto europeu como um ‘condomínio de poderes’, Smith (1997: 187) encara o processo de integração como um acordo voluntário de entrega de poderes a instituições centrais, com jurisdições que se sobrepõem, com poder para decidir por todos. Acontece que o autor não parece convencido sobre a possibilidade deste desenho jurídico e político ser capaz de produzir efeitos profundos no padrão europeu das identidades nacionais:

“Um condomínio deste género, caso delineasse o padrão político de uma Europa emergente, seria capaz de coexistir com identidades nacionais individuais dentro da Europeia. Poderia mesmo reforça-las, pois os conflitos que um condomínio pode gerar, mas que pouco provavelmente conseguirá extinguir, acentuarão provavelmente a consciência e as aspirações nacionais existentes” (Smith, 1997: 187-188).

Não existe, nos tratados ou legislação europeia, qualquer mecanismo que obrigue os cidadãos europeus a transferir as suas lealdades identitárias para a União Europeia. Também por isso, parece-nos equilibrada a posição defendida por Martins (2010: 30), que aceita a complexidade da discussão identitária europeia, mas que assume que a sua plausibilidade depende da compreensão de que esta só faz sentido num cenário de múltiplos níveis de pertença. Na mesma linha seguem Triga e Vadratsikas (2017: 15): “The complexities of the notion of European identity call for an analytical tool that has the potential to capture a multiplicity of factors that contribute to the construction and reinforcement of a European sense of belonging”.

Mas os ‘problemas’ de comunicação da União Europeia também estão do lado do recetor e no facto de o grande público apenas esporadicamente, mormente em períodos de crise (quando as ‘coisas’ correm mal), se interessar por política e instituições públicas (Lloyd e Marconi, 2014: 2).

Os desenvolvimentos tecnológicos em matéria de comunicação e informação alteraram os hábitos de consumo e provocaram mudanças no contexto mediático. Aumentaram os meios de produção, multiplicaram-se os canais de distribuição e o conteúdo em circulação. Essa situação, como observam Lodge e Sarikakis (2013: 27), encorajou, desde logo, a fragmentação do público. Igualmente, e ainda para os mesmos autores, nas últimas décadas, assistiu-se a uma reestruturação dos *media*, com predominância da propriedade privada e desregulamentação generalizada, com a diminuição das políticas públicas para as áreas da cultura e informação, entendidas enquanto espaços de participação democrática (Lodge e Sarikakis, 2013: 27). Isso não deixou de impactar a cobertura mediática de temas que são tidos como menos galvanizadores de audiências.

Reconhece-se que comunicar uma comunidade formada por quase três dezenas de Estados soberanos é, por si, uma tarefa complexa, que impossibilita, ou pelo menos dificulta, o sucesso de uma política única, que não leve em consideração as particularidades de cada um dos povos e de cada uma das culturas.

Reconhece-se, também, que se comunicar ‘para dentro’, onde, apesar de tudo, encontramos aquilo a que se chamaria de ‘matriz europeia’, já é uma tarefa complexa, mais arduo será replicar o exercício para o exterior, por exemplo em África, num cenário de maior complexidade e diversidade, de lembranças históricas, por vezes, coloniais.

## **1.2. A esfera pública enquanto espaço de ação**

Representado de diferentes formas, em diferentes períodos, o conceito de esfera pública tem, nas suas múltiplas abordagens, como denominador comum, a comunicação, fator que justifica a abordagem introdutória que aqui se faz.

A esfera pública é um espaço político de debate, de deliberação e ação, distinto do Estado e dos poderes formais. Quase lugar-comum, a esfera pública é, em Benson (2009: 179), “um símbolo de retórica, mais do que uma forma de organização sistemática de pesquisa”.

Habermas é um dos autores que tem estudado o desenvolvimento da esfera pública. O estudo *habermesiano* sobre ascensão, desenvolvimento e queda da esfera pública burguesa é uma das principais referências teóricas sobre o tema. Na sua conceção original encontra-se uma ideia de organização em que pessoas se juntam, formando um público e, dessa forma, esperam ser incluídas no debate sobre as regras de governação, em particular no que diz respeito à troca de bens e trabalho social que, pese embora privatizados, conservam relevância pública (Habermas, 1984: 27). O interesse particular pela burguesia resulta do facto de ser esta a primeira classe que tem um poder efetivo, independente do controlo do Estado, situado num plano privado, que não está necessariamente interessada no exercício direto da governação, mas sim em influencia-la, na defesa dos seus interesses. Silva (2002: 10) recorda que a realidade assinalada por Habermas é particularmente verificável nas sociedades inglesa, francesa e alemã dos séculos XVIII e XIX, nas quais ocorre um processo de dupla legitimação, i) face ao poder do Estado, ii) perante as outras classes sociais. O que daí resulta é uma relação com o poder diferente daquela que identificamos ao longo da história, até então.

Habermas descreveu a esfera pública como autónoma, emergindo da sociedade civil, com uma clara separação entre público e privado. Depois, esta é-nos apresentada como um espaço de interação comunicativa pública, orientada para a decisão e para a opinião. A esfera pública está associada às instituições e estruturas sociais e económicas. Estas estruturas são a principal razão para a construção e efetivação da esfera pública.

Está-se, então, perante uma esfera social e autónoma, de interações, verdadeiro fórum deliberativo, através da qual indivíduos privados se tornam públicos (Koçan, 2008).

Sem prejuízo da sua pluralidade, e apesar de muito diferenciada, Habermas acredita que, pelo menos na origem, a esfera pública existia para lá da desigualdade social dos seus integrantes. Analisando o pensamento *habermesiano*, Silva (2002: 12) conclui que, ao coloca-la, numa fase inicial, em salões, sociedades culturais e cafés, o estatuto social dos indivíduos era esquecido, pelo que prevalecia a força do melhor argumento.

Deve-se manter alguma reserva sobre a possibilidade de ignorar por completo o estatuto social, mas isso não compromete, no fundamental, aquilo que parecem ser as principais características da esfera pública burguesa de Habermas. É mais uma vez Silva (2002: 13) que recorda que o seu sentido de ‘público’ conferia-lhe uma dimensão inclusiva e aberta, permitindo questionar o que não era questionado, problematizar o que não era problematizado:

“Através desta função de problematização, a publicidade crítica da esfera pública burguesa como que dessacraliza a publicidade de representação da corte e do púlpito: o interesse geral passa a ser acessível e passível de discussão, pelo menos em princípio, por parte de todos quantos sejam por ele afetados” (Silva, 2002: 13).

Acontece que os processos sociais são dinâmicos e, à medida que público e privado se confundiram, a esfera pública repolitizou-se, afastando-se do ideal do século XVIII. É seguindo esta mesma linha de pensamento que Habermas (1981: 227) considera que o declínio da esfera pública burguesa, que identifica como visível em finais do século XIX, foi resultado da refeudalização do espaço público, com a publicidade crítica a ser substituída pela publicidade comercial, que visava, já não a manutenção de um espaço de interação comunicativa, fórum deliberativo, mas antes conferir prestígio a pessoas e coisas, num clima de ‘opinião não pública’.

O processo de interpenetração entre Estado e sociedade é explicado como o resultado, primeiro, de uma transferência de competências do Estado para corporações da sociedade civil e, segundo, pela extensão da autoridade do Estado ao setor privado. Dissolve-se, por esta via, a distinção entre público e privado, diferenciação que está na base da definição da esfera pública burguesa, tal como era entendida no início (Silva, 2002: 32)

A sobreposição de interesses público-privados e a (re)estatização da sociedade é acompanhada de uma comercialização exacerbada dos interesses, retirando aos cidadãos o papel de participantes, diminuindo-os à condição de massa apática. Da esfera pública passa a resultar uma agregação de visões desinformadas, pontos de vista comuns, incontestados e até nocivos (Koçan, 2008). Percebe-se que a esfera pública deixa de ser um lugar construtivo de debate, de crítica, e passa a ser uma área coletiva de publicidade, em que público e privado se confundem. É neste contexto de mudança de paradigma que a propaganda surge e se desenvolve como uma técnica capaz de transformar o espaço público e manipular a opinião pública.

A necessidade de regresso à publicidade crítica, garante de livre circulação de informação e potenciadora de debates internos, convoca partidos políticos, meios de comunicação social e associações de carácter público (Silva, 2002).

“Imagine the public sphere as an intermediary system of communication between formally organised and informal face-to-face deliberations in arenas both at the top and at the bottom of the political system” (Habermas, 2006: 415).

Silva (2002: 40) entende que, para um Habermas preocupado, o regresso da publicidade crítica poderia potenciar uma opinião pública informada, consciente do funcionamento interno das instituições, habilitada a impactá-lo.

Desta forma, passaríamos a ter uma esfera pública plural, feita de públicos concorrentes, sobrepostos numa rede de processos de comunicação, que fazem eco de problemas que exigem resolução pelo poder político (Habermas, 1998). Noutra dimensão, até próxima da ideia de democracia deliberativa, a esfera pública deveria ter o controlo sobre a resolução dos problemas, não se limitando a identificá-los (pese embora com a limitação de não ser sua ambição o exercício do poder político), sendo um filtro/síntese dos diferentes fluxos comunicacionais (Silva, 2002).

A esfera pública junta, assim, pessoas comuns, a debaterem e tentarem resolver problemas comuns, reconhecendo à comunicação uma importância decisiva nesta dinâmica. Não se estranha, por isso, que a proposta de análise inclua uma reflexão sobre o papel dos *media* e a sua própria evolução. Silva (2002: 37-38) distingue no pensamento de Habermas três fases evolutivas dos *media*, acompanhando o processo evolutivo da própria esfera pública: i) de maximização do lucro como principal objetivo, com divulgação acrítica de notícias; ii) de imprensa de opinião e jornalismo de convicção, responsável pela divulgação da opinião pública e instrumento ao serviço da luta entre grupos e partidos políticos; iii) de um jornalismo meramente comercial, baseado em interesses económicos privados, que recorrem amiúde aos meios de comunicação social, controlando-os e usando-os em seu benefício – com o que isso implica em termos de autonomia dos meios.

Benson (2009) vai mais longe, começando por concordar com a relevância dos *media*, a par de outras organizações, para a edificação da esfera pública e da importância desta para o funcionamento do sistema político, acabando a pedir um maior reconhecimento do papel pró-ativo que pode ser desempenhado pelos órgãos de comunicação, alertando para a

necessidade de se saber de que forma se combate aquilo que apelida de “colonização comercial” (Benson, 2009: 196) e a instrumentalização que daí resulta. Uma solução de autorregulação parece-lhe insuficiente.

Colocar a discussão nestes termos assume especial relevância atendendo a que, nas sociedades modernas, a esfera pública está, de facto, muito ligada aos *media* e à mediatização. Assim, e tal como observa Sena (2007: 273) questionar a esfera pública, num sistema político aberto e flexível, permite pensar e antecipar as mensagens veiculadas pelos órgãos de comunicação social como parte intrínseca do próprio processo de mediatização – que concretiza a esfera pública. Muitos dos acontecimentos que marcam os dias só o são, na sua ampla expressão, pela componente mediática que lhes é intrínseca.

“Assim, é pertinente pensar que não há acontecimentos com importância atribuída e suscetíveis de tocar o espectro público que não tenham, hoje, uma correspondente interpretação e publicitação mediática. É caso para pensar: vale o acontecimento ou mediatismo do acontecimento?” (Sena, 2007: 274).

Apresentados os argumentos e compreendida a centralidade da esfera pública, acrescente-se ser através dela que diferentes formas de cidadania e vivência democrática são possibilitadas, sendo este o espaço onde públicos diversos, interesses díspares e identidades várias interagem e se relacionam. Aos *media* cabe, e será essa, por ventura, a ideia que, no âmbito deste estudo, mais importa destacar, o papel de mediadores, interlocutores entre representantes e representados.

Em resumo, e recorrendo à síntese feita por Martins (2010: 33), dir-se-ia que a esfera pública, enquanto espaço comunicativo e noção simbólica, i) existe fora das instituições do Estado; ii) pressupõe a participação (ou possibilidade de) da generalidade dos cidadãos; iii) assume-se como um lugar simbólico, de argumentação racional, onde os indivíduos trocam opiniões sobre questões de interesse público, com vista à ação.

### **1.3. Os *media* na construção de uma ideia de Europa**

Os *media* são atores principais na construção de realidades. Apesar de não o serem num processo de sentido único, e de não deixarem de representar os seus próprios interesses, são essenciais na formação da opinião pública (Lima, 2017: 166), pelo que a ligação entre

representação, esfera pública e meios de comunicação de massas é forte e inegável. Como recorda Wolton (1995), o espaço público é mediatizado, na medida em que é funcional e dependente do papel dos *media*. No contexto de uma sociedade mediatizada, os *media* são parte fundamental das dinâmicas sociais, enquanto facilitadores da intercomunicação entre as diferentes dimensões da esfera pública.

Destaca-se a corrente subscrita por Conti e Memoli (2016: 35), que realçam o contributo dos *media* na aproximação dos eleitores à democracia. Michailidou e Trenz (2012: 140) aprofundam esta ideia: “mass media ‘re-present’ the political spectacle to a wider audience. In the case of contemporary politics, the media underpin the political public sphere”.

Não obstante, deve ser mantida uma postura crítica perante o atual contexto mediático. Num momento de concentração de empresas mediáticas, desregulação da atividade mediática, práticas manipulativas e objetivos ideológicos e comerciais pouco claros, recomenda-se alguma cautela analítica.

De acordo com Benson (2009: 185), o jornalismo como elemento central, mas também plural, está em linha com o pensamento de Habermas, que defende, ao imaginar a esfera pública e o papel dos diferentes atores, que o jornalismo deve manter aberta a porta para a sociedade civil.

Mas em que medida é que esta discussão diz respeito às questões europeias e à problemática da representação mediática da Europa? Neverla (2007: 705) recorda que embora se argumente que a ambicionada esfera pública europeia, a par da integração europeia, pode ser aprimorada por várias formas no plano mediático (em sentido geral), persiste uma perspetiva que sugere que este é um processo que tem lugar, fundamentalmente, no espetro jornalístico e na cobertura da atividade política.

Sobre as instituições europeias recaem as já antes referidas críticas de falta de transparência e de autocritica na sua comunicação, facto que Verdet e Onghena (2015: 308) assinalam como antigo: “Isto vem de há alguns anos, quando o projeto europeu, que nunca foi demasiado convincente, era ao menos conveniente”.

Comunicar, sabe-se, não consiste apenas em transmitir mensagens, mas também em recebê-las. Exige ser-se capaz de fazer chegar a mensagem certa às pessoas certas, ao público

a que se destina. Para que seja possível estabelecer uma relação forte com as pessoas, é necessário colocar em marcha verdadeiras práticas comunicacionais. Declara Papagiannas (2017) que uma ligação efetiva entre a Europa e os cidadãos não poderá existir sem uma bem pensada estratégia de comunicação, apetrechada com boas ferramentas e práticas comunicacionais. A mesma noção é desenvolvida por Conti e Memoli:

“Eurocepticism is at least partly media driven because those who are most exposed to traditional media tend to trust EU institutions more and to support an extended EU competence in policy. On the contrary, frequent Internet users tend to be more pessimistic about the EU process” (Conti e Memoli, 2016: 74).

Reconhecida a centralidade interpretativa dos *media* tradicionais, importará observar o trabalho desenvolvido e aquilo que é o comportamento dos consumidores de notícias, tal como vem sendo estudado por diferentes autores, até para percebermos que cobertura merece a atualidade europeia.

Como sustenta Pereira (2010: 2), na falta de um efetivo espaço público supranacional, têm que ser as esferas públicas nacionais, por representação dos *media*, a propiciar o debate público sobre temas europeus. Nobre-Correia (2011: 22) confirma que os hábitos de consumo associados aos meios de comunicação de massas continuam a privilegiar os meios nacionais, sendo poucas as publicações que conseguem alcançar um público transeuropeu. Desde logo, isto significa que a União Europeia é lida, vista e ouvida, em cada país, a partir de interpretação nacional.

A prática analisada por Nobre-Correia (2011: 22-23) sustenta que os *media* nacionais estão focados na participação dos dirigentes políticos nacionais nas reuniões das instituições europeias (principalmente Conselho Europeu e Parlamento Europeu), mas ignoram a vida económica, cultural ou social dos restantes países da União Europeia. “Que país da UE concede aos outros países membros a importância que outorga aos Estados Unidos e a Israel?” (Nobre-Correia, 2011: 23), questiona.

Lloyd e Marconi (2014: 5) vão mais longe, quando constatarem que a maior parte do jornalismo feito em Bruxelas fornece cobertura das principais instituições europeias, mas focada na forma como estas instituições atuam a favor ou contra os interesses do país de origem dos meios. Parece haver um desinteresse na prática noticiosa de temas europeus, numa abordagem transnacional. Essa prática é assacada pelos editores ao próprio público.

“The growing conviction among editors that news about the EU is unpopular with readers and viewers led to a shrinkage, during the 2000s, of the permanent correspondent corps based in Brussels and a greater dependence on coverage from the news media’s home base, or from other capitals, such as Paris. EU information depended much more on freelancers and fixers, a less expensive workforce which replaced the established correspondents. In addition, the crisis itself forced further cuts on the news media – leaving the worst-hit countries, which arguably needed the news and analysis the most, with a shrunken representation” (Lloyd e Marconi, 2014: 4).

Junta-se a esta tendência a prevalência de uma cobertura pela negativa. A perspectiva de que o ‘mau’ merece mais destaque é uma prática associada ao jornalismo que, em contexto da União Europeia, conhece contornos severos (Conti e Memoli, 2016: 17), perante uma envolvente de desconfiança permanente sobre a legitimidade dos processos democráticos. O conflito e a tensão política são mediatizados, quer entre Estados, quer dentro das instituições.

As exceções a esta realidade são, apontam Lloyd e Marconi (2014: 5), as organizações internacionais de *media*, que oferecem coberturas não dirigidas a um país específico. Casos das agências de notícias, como *Reuters*, *Bloomberg*, *AFP*, de grandes jornais, como *Wall Street Journal*, *The Guardian* ou *FT*, ou ainda as grandes *broadcasters*, *BBC* ou *CNN*.

Uma mudança profunda deste panorama, que passaria pela emergência de um sistema mediático pan-europeu, é vista como impossível, ou pelo menos improvável. A diversidade de línguas e culturas, a que corresponde uma segmentação de públicos, vislumbra-se como um entrave difícil de contrariar (Trenz, 2007, *apud* Pereira, 2010: 2). A *Euronews*, canal de televisão pan-europeu, é uma exceção que parece confirmar a regra.

Sobre os meios de comunicação, diz-se que cumprem uma missão de ‘cães de guarda’<sup>3</sup> ou, em alternativa, de ‘quarto poder’. Essa discussão, que não será aqui desenvolvida, é reveladora da importância atribuída ao jornalismo enquanto mediador. Mas esse papel é também hoje questionado e até posto em causa, com a emergência de novos meios de comunicação, os chamados novos *media*, onde se incluem as redes sociais.

A digitalização das comunicações produziu mudanças significativas nos hábitos de consumo dos cidadãos, alterou a produção e distribuição da informação política (Conti e Memoli, 2016: 16). A interatividade é um dos traços definidores das atuais plataformas de comunicação *online*. A instantaneidade e espontaneidade ampliam a possibilidade de o

---

<sup>3</sup> *Watchdog*, no original, em inglês.

público partilhar opiniões e argumentos, diretamente dirigidos ao decisor político. O cidadão pode agora projetar na esfera pública, sem intermediação, as suas reivindicações (Michailidou e Trenz, 2012: 140).

Conti e Memoli (2016) dão conta da forma como os novos *media* são mais suscetíveis que os *media* tradicionais aos medos e descontentamento do público face à União Europeia: “The most recent literature has documented a spate of negativity towards the EU in the online media, which appear characterised by some of the most adverse conditions for communication on the EU” (Conti e Memoli, 2016: 24).

Com a emergência de novas plataformas de comunicação, que tornam acessíveis a qualquer leigo a produção e disseminação (por vezes viral) de conteúdos – políticos ou não – altera-se a forma como as mensagens políticas são interpretadas, aprovadas ou rejeitadas, deixando essa função de ser exercida, em exclusivo, pelos *media* e seus profissionais, para passar a estar acessível a qualquer cidadão com uma ligação à Internet (Michailidou e Trenz, 2012: 140). Eis um desafio adicional.

### **1.3.1. O jornalismo como representação da realidade**

A representação e a ação políticas são filtradas e interpretadas pelos meios de comunicação social. Quanto mais complexa for a realidade e o sistema político de governação, maior o número de camadas que essa representação mediática terá. Não sendo os únicos mediadores, os *media* são centrais na sua missão de sistematizar as mensagens políticas (Michailidou e Trenz, 2012: 139).

A comunicação intermediada (aquela que recorre aos *media*) é, para efeitos deste estudo, aquela que mais interessa (Sousa, 2006: 36). Esta é uma área complexa, que se tornou mais intrincada nas últimas décadas. Nunca foi tão fácil comunicarmos uns com os outros. Com a mesma simplicidade, acompanhamos ‘em direto’ o que se passa na nossa rua ou aquilo que acontece do outro lado do mundo. Vemos tudo, podemos saber tudo, mas nem por isso somos capazes de compreender melhor aquilo a que estamos a assistir (Wolton, 2006: 14).

Os desenvolvimentos tecnológicos, ao nível da Informação e Comunicação, favoreceram o fortalecimento do campo mediático, que ocupa um lugar central nas nossas vidas (Junior, 2004: 1).

Marcos (2001: 116) assinala que os meios de comunicação de massa tornaram-se fundamentais na criação da coesão social, porque permitem a compreensão que os diferentes grupos que formam uma sociedade têm de si mesmos e uns dos outros. Existe até um entendimento tácito em como os *media* são alternativa a uma interação pessoal, convicção reforçada no contexto de desenvolvimento da Internet, nas suas múltiplas dimensões e aplicações. Está-se perante a esfera pública mediada, parte substancial da era democrática. (McQuail, 2015: 80)

Procuramos conhecimento e servimo-nos dos *media* e do jornalismo como forma de o alcançar. A relação do homem com o meio em que vive baseia-se em conhecimento. “A distribuição social do conhecimento começa assim com o simples facto de não conhecer tudo o que é conhecido pelos meus semelhantes e vice-versa” (Berger e Luckmann, 2004: 68).

Operam no campo mediático, e nele procuram legitimidade, os diferentes sistemas e subsistemas sociais.

“The media have a crucial role to play here. Whether in the form of daily newspapers, radio discussion programmes, television news bulletins and issue documentaries, or the vast range of channels of public expression that have emerged online, it is the media’s first task to remind people that they are inhabitants of a world in which they can make a difference. By enabling citizens to encounter and make sense of events, relationships and cultures of which they have no direct experience, the media constitute a public arena in which members of the public come together as more than passing strangers” (Coleman, Moss e Parry, 2015: 3).

Os órgãos de comunicação social influenciam de forma decisiva que temas vão ou não ser discutidos e de que forma serão ou não percebidos e apreendidos pelo público (Radenovic, 2006: 96). Nem tudo o que acontece é notícia, logo, nem tudo o que acontece chega ao conhecimento público. Numa visão clássica, não somos nós quem escolhe o que é ou não importante, pois os *media* escolhem (já escolheram) por nós.

Esta perspetiva conduz a uma ideia de mundo representado como “mundo cognoscível” (Soares, 2007: 48), em que a comunicação, “sob a perspetiva da representação social, é o

fenómeno pelo qual uma pessoa influencia ou esclarece outra que, por sua vez, pode fazer o mesmo em relação à primeira” (Marcos, 2001: 118).

Com o desenvolvimento dos meios audiovisuais, a discussão em torno das representações abandonou uma perspectiva original – de um mundo de comunicação forjado pela via linguística e literária – para se alargar e deixar dominar pelas representações mediáticas, visuais, com argumentos sugeridos por imagens e sons, através dos quais são edificadas as narrativas mediáticas (Soares, 2007:50).

Se o conhecimento do quotidiano depende da informação, torna-se necessário conhecer para informar, conhecer para representar.

“A origem da expressão representação social. é europeia. Ela remete ao conceito de representação coletiva de Émile Durkheim, por longo tempo esquecido, que Serge Moscovici retomou para desenvolver uma teoria das representações sociais no campo da Psicologia Social” (Marcos, 2001: 111).

Representar é, porém, selecionar. A representação seleciona, salienta ou subtrai características e atributos (Soares, 2007: 51). Se isto é aceitável sem contestação em certos campos mediáticos – como a ficção ou a publicidade – torna-se mais delicado quando se discute, em concreto, a representação mediática jornalística.

Se, para Soares (2007: 52), “o jornalismo é necessariamente constituído por relatos de acontecimentos, ou seja, narrativas elaboradas a partir da perspectiva de indivíduos sobre factos agendados”, isso não significa que a representação no jornalismo possa ou deva ser confundida com um julgamento moral, mas antes como um enquadramento da realidade.

O jornalismo cumpre uma missão fundamental ao estabelecer a agenda, formando a opinião pública, impulsionando a formação de conhecimento, criando temas de conversa, diminuindo a complexidade social (Fontecuberta, 1993: 35-36). O jornalismo é também um dispositivo de produção de uma realidade que tem (ou deve ter) na sua génese a salvaguarda do interesse público. Dirigida a um grande e heterogéneo público, a comunicação de massas usa os jornalistas como intermediários.

A ideia de um jornalismo isento foi disseminada na opinião pública nos anos 70 do século XX, quando a ideia de uma comunicação social enquanto interlocutora independente e imparcial se vislumbrava como bastante atraente face ao domínio dos meios de comunicação

estatais que dominavam os panoramas mediáticos (Burity, 2013). Contudo, a ideia de um jornalismo neutro tem sido questionada, num debate impulsionado por dúvidas sobre a imparcialidade jornalística.

Nesta discussão, Heikkilä e Kunelius, em "Journalists imagining the european public sphere" (2006), propõem um ponto de equilíbrio que parece adequado: os jornalistas não devem ser vistos nem como forças de liderança no campo da esfera pública, nem como representantes 'do cidadão comum'.

Os acontecimentos são, desta forma, os referentes do jornalismo. Os jornalistas 'escrevem notícias' e, ao fazê-lo, procuram relatar de forma compreensível aquilo que é novo, com recurso a uma técnica que transporta aspetos da realidade – em palavras, sons ou imagens – resultado da interação de múltiplos fatores, sejam eles pessoais, sociais, ideológicos ou culturais, mas também do próprio meio em que a notícia é difundida (Sousa, 2000).

Há um momento de escolha, que em inglês se designa de *framing*<sup>4</sup>. O *framing* é, precisamente, o processo através do qual se seleciona, organiza e coloca em destaque certos 'aspetos' em detrimento de outros (Triga e Vadratsikas, 2017: 9). Os mesmos acontecimentos noticiados em diferentes perspetivas.

“In other words, frames place emphasis on some aspect of an issue, making that particular aspect the focal point around which the issue is structured, generating priming effects by influencing the criteria citizens use in order to evaluate political issues. Thus, frames can be distinguished with respect to the particular aspects they emphasize” (Triga e Vadratsikas, 2017: 9).

Os meios jornalísticos conferem notoriedade e representam uma democratização do acesso à esfera pública. Os órgãos de comunicação social dotam ideias e temas de sentido e significado (Sousa, 2000).

Wolton (2006: 32) lembra que a circulação de informação, porque crescente, precisa de pontos de referência, através dos quais os cidadãos consigam manter aquilo que designa de “geografia intelectual e cultural”. Quem fala, a quem se dirige, o que diz e com que legitimidade.

---

<sup>4</sup> Enquadramento.

“Não confundir o progresso que constitui o acesso a todos os discursos, graças à generalização da informação para todos, e o facto de, por outro lado, as visões do mundo, sem falar das responsabilidades e da ação, serem fundamentalmente diferente se somos jornalistas, homens políticos, universitários, atores económicos, militares, religiosos” (Wolton, 2006: 32).

Em sistemas democráticos de poder, o meio jornalístico apresenta-se como instrumento vital de troca de informações e estímulo da democracia, da mesma forma que o jornalista funciona como um mediador (Sousa, 2000). Uma das principais atribuições do jornalismo é escrutinar o exercício do poder e o funcionamento do Estado. Os *media* devem denunciar qualquer abuso de autoridade (Curran, 2002: 217).

Por essa sua relevância, o jornalismo só pode ser exercido em liberdade. A liberdade jornalística impacta o funcionamento das sociedades. Como explica O’Neill (2013: 33), *media* livres permitem aos cidadãos perceber e ajuizar o que se passa no mundo e o que é decidido, em seu nome, pelos representantes por si eleitos. Sobre este mesmo tema, Traquina (2004: 67), recorda que ser jornalista “implica a crença numa constelação de valores, a começar pela liberdade”.

Para cumprir a sua missão, o jornalismo deve alicerçar a sua prática num conjunto de regras, mas deve também ser compreendido como uma atividade humana, logo, imperfeita. Correia (2011: 63) sugere que a prática jornalística está a meio caminho entre o saber narrativo e o saber cognitivo.

Por outro lado, se jornalismo influencia a esfera pública, é bom que o faça com critério. Correia (2011: 79) afirma que uma visão ingénua do jornalismo, enquanto ‘espelho’ da realidade, imagina o processo jornalístico como resultado de um alegado ‘faro inato’ do jornalista.

McQuail (2015: 81-82) propõe um conjunto de pontos prévios para um melhor cumprimento da missão dos *media*, dos quais destacaríamos:

- i) *Cobertura universal* - permitir uma cobertura tão ampla quanto possível, para que a toda a população possa receber o mesmo nível de informação sobre assuntos relevantes.

ii) *Diversidade de vozes* – Apresentar diferentes perspetivas sobre um determinado tema, sem restrições.

iii) *Público como público* – Reconhecer que à esfera pública concorrem diferentes motivações e necessidades.

Ao transformar a comunicação em algo inteligível (O’Neill, 2013), os *media* cumprem uma missão fundamental, ao serviço do sistema democrático e na garantia da liberdade de expressão e pensamento, servindo de síntese das preocupações e perceções que emanam da esfera pública, levando-as ao conhecimento de quem exerce o poder. Aquilo a que Curran (2002: 227) chama de “representing people to authority”.

Os jornalistas, e as empresas para as quais trabalham, mantêm um forte vínculo social e cultural. Esta exposição do jornalismo à sociedade e a sua capacidade de influência, transformam os *media* em atores instrumentais, passíveis de serem usados pelos poderes político, económico e outros como ferramentas na sua ação na esfera pública.

A cultura profissional e organizacional do jornalismo é marcada por uma “dinâmica de reflexividade” (Silva e França, 2017: 11) que medeia, estimula e constrange a prática jornalística.

“Admittedly, journalists, like other professionals, do struggle to maintain some autonomy from external pressures. This is an empirical reality. Moreover, when these efforts are joined to collective action (via professional associations, unions, co-op ownership forms, etc.), they may in fact help preserve practices of reporting and writing that serve the larger society as well as journalists themselves” (Benson, 2009).

Representar é transcender, no sentido em que implica fazer ascender a outro patamar interpretações e julgamentos próprios da condição humana (Soares, 2007: 55).

A ética profissional que domina o jornalismo, que compreende o que é facto e relato do facto, baseia-se na convicção de que as notícias são um retrato o mais fiel possível dos factos (Aguiar, 2007). Apesar de todas as transformações que têm ocorrido no campo mediático, as principais tarefas do jornalista mantêm-se a seleção e hierarquização de acontecimentos capazes de se transformar em notícia, difundindo-a (Sousa, 2001).

A notícia é a codificação básica da informação objeto de tratamento jornalístico. Ela é o resultado da atividade quotidiana dos jornalistas, através das normas gerais da profissão e

das regras específicas da redação na qual estão inseridos, a partir de uma língua, a sua gramática e o seu léxico (Junior, 2004). A notícia é o produto de um processo produtivo iniciado antes, com efeitos que se prolongarão no tempo após a sua conclusão.

Do mesmo modo que não se pode separar o jornalismo do contexto em que opera, é fundamental não separar a notícia da estrutura onde foi produzida (a redação, o órgão de comunicação social, o seu público) e da sociedade em que essa estrutura está inserida, porque as notícias são, também elas, como destaca Correia (2011: 79), uma construção social.

Jornalistas e organizações de *media* são importantes atores sociais, verdadeiros influenciadores ao nível do público, mas também dos governos e decisores políticos (Weaver, 2015: 94).

A elaboração da agenda de um determinado órgão de comunicação social é determinada por uma diversidade de elementos que atuam em conjunto, tornando as notícias aquilo que são. A noticiabilidade é um conjunto de elementos através dos quais os órgãos de comunicação social controlam a produção noticiosa, os factos a partir dos quais se vai seleccionar o que é ou não notícia (Junior, 2004: 7-8). A noticiabilidade apresenta-se como o resultado da aplicação de vários critérios, operações e instrumentos que controlam a quantidade e qualidade dos acontecimentos, seleccionando aqueles que têm relevo jornalístico (Wolf, 2003).

#### **1.4. O reconhecimento da importância de comunicar a União Europeia**

Para aumentar o conhecimento em relação à União Europeia e aos seus benefícios a organização tem que comunicar com os cidadãos (Lodge e Sarikakis, 2013: 19). Uma comunicação estratégica e planeada é importante na identificação de problemas, definição de prioridades, estratégias e gestão de expectativas (Papagianneas, 2017).

A realidade já descrita refere que, perante questões europeias incompreendidas pelo público, a prática jornalística tende a seguir uma lógica de cobertura pelo prisma nacional, a qual reforça a imagem de uma União fragmentada (Verdet e Onghena, 2015: 309).

Comunicar o que é e como funciona a União Europeia é também uma forma de reforço da legitimidade democrática das instituições europeias e dos seus processos de decisão, num exercício permanente de ‘fazer chegar a mensagem’ aos cidadãos, de aproximar o processo decisório do cidadão e, por essa via, legitimá-lo.

Como sublinha Niklewicz (2017: 19), a decisão de comunicar a União Europeia aos cidadãos, na medida em que da organização resultam decisões que impactam a vida diária, não é uma escolha que possa ser feita por burocratas. É uma obrigação inscrita na própria Carta dos Direitos Fundamentais<sup>5</sup> (União Europeia, 2000).

Nas décadas de 50 e 60 do século XX, o período fundacional daquilo que é hoje a União Europeia, as instituições europeias não tinham uma estratégia de comunicação específica, tomando por garantido o apoio popular, beneficiando de um período histórico muito específico, depois da II Guerra Mundial. As primeiras campanhas de informação europeia surgiram apenas nas décadas de 70 e 80, sujeitas a uma regra que merece ser sublinhada: a informação veiculada tinha que ser imparcial (Niklewicz, 2017: 20). Foi com Maastricht<sup>6</sup>, na década de 90, que a comunicação passou a estar, de forma mais sistemática, na agenda.

O impacto potencial da comunicação no apoio popular à construção europeia surge como inegável e as políticas de coesão têm dedicado, particularmente em tempos recentes, recursos para projetos nos *media* de massas e *media* sociais, por uma maior consciência europeia (Triga e Vadratsikas, 2017: 8). Em estudo de 2017, elaborado a partir da análise de vários Eurobarómetros<sup>7</sup>, Niklewicz (2017: 27) demonstra a importância desse investimento, ao observar a reduzida percentagem de cidadãos europeus que confiam na União Europeia, para mínimos de 31% em 2012, 2013 e 2014 (33% em 2016).

“Since the adoption of the Maastricht Treaty, people have become aware of the ever-growing gap between the European political elite and the citizens. It was in the UK and Denmark that the presumption of the ‘permissive consensus’ on deepening integration first started to crack (for this ‘consensus’ never was a real consensus among citizens). But with the French and Dutch referenda in 2005, the situation took a dramatic turn. In 2006 the

---

<sup>5</sup> A título de exemplo: a alínea c) da Carta estabelece “a obrigação, por parte da administração, de fundamentar as suas decisões” e o artigo 42º determina que “qualquer cidadão (...) tem direito de acesso aos documentos das instituições, órgãos e organismos da União, seja qual for o suporte desses documentos”.

<sup>6</sup> Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht, em 1992.

<sup>7</sup> Sondagens de opinião pública conduzidas em todos os Estados-Membros da União Europeia.

European Commission had to admit officially that the EU's connection with citizens had been severed" (Niklewicz, 2017: 21).

A atual estratégia de comunicação da União Europeia resulta dos princípios delineados no início dos anos 2000. Estes partem da ideia que a transparência é primordial para o estabelecimento de uma ligação com os cidadãos. Em seguida, assumem que a comunicação mediática, quer em cooperação com os meios de comunicação de massas, quer com entidades terceiras (como organizações não governamentais) é o melhor caminho para garantir a visibilidade de que a organização precisa (Lodge, Sarikakis, 2013: 21-24).

Em fevereiro de 2000, o então presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi<sup>8</sup>, assumiu a liderança do órgão executivo num contexto marcado pelas suspeitas de fraude e nepotismo que haviam ditado o fim da era Jacques Santer<sup>9</sup>, seu antecessor. Perante a situação, era evidente a necessidade de restituir a credibilidade perdida. Esse facto muito particular concorreu para que aspetos ligados à comunicação e informação ganhassem nova relevância. Prodi comprometeu-se com novas formas de governação, mais transparentes, com o objetivo de aproximar a Europa das populações (Terra, 2008: 341), através do desenvolvimento de uma “informação mais próxima dos cidadãos europeus, a melhoria da cooperação institucional e transmitir ao público uma imagem comum das instituições” (*ibidem*, 344).

Foi, contudo, a partir de 2005 que uma nova estratégia de comunicação emergiu, no seio da Comissão já liderada por Durão Barroso<sup>10</sup>, impulsionada pela vice-presidente e comissária para as Relações Institucionais e Estratégia de Comunicação, Margot Wallström. “Não só as estratégias antigas e recentes falharam, como o ambiente comunicacional também mudou” (Konrad, 2017: 59).

Em 2006, o *White Paper on a European Communication Policy* (Comissão Europeia, 2006a) afirmava uma proposta de agenda para uma melhor comunicação, num contexto histórico mais uma vez muito específico, posterior ao chumbo em França e Holanda do Tratado Constitucional (Monaghan, 2008: 18).

“The right to information and freedom of expression are at the heart of democracy in Europe. References to these principles are included in the EU Treaty and in the European Charter of Fundamental Rights<sup>4</sup>. These must be the starting point in a process aimed at

---

<sup>8</sup> Liderou a Comissão Europeia de 1999 a 2004

<sup>9</sup> Liderou a Comissão Europeia de 1995 a 1999.

<sup>10</sup> Liderou a Comissão Europeia de 2004 a 2014

defining common principles and a shared vision for an EU Communication Policy” (Comissão Europeia, 2006a: 5).

Monaghan (2008: 18-19) devolve a discussão ao fundamental e recorda-nos que no centro desta estratégia está a tentativa de reforçar a legitimidade da governação europeia, aproximando-a dos cidadãos, com o *White Paper* da Comissão Europeia (2006a: 9) a estruturar-se em torno de três eixos:

i) *Dar um ‘rosto humano’ à Europa*: a União Europeia é percebida como não tendo rosto, sem uma identidade pública clara, e os cidadãos precisam de ajuda para se reconectarem com a Europa. Entende-se que a informação política tem um impacto maior quando se centra no interesse humano, explicando porque é relevante para o indivíduo.

ii) *Dimensão nacional, regional e local*: os cidadãos precisam de acesso a fluxos constantes de informação para que percebem a dimensão europeia dos assuntos. Reconhece-se o papel relevante dos *media* pan-Europeus e dos *media* especializados, mas também do contexto local. Assume-se que tal será conseguido com um envolvimento dos governos nacionais, mas também com uma maior participação das instituições europeias.

iii) *Explorar o potencial das novas tecnologias*: as tecnologias digitais, como a Internet, podem oferecer novos canais de comunicação dos assuntos europeus, novos fóruns de debate e novas ferramentas de participação democráticas, para lá das fronteiras dos Estados. Admite-se, porém, que é necessária uma liderança política, para aproveitar na totalidade o potencial destas oportunidades.

Como se antecipa pelo ponto ii), a Comissão já reconhecia em 2006 a centralidade dos *media* na tentativa de maior envolvimento dos cidadãos no processo de construção europeia, mas também a necessidade de alterar as lógicas de cobertura vigentes. Se grandes eventos políticos, como as reuniões do Conselho Europeu, mereciam ampla cobertura (mesmo que parcialmente enviesada por uma perspetiva excessivamente nacional), a demais atividade política da União Europeia passava despercebida na generalidade dos *media* nacionais (Comissão Europeia, 2006a: 9)

Um ano mais tarde, em 2007, numa comunicação ao Parlamento Europeu, a Comissão Europeia (2007a: 10) retomaria o tema, para sublinhar que “muitas das decisões políticas que afetam consideravelmente a vida quotidiana dos cidadãos europeus são adotadas a nível comunitário” e que, por isso, “é essencial que a comunicação sobre essas políticas extravase as fronteiras nacionais” (Comissão Europeia, 2007a: 10).

O diagnóstico estava feito, mas não é certo que a estratégia adotada no início do século tenha permitido atingir os objetivos a que se propôs. Stroeker, Graaf e Buiskool (2014: 95, *apud* Niklewicz, 2016: 197) assinalam que apesar da cooperação com terceiros e da aposta na comunicação mediada, a União Europeia falhou na tentativa de galvanizar a atenção dos *media*.

“Should attempts be made to increase the efficiency of the European communication (...) the aforementioned context must be taken into consideration. Two assumption seem to impose themselves. First, the past model of communication – judged by its results – appears to be suboptimal. Second, the new model of communication should be aligned with the changed context of communication environment. Most importantly, the ascent of the social media as the primary source of the information should addressed” (Niklewicz, 2016, p. 200).

Como verificámos, ao longo dos anos, a União Europeia tem reforçado a consciência relativa à importância da comunicação, desenvolvendo planos para se dirigir aos cidadãos, demonstrando uma maior abertura e sugerindo maior atenção para as suas preocupações e pontos de vista. A Comissão Europeia desempenhou o principal papel nesta ação.

Desenhada, na arquitetura europeia, como um órgão neutro, a Comissão manteve-se, nas suas primeiras configurações, distante da primeira linha mediática da política europeia<sup>11</sup>.

“[European Commission] was typically castigated as a distant, monolithic, faceless bureaucracy: invisible, intangible and unintelligible. The core Commissioners were often unknown to national MPs, elites and the public. Their appointment by national governments was opaque, and scape-goating the Commission was a common tactic of governments introducing unpalatable measures at home” (Lodge e Sarikakis, 2013: 16).

Como referido anteriormente, só a partir de 2000, é que a Comissão Europeia se reposiciona do ponto de vista da sua exposição mediática, ao mesmo tempo que a própria União Europeia colocava a comunicação na sua lista de prioridades, partido da premissa (e da convicção) de

---

<sup>11</sup> Pertence à segunda metade da década de 90 uma das primeiras tentativas de comunicação sistemática direta da Comissão Europeia com os cidadãos europeus, através das ‘cartas’ do Comissário Oreja aos cidadãos europeus.

que é provável que um cidadão informado e esclarecido esteja mais disponível para aceitar o projeto europeu.

Comunicar com os cidadãos europeus está diretamente relacionado com a necessidade de aumentar o nível de conhecimento público da União Europeia, dando a conhecer os benefícios que lhe estão inerentes, nomeadamente por via do Mercado Único (Lodge e Sarikakis, 2013: 19-20). Este não é um objetivo de curto prazo. Cidadãos informados e mobilizados, com uma perspetiva europeia para lá do interesse nacional, é algo que exige persistência e políticas integradas.

A falta de notícias que mostrem o ‘lado positivo’ da União Europeia tem contribuído para uma relação problemática, alicerçada no desconhecimento do modo de funcionamento das instituições comunitárias e o seu impacto no dia-a-dia (Lodge e Sarikakis, 2013: 20-21).

Se os *media*, centrais neste processo de consciencialização, não parecem particularmente motivados a mostrar a União Europeia na sua total dimensão, caberá à organização encontrar as melhores formas de alterar esse panorama, permitindo uma melhor comunicação com os cidadãos.

Na senda dos seus antecessores, o presidente Jean-Claude Juncker<sup>12</sup> assumiu a comunicação como uma necessidade e, em diferentes posicionamentos, revelou estar atento a estas questões. Assinala Niklewicz, (2017: 23) que a estratégia comunicacional da Comissão Juncker assentou em três eixos: i) consciencializar os cidadãos europeus das políticas europeias; ii) engajar os cidadãos, criando um sentimento de pertença e de identidade europeia; iii) criar canais de comunicação que permitissem às instituições europeias ter consciência das preocupações e expectativas dos cidadãos europeus.

Merece particular referência o terceiro eixo, pois parte do que parece ser um reconhecimento de um certo hermetismo das diferentes instituições comunitárias perante as realidades vividas pelos cidadãos dos diferentes países, membros da União Europeia.

No conjunto, aquilo que se pretendia não andava longe da ideia de ‘agir em vez de reagir’, assumir a dianteira comunicacional, ao invés de esperar pelos momentos de crise. A

---

<sup>12</sup> Liderou a Comissão Europeia de 2014 a 2019

campanha *EU Working for You* é um bom exemplo desta abordagem. Com um orçamento de 13 milhões de euros, a campanha decorreu de novembro de 2014 a fevereiro de 2015, em seis países (Portugal, Alemanha, Espanha, Polónia, Finlândia, Letónia), procurando demonstrar de forma simples os benefícios da União Europeia, sem deixar de atender às especificidades de cada Estado. Recorreu-se a diferentes *media*, com um alcance de 115 milhões de pessoas, um quinto da população da União Europeia (Niklewicz, 2017: 24).

Se a crescente preocupação comunicacional da União Europeia encontra as suas causas no alheamento dos cidadãos àquilo que é a União Europeia, a crise de 2008 e a forma como atingiu a União Europeia nos anos subsequentes, expondo as suas fragilidades internas, não terá ajudado a melhorar essa perceção. Em 2016, ao dirigir-se ao Parlamento Europeu, no habitual discurso do Estado da União, Juncker foi claro:

“Ao longo do verão, fui ouvindo atentamente as opiniões de membros deste Parlamento, de representantes dos governos, de muitos membros dos parlamentos nacionais e de muitos cidadãos europeus que partilharam comigo os seus pontos de vista.

Fui testemunha de várias décadas de integração da União Europeia. Houve momentos muito positivos. Claro que houve também tempos muito difíceis, bem como períodos de crise.

Mas nunca como agora houve tão pouco terreno de entendimento entre os Estados-Membros. Tão poucas áreas em que haja acordo para trabalhar em conjunto.

Nunca como agora tinha ouvido tantos líderes falarem unicamente dos seus problemas nacionais, referindo-se à Europa apenas de passagem ou, simplesmente, ignorando-a.

Nunca como agora tinha visto representantes das instituições europeias estabelecerem prioridades tão diferentes, por vezes em oposição direta com os governos e os parlamentos nacionais. Neste momento, é como se tivessem deixado de existir quaisquer pontos em comum entre a UE e as capitais nacionais.

Nunca como agora tinha visto governos nacionais tão enfraquecidos pelas forças populistas e paralisados pelo risco de perder as próximas eleições.

Nunca como agora tinha visto tal fragmentação e tão pouca convergência na nossa União” (Comissão Europeia, 2016: 6).

Niklewicz verifica (2017: 23) que, em anos recentes, emprego e crescimento, solidariedade, migrações, mercado único digital, Erasmus + (um programa de mobilidade de estudantes) e Corpo Europeu de Solidariedade (um programa de voluntariado jovem) têm sido os eixos centrais da comunicação europeia. Estes partem de três premissas: a União Europeia *oferece*, a União Europeia *empodera*, a União Europeia *protege*.

Resulta como evidente o apelo emocional dos eixos escolhidos e as narrativas que se pretendem construir através deles. Menos claros são, por enquanto, os resultados dos esforços encetados para uma menor incompreensão do projeto europeu. O crescimento dos

populismos, o recrudescimento de movimentos extremistas e um identificável sentimento antieuropeu podem contrariar os esforços feitos. Talvez estes, simplesmente, não sejam suficientes ou, no limite, estejam errados. Será avisado encarar as políticas de comunicação da União Europeia (a partir do momento em que a elas nos podemos referir nesses termos), como o reflexo da própria União Europeia e das suas instituições complexas e burocráticas.

### **1.5. A União Europeia vista de fora**

A representação mediática da União Europeia é, com efeito, um problema complexo. Sendo-o numa perspetiva intracomunitária, o que acontecerá em contexto extracomunitário? Que desafios se colocam à representação mediática da União Europeia para lá as suas fronteiras?

A compreensão da perceção externa da União Europeia só poderá acontecer se partir de um exercício que coloque em diferentes níveis a perceção pela administração, pelas elites, pelos jornalistas e jornalismo, pelo público em geral (Elgström e Chaban, 2015: 24).

A União Europeia tornou-se um *player* internacional (mesmo que se possa contestar a sua efetividade). A imagem (ou as imagens) externa da União Europeia é parte fundamental do processo de autorreconhecimento da organização como ator político. Dela também depende a definição do seu papel na arena política internacional. “If the EU wants to have a chance to implement efficient policies, it cannot avoid taking into serious consideration expectations, images and perceptions in the rest of the world” (Lucarelli e Fioramonti, 2010: 1). O que os cidadãos de países terceiros pensam da União Europeia afeta o sucesso ou insucesso das suas decisões (Lucarelli 2013, *apud* Elgström e Chaban, 2015: 20), não só externamente, como no plano interno.

Ao longo dos anos, a União Europeia tem alargado a sua rede de representações diplomáticas, o que dá origem a interações permanentes com governos, empresas, sociedade civil e *media* dos países onde está presente.

“Looking at external images means looking at one of the variables that contributes to shaping a European political identity among the Europeans. As a matter of fact, self-rhetorical representation, public debate and mirror images are fundamental components of a political identity in the making like the EU/ropean one” (Lucarelli e Fioramonti, 2010: 1).

Holden e Warren (2015: 56) sublinham que, enquanto organização supranacional de caráter regional, a União Europeia projeta a sua influência através de normais legais e comportamentais, mas também por valores, muito mais do que por via da coerção. Ao ser uma comunidade política e económica, apesar de tudo, bem-sucedida, impõe-se através do diálogo, da cooperação, ou da assistência técnica.

Na obra *Communication Europe in Times of Crisis - External Perceptions of the European Union*, ao revisitarem anos de estudos sobre as perceções externas da União Europeia, Chaban e Holland (2014: 3) referem-se a uma União Europeia percebida externamente em diferentes dimensões, das divisões internas aos esforços securitários e militares, do Euro ao alargamento a leste:

“Internal divisions (institutional and between member states) were seen as the main obstacles to achieving recognition as a fully-fledged international leader. Similarly, the EU’s nascent military and security profiles maintained low visibility. The most prevalent perceptions continued to invoke the EU’s reputation as an ‘economic powerhouse’ and ‘trading giant’. The birth of the euro and enlargement to the East were commonly recognized as presenting more opportunities for than threats to the global economic community. However, for some, an economically strong EU acting in unison in multilateral organizations also posed potential threats” (Chaban e Holland, 2014: 3).

O trabalho de Chaban e Holland (2008) no estudo da perceções externas da União Europeia assinala que as elites possuem um conhecimento mais diferenciado e multifacetado sobre a União Europeia, em sentido contrário àquela que é uma imagem difusa, apreendida pelo público em geral.

Precisamente para perceber a forma como a União Europeia é vista externamente, no caso, na esfera diplomática, Carta (2010) promoveu um inquérito junto de diplomatas de países extracomunitários acreditados em Bruxelas. Da análise dos resultados do estudo destaca-se que os diplomatas tendem a entender a União Europeia como um ator internacional ‘atípico’, com características de um ‘ator Estado’, condicionadas pelos limites decorrentes de uma decisão política fragmentada (as dificuldades em alcançar consensos são a principal fraqueza assinalada pelos inquiridos), da qual resulta a extrema dificuldade em adotar medidas de política externa relevantes. Sem prejuízo, destaca-se como principal credencial o potencial de representação de diferentes Estados (Carta, 2010: 208).

Carta (2010: 214) destaca que a União Europeia é igualmente criticada pelo seu excesso de burocracia e lentidão do processo de decisão política, bem como pelo seu défice democrático e baixas taxas de aprovação pelos cidadãos europeus.

“From a foreign policy perspective, the democratic deficit equates to a legitimacy deficit and has negative effects on the reputation of the EU as na ‘exporter’ of democracy and human rights. Moreover, it also influences the credibility of the EU as an international partner, especially when member states cleverly use its poor political legitimacy to discredit EU decisions in the eyes of external observers in order to promote national interests” (Carta, 2010: 214).

O que é decidido na União Europeia não abala apenas a vida daqueles que fazem parte dela, também dos que vivem em países que se relacionam, de alguma forma, com o bloco comunitário. A Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa são pilares fundamentais no estabelecimento da ambição comunitária em termos de política externa e sustentam as linhas gerais do posicionamento internacional da organização (Lucarelli e Fioramonti, 2010: 2). Ao entrar em vigor, em dezembro de 2009, o *Tratado de Lisboa* alargou as competências do chamado Alto Representante, espécie de ‘ministro dos Negócios Estrangeiros’ da União Europeia. Na mesma ocasião, estabeleceu-se o Serviço Europeu de Ação Externa, responsável pela condução da política externa (Bachmann e Müller, 2015: 2). A União Europeia é um dos principais atores no comércio internacional. Em conjunto, as instituições e os países membros são o principal doador mundial de ajuda para o desenvolvimento (Lucarelli e Fioramonti, 2010: 2).

Ou seja, ao mesmo tempo que é uma entidade complexa e inconsistente, a União Europeia desempenha um papel político relevante nas relações internacionais. Declara Carta (2010: 207): “these intrinsic inconsistencies, coupled with the complexity of the system, contribute to explaining the citizens’ and elite’s struggle to understand what kind of ‘animal’ the EU is”.

### **1.5.1. A União Europeia aos olhos de África**

A relações entre a União Europeia e a região África, Caraíbas e Pacífico (ACP) são históricas. Muitos dos Estados membros da União Europeia tiveram com os países ACP laços coloniais duradouros, transportados e reconfigurados, após as independências, para a

esfera da cooperação. O discurso político europeu coloca estas relações no domínio da ‘parceria’, ‘igualdade’ e ‘amizade’.

A União Europeia tem sido, ao longo das últimas décadas, o principal parceiro comercial das antigas colónias europeias que foram, em 1957, os primeiros parceiros externos da recém-nascida Comunidade Económica Europeia (CEE). Resulta daqui uma relação inter-regional institucionalizada (Sicurelli, 2010: 180).

Fioramonti e Kimunguyi (2011) relevam que as referências à União Europeia, enquanto modelo de organização supranacional, são assumidas pela União Africana e pelos os seus países em diferentes documentos e declarações publicas. Não obstante, nada disto impede que persista um certo ressentimento, que encontra as suas origens na ideia de ‘não equilíbrio’ da balança, a favor dos europeus. As negociações dos chamados EPA (*Economic Partnership Agreements*, Acordos de Parceria Económica) com os países africanos são disso um exemplo, porquanto são tidos, em certos quadrantes, como instrumentos que beneficiam de forma desigual uma das partes, a União Europeia, prejudicando o desenvolvimento de setores estratégicos do continente, nomeadamente a agricultura (Fioramonti e Kimunguyi, 2011: 3).

A análise de declarações públicas, documentos oficiais e entrevistas, feita por Sicurelli (2010: 190) confirma esta perceção. A União Europeia é criticada pelos responsáveis da União Africana, tanto pela falta de coerência de políticas comerciais e de desenvolvimento, como pela suposta imposição do seu modelo de integração. A União Europeia é também criticada pela forma como desempenha o seu papel na gestão de conflitos:

“It appears that changes in EU–Africa relations since the turn of the Millennium have contributed to shaping a multifaceted image of the EU in the eyes of the AU. While representatives of AU institutions continue to consider the EU a supporter of the integration of African markets into the global economy and a crucial partner in the construction of peace in Africa, they nevertheless detect meaningful limits in the way the EU promotes liberalization and security. Indeed, AU leaders assess the success and limits of EU trade and foreign policies on the basis of their economic and security interests” (Sicurelli 2010: 190).

Na construção da perceção da União Europeia a partir de África, não poderá deixar de ser considerado o fator colonial. O estudo de Siculerelli (2010: 191) refere-o, admitindo a sua relevância e evidenciando que a tática adotada pela União Europeia, do protecionismo a outras condicionantes impostas, relembra a relação assimétrica dos períodos coloniais. De

igual modo, Sicurelli (*ibidem*) observa que as críticas feitas pelos responsáveis da União Africana são influenciadas pela ideia de que a Europa deve a África uma ‘compensação’ pelo tempo colonial.

Num outro estudo, Fioramonti e Kimunguyi (2011) tentaram perceber a forma como a União Europeia é percebida em dois dos mais relevantes países africanos: Quênia e África do Sul. Foram entrevistadas 32 personalidades em cada país, entre parlamentares, empresários, editores de órgãos de comunicação social e líderes da sociedade civil. Os resultados são esclarecedores. No Quênia, 58% considerou que a União Europeia é vista como ‘mais importante’ do que outras regiões. Na África do Sul, a percentagem é inferior, mais ainda assim perto da metade, 48%.

Esta percepção não impede críticas e em ambos os países o estudo registou-as ao nível das políticas agrícolas e de subsídio de certos produtos. Na África do Sul, em particular, foram os representantes dos *media* aqueles que mais criticaram a relação da União Europeia com o seu país, incidindo as críticas nas políticas comerciais, que consideraram ‘neocolonialistas’ (Fioramonti e Kimunguyi, 2011: 12).

Se é inquestionável a importância, para ambas as partes, da relação entre União Europeia e África, seja através da União Africana, seja diretamente com os seus Estados membros, é inevitável registar aquilo que parecem ser críticas coerentes de diferentes protagonistas a uma relação que, por ventura, não será equilibrada.



## **Capítulo 2 - União Europeia, África e Cabo Verde**



## **2.1. Quadro geral da cooperação da União Europeia com o continente africano**

A União Europeia é um ator fundamental da política internacional, em particular no domínio da cooperação. Apesar de, por vezes, titubeante, numa área de alçada, fundamentalmente, intergovernamental (mesmo após a criação do Serviço Europeu para a Ação Externa), o bloco é responsável por parte importante do comércio mundial e é o maior financiador de programas de ajuda ao desenvolvimento, estando presente em múltiplas frentes, com destaque para missões humanitárias e de manutenção de paz (Camisão e Coutinho, 2016: 1187-1188).

A influência da União Europeia no continente africano, em nome próprio ou através dos seus estados membros, é histórica<sup>13</sup>. É, aliás, nessa perspetiva que deve ser primeiramente analisada, para que possa ser compreendida na sua totalidade. Muitos países europeus têm com ainda mais países africanos, hoje independentes e soberanos, um passado colonial comum. Se, por um lado, essa História partilhada mantém feridas abertas e tem laços que não se desfizeram com as independências, por outro, essas relações competem no presente com novos protagonistas. A influência crescente das ‘novas potências’ em África ampliou a margem de manobra dos estados africanos, nas suas relações externas, abrindo possibilidades de novas e significativas parcerias (Franco, 2009: 9). Índia, Brasil ou China, com o ‘gigante asiático’ à cabeça, para citar apenas três exemplos, conquistam terreno no continente, lutando por um maior protagonismo, roubado aos aliados tradicionais.

E é a partir desta encruzilhada que devem ser entendidas as atuais relações entre os dois continentes. Sim, a União Europeia é interlocutora relevante e uma parceira comercial significativa (em conjunto com os Estados Unidos), mas, sim, a China torna-se um competidor cada vez mais importante (Sindzingre, 2014: 14). A natureza das relações alterou-se, porque “o palco” já não pertence quase em exclusivo à Europa.

Em paralelo, e durante décadas, o modelo de integração europeu serviu de inspiração à própria integração africana. Também isso parece estar a mudar, com o empurrão

---

<sup>13</sup> No século XIX, ainda em período colonial, nasceu, por intelectuais da época, como Richard Coudenhove-Kalergi, o conceito de ‘Euroáfrica’, no pressuposto de uma Europa entendida em conjunto com as colónias africanas dos países europeus (Varela, 2012: 279)

proporcionado por crises recentes, como aquela que ocorreu a partir de 2008 e a forma como esta expôs fragilidades existentes (Sindzingre, 2014: 8).

O interesse europeu por África cumpre, podemos dizer, três objetivos fundamentais (Franco, 2009: 9):

- a) Cooperar para o reforço do papel do Estado e combater os problemas associados à sua fragilidade.
- b) Competir pela exploração dos recursos naturais estratégicos.
- c) Resolver na origem problemas como as migrações.

Apresentando-se discursivamente como um parceiro ‘não colonial’, as políticas da União Europeia para África têm sofrido alterações, ao longo dos anos, procurando adaptar-se a novos tempos, tentando preservar o papel de liderança que a Europa quer salvaguardar no continente africano (Holden e Warren, 2015: 50).

A independência de muitos países africanos, a partir da década de 60, o consequente surgimento de novos países soberanos e a necessidade de enquadrar as relações desses estados com o recém-criado bloco europeu, resultaram nas chamadas Convenções de Yaoundé<sup>14</sup> (1963 – 1975), acordos de associação que permitiam um acesso preferencial das antigas colônias europeias em África ao mercado interno europeu, o primeiro mecanismo de cooperação Europa-África efetivamente negociado no quadro da Comunidade Económica Europeia (CEE).

Assinada a 20 de julho de 1963, a primeira Convenção de Yaoundé reconhecia a soberania dos países africanos, antes dominados, tentando o estabelecimento de posições articuladas, em concreto, entre a Comunidade Económica Europeia e a Associação de Estados de África e Madagáscar. Burundi, Camarões, Republica Centro-Africana, Chade, Congo, Dahomey (hoje Benim), Gabão, Costa de Marfim, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Níger, Ruanda, Senegal, Somália, Togo, Upper Volta (agora Burkina-Faso) e Zaire (agora República Democrática do Congo) eram os estados africanos abrangidos (Pereira, 2014: 21).

---

<sup>14</sup> Cidade capital dos Camarões

As Convenções de Yaoundé procuravam estabelecer um quadro distinto do tradicional estatuto de associação, capaz de promover os interesses geopolíticos da Comunidade Económica Europeia (Nunn e Price, 2004: 211). Diríamos que a principal inovação estava no facto de ser possível congregar diferentes políticas de desenvolvimento numa única, que se esperava abrangente, de diferentes âmbitos, entre apoio financeiro, assistência tecnológica e ao nível da formação, além da sua dimensão comercial, com acesso preferencial de matérias-primas e outros produtos ao mercado interno europeu e a abolição mútua e gradual de taxas alfandegárias (Pereira, 2014: 21-22).

A prática, contudo, demonstrou-se contrária à teoria, com a prevalência daquilo que Nunn e Price (2004: 211) classificam de continuação de um método neocolonial, porque países europeus e africanos, simplesmente, não podiam competir entre si, dando lugar a novas relações de dependência económica e ausência de reciprocidade. Esta crítica é corroborada por Holland (2002: 31), para quem é difícil refutar o argumento do neocolonialismo, já que as Convenções aumentaram a dependência dos países da Associação de Estados de África e Madagáscar face aos Estados-Membros da Comunidade Económica Europeia, em particular a França.

Com Yaoundé a redundar numa extensão de políticas antigas, nasceram as Convenções de Lomé. Lomé procurou romper com a imagem neocolonial que se havia colado aos anteriores entendimentos, através do estabelecimento de uma base de diálogo que se esperava mais equilibrada (Holden e Warren, 2015: 50-52). Tendo como interlocutores os países do grupo ACP – África, Caraíbas e Pacífico – a primeira, de quatro Convenções foi firmada em 1975<sup>15</sup>.

A I Convenção de Lomé (que entrou em vigor efetivo a 1 de Abril de 1976) – esta, em particular, por ser pioneira – deve ser lida à luz do seu próprio tempo histórico, para que, como afirma Holland (2002: 34), possa ser compreendida no seu carácter único e inovador. O compromisso de tratamento igualitário passou a ser assumido, com as partes a estabelecerem uma cooperação “com base na completa igualdade entre os parceiros” (Council of the European Communities, 1975: 13). Na sequência, Pereira (2014: 46) destaca que as Convenções de Lomé trouxeram uma nova relação, resultado da qual as trocas

---

<sup>15</sup> Lomé I, 1975-1980; Lomé II, 1980-1985; Lomé III, 1985-1990; Lomé IV, 1990-2000.

comerciais passaram a ser feitas de forma diferente, beneficiando de novos mecanismos, que tentavam contrariar a relação vertical que persistia em Yaoundé.

Não se julgue, porém, que, apesar dos avanços, os constrangimentos e o desequilíbrio na relação Europa – África estavam definitivamente ultrapassados.

“A Convenção de Lomé foi desafiada de várias formas, sendo-o primeiro em termos históricos, verificando-se que a dependência continuava a ser um constante denominador da relação entre ACP-União Europeia, o que fez com que não houvesse um aumento da posição económica dos Estados e que tornou ainda mais notório e enraizado o conceito de dependência” (Pereira, 2014: 64).

A noção de que permaneciam dependências na relação Europa-África contribuiu para que, em meados da década de 90 do século XX, a União Europeia tivesse decretado o fim de Lomé<sup>16</sup>. A organização estava convencida dos méritos do livre comércio e tinha-se instalado o sentimento de que, na prática, os países ACP continuavam a não beneficiar das vantagens comerciais previstas nos sucessivos entendimentos (Merrien, 2009: 34).

Foi assim que nasceu o Acordo de Cotonu (Comunidade Económica Europeia, 2000), o ato que estabeleceu os princípios gerais da atual relação União Europeia-África (via ACP). Cotonu é a base para outros entendimentos nacionais e regionais, nomeadamente os PIN (Programas Indicativos Nacionais) e PIR (Programas Indicativos Regionais). Os projetos identificados neste âmbito são passíveis de subsídio no âmbito do FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento), existindo também a possibilidade de financiamento via Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) ou através do recurso a outras linhas orçamentais específicas.

Cotonu procura i) combater a pobreza; ii) promover o desenvolvimento sustentado; iii) garantir a progressiva integração dos países ACP na economia mundial; iv) promover integração regional (Comunidade Económica Europeia, 2000: 3) e deve ser compreendido nas suas três dimensões: comercial, ajuda ao desenvolvimento e política.

---

<sup>16</sup> No caso concreto dos Países Africanos de Língua Portuguesa, a União Europeia estabeleceu, desde 1992, um acordo de cooperação com o grupo dos PALOP, motivado pelas proximidades não só linguísticas, mas também organizativas entre estes Estados e a União Europeia, através de Portugal (Delegação da União Europeia em Cabo Verde, 2012).

Para Holland (2002), no que talvez poderá ser uma visão demasiado otimista, o acordo apresenta-se como toda uma nova narrativa.

Em qualquer dos casos, o seu pilar político, e na senda do que havia sido ensaiado em Lomé IV, fortaleceu o diálogo entre Governos, trazendo para o debate os parlamentos, as autoridades locais, a sociedade civil, o setor privado e os parceiros económicos e sociais<sup>17</sup> (Comunidade Europeia, 2000). Nota Pereira (2014: 73) que este reforço do diálogo revelou-se fundamental para a concretização dos objetivos do próprio acordo.

Relativamente aos dois primeiros pilares, Holden e Warren (2015: 52) assinalam alguns avanços: “in the area of trade, however, Cotonou did represent a significant break with the past”, destacando-se o alinhamento com as políticas da Organização Internacional do Comércio. Igualmente, a ajuda financeira passou a estar ligada ao desempenho dos Estados e as regiões e países começaram a ser diferenciadas pelo seu estado de desenvolvimento.

“Moreover, in light of the possibility of sanctions for the most serious offenders, all parties were committed to engage in political dialogue on issues related to human rights, good governance and the rule of law – making the agreement an inherently political undertaking” (Holden e Warren 2015: 52-53).

A execução do Acordo de Cotonu e a aproximação às políticas da Organização Mundial do Comércio levaram a União Europeia a pensar na criação de zonas de comércio livre. No caso concreto dos países africanos, estes foram divididos em quatro grupos sub-regionais - Central, Ocidental, Oriental e do Sul – experimentando-se a negociação de Acordos de Parceria Económica.

“Between 2000 and 2007, the EU promoted the creation of subregional organizations within the ACP group in order to conclude separate Economic Partnership Agreements (EPAs) with each regional grouping. In the case of African countries, the subregional groupings only partially overlap with pre-existing regional economic communities and customs unions” (Sicurelli, 2010: 181).

Os Acordos de Parceria Económica afirmaram-se, desde o início, como instrumentos controversos, tanto pela exigência de reciprocidade, forçando a abertura (mesmo que parcial)

---

<sup>17</sup> O Acordo de Cotonu contempla a existência de órgãos políticos próprios, nomeadamente o Conselho de Ministros ACP - assistido pelo o Comité de Embaixadores - que conduz o diálogo político e define as diretrizes gerais; a Assembleia Parlamentar Paritária, um órgão consultivo que elabora recomendações sobre os objetivos do acordo.

dos mercados africanos aos produtos da União Europeia, como por coliderem, por vezes, com movimentos de integração regional já existentes (Holden e Warren 2015: 52-53).

Numa análise mais conservadora ao espírito dos Acordos de Parceria Económica, Merrien (2009: 36) sugere que estes visam a criação de uma área assimétrica de livre comércio, com abertura total do lado da União Europeia e parcial por parte dos países do grupo ACP. Mesmo com essa salvaguarda, as diferenças estruturais e de nível de desenvolvimento entre as economias europeias e africanas deverão ser suficientes para impedir, eliminadas as barreiras protecionistas, uma concorrência em igualdade de circunstâncias entre empresas de um lado e do outro, com maior benefício para o lado europeu (Sindzingre, 2014: 18; Merrien, 2009: 41).

O processo de implementação dos Acordos de Parceria Económica tem sido moroso e difícil, com longas negociações, que envolvem, em muitos casos, apenas alguns dos países dos subgrupos criados pela União Europeia, dentro do espaço ACP<sup>18</sup>.

Absoluto é que África está definitivamente de regresso ao topo da agenda internacional, faltando perceber o alcance desse regresso a longo prazo, e qual a preponderância efetiva que conseguirá alcançar nos processos de decisão globais.

De olhos postos no futuro, foram já iniciados os trabalhos para relançar a cooperação União Europeia – África pós 2020, altura em que termina a vigência de Cotonu. Em junho de 2018, o Conselho Europeu adotou o mandato de negociação, proposto pela Comissão Europeia. Espera-se que das negociações em curso possa sair um acordo potenciador do crescimento económico, sem esquecer questões candentes, como as alterações climáticas, as migrações, a erradicação da pobreza, o reforço da democracia, etc.

A Comissão Europeia define, em alguns parágrafos as linhas essenciais daquilo que se pretende:

“The center of gravity will be on the regional compacts, setting region-specific priorities towards countries in Africa, the Caribbean and the Pacific. The common foundation, applicable to all members of the Partnership, will list general objectives, principles and priorities, and enable increased cooperation at international level.

---

<sup>18</sup> O Acordo de Parceria Económica com Botswana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, África do Sul e Suazilândia, membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, tornou-se, em fevereiro de 2018, o primeiro acordo do género a estar totalmente operacional.

The regional compacts will be protocols to the agreement, providing for a comprehensive legal framework of the relations. At the same time, the agreement will allow for a flexible adjustment to changing circumstances through the application of a simplified procedure to revise the three regional compacts. The strengthened role of the (sub)-regional organizations will have to be recognized and catered for within the Partnership, particularly towards the governance of the regional compacts.

The Partnership will be open to different degrees to the involvement or adhesion of other countries, which share the same values and contribute to meeting the objectives” (Comissão Europeia, 2017: 2).

Num seminário em Londres, em 2018, perspetivando o fim do Acordo de Cotonu, o diretor-geral para as questões africanas, no Serviço Europeu de Ação Externa, Koen Vervaeke, disse que “o pós-Cotonu é uma oportunidade estratégica para inovar e para consolidar”<sup>19</sup> a relação com os países ACP.

Sem prejuízo dos apelos ocasionais de elites africanas, para que o continente corte os laços com o passado colonial, e dos novos competidores mundiais em jogo, as ligações permanecem fortes. Mas em nenhum momento isso deve impedir uma visão crítica, na senda de Taylor (2015), quando este resume as relações Europa-África evidenciando a relevância da cooperação para o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, as suas inconsistências, capazes de projetar uma imagem negativa da União Europeia, “as a collective unit that gives with one hand but that takes back with the other” (Taylor, 2015: 16).

## **2.2. As relações entre a União Europeia e Cabo Verde**

Num país pequeno e arquipelágico, com uma grande comunidade emigrada, a política externa é um dos eixos fundamentais para a compreensão do processo de edificação do próprio Estado.

Antiga colónia portuguesa, independente desde 5 de julho de 1975, Cabo Verde tem pautado a sua atuação em contexto externo pelo pragmatismo. Historicamente, como referem Costa e Pinto (2013: 165), “denota-se a predominância de um discurso legitimador, que apregoa a

---

<sup>19</sup> Fonte: Lusa – “UE quer aproveitar fim do Acordo de Cotonu para mudar modelo de relações com África. *Diário de Notícias*. Lisboa (26 mar. 2018d). Em linha: <https://www.dn.pt/lusa/interior/ue-quer-aproveitar-fim-do-acordo-de-cotonou-para-mudar-modelo-de-relacoes-com-africa-9215179.html>. [Consult. 19 ago. 2018]

existência de uma política externa extremamente homogênea, coerente nos princípios, pragmática na ação e sem variações conceptuais substantivas”, que não esquece a diáspora (Tavares, 2013: 217).

Nos anos imediatamente após a independência nacional, num contexto de clivagem internacional, em plena Guerra Fria, impôs-se a exigência de uma política externa inteligente, capaz de mobilizar parceiros internacionais que pudessem apoiar o país, perante um contexto interno de grande fragilidade, que colocava em causa a viabilidade do próprio ideal de soberania (Gonçalves, 2010: 24).

Desse esforço emerge a inserção em espaços estratégicos diversos, “resultando em ambivalências políticas, dissonâncias discursivas e ambiguidades identitárias” (Costa e Pinto, 2013: 166).

No pós-independência, foi na União Soviética que Cabo Verde encontrou oportunidades de apoio imediato em áreas como defesa e formação de quadros, ao mesmo tempo que os Estados Unidos da América, de Gerald Ford<sup>20</sup>, se tornaram um dos primeiros países a oferecer ajuda económica expressiva, no valor de três milhões de dólares (Gonçalves, 2010: 26).

Se Cabo Verde manteve uma postura de não alinhamento, fê-lo consciente da necessidade e das vantagens de tal opção.

“Ao desconstruir a retórica discursiva veiculada pela *intelligentsia* cabo-verdiana e subjacente à praxis político-diplomática, denotamos que as retóricas do pragmatismo, da vulnerabilidade, da especificidade e a mobilização situacional de pertenças identitárias, são estrategicamente veiculadas para sublimar e autojustificar, por si só, uma ambivalência prática da política externa que resvala, por vezes, num situacionismo oportunista tributário de uma ‘politique du ventre’” (Costa e Pinto, 2013: 166-167).

A maleabilidade, a capacidade de adaptação a novos contextos, têm sido habilmente geridas pela diplomacia crioula, desde o fim do colonialismo, até à atualidade. Os anos 90 do século XX marcam o início de um novo período para o mundo, com a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética. A política externa da, a partir de então, democracia cabo-verdiana<sup>21</sup>, assume essas transformações e, mais uma vez, consegue ajustar-se, criando

---

<sup>20</sup> Presidente entre 1974 e 1977.

<sup>21</sup> A 13 de Janeiro de 1991 realizaram-se em Cabo Verde as primeiras eleições multipartidárias.

condições para enfrentar os desafios da decorrente do advento da globalização (Gonçalves, 2010: 47).

Cabo Verde entendeu que, nesse ‘novo mundo’, poderia jogar, primeiro, com a sua posição estratégica, no Atlântico médio, no eixo América, África, Europa, e, depois, com a sua hibridez identitária, também ela reforçada pelo caráter utilitarista da política externa. Conforme explica Graça, (2013), “o ‘economicismo’ determina as tendências de relacionamento entre Estados e povos, em nome do ‘interesse nacional, da vulnerabilidade económica e da dependência externa”. Se as ilhas despertam novos interesses regionais e internacionais, o arquipélago não deixará de saber tirar partido da importância geoestratégica, seja no plano económico, no comércio triangular, na defesa ou no diálogo cultural entre povos (Gonçalves, 2010: 54). De resto, é isso que tem feito.

A cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde existe desde 1977, ano em que Cabo Verde beneficiou de um primeiro apoio ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento (Delegação da União Europeia em Cabo Verde, 2012: 5).

Os primeiros objetivos da cooperação, ainda nos anos 70, do século passado, passavam por desenvolver projetos na área da reflorestação, proteção e valorização dos recursos hídricos e dos solos (Ferreira, Rodrigues e Malta, 2006: 13). No seguimento, em 1981, e no âmbito do segundo programa Lomé, o arquipélago recebeu outros apoios, no caso essencialmente destinados a infraestruturas, como o Aeroporto do Sal (na altura o único aeroporto internacional do país), projetos de saneamento e eletrificação (particularmente da capital, Praia), e novamente a reflorestação do país. Com Lomé III, foram financiados projetos na área do fornecimento da água potável, eletrificação e criação de infraestruturas de zonas urbanas. Foi também no âmbito deste terceiro programa que foram feitas as primeiras experiências na área das energias renováveis – aliás, o ambiente voltou a ser uma das áreas-chave do programa (Ferreira, Rodrigues e Malta, 2006: 13).

A cada novo acordo é observável o aprofundamento da relação e o alargamento das áreas abrangidas. A partir de 1996, a revisão de Lomé alargou as verbas disponíveis e estendeu a cooperação a outras ilhas. Cabo Verde passou a beneficiar de acesso ao Banco Europeu de Investimento (BEI), com possibilidade de obter financiamento a juros bonificados, para intervir nos setores produtivos e apoio ao desenvolvimento do setor privado (*Idem*: 13-14).

“O espaço comunitário europeu, além de centro político de referência para a formatação da cultura política cabo-verdiana constitui, igualmente, uma referência incontornável da política externa cabo-verdiana, pois ali se concentram os principais parceiros do desenvolvimento do arquipélago” (Costa, 2012: 361).

Esses parceiros dividem-se em três níveis: primeiro, a União Europeia, enquanto organização internacional; segundo, os Estados-membros da União; terceiro, regiões particulares dentro dos Estados, como é o caso das regiões ultraperiféricas que formam a Macaronésia (Açores, Madeira e Canárias)<sup>22</sup>, com as quais Cabo Verde mantém cimeiras regulares e das quais o país também recebe apoio.

À União Europeia, Cabo Verde interessa a múltiplos níveis. Desde logo, por força da atenção particular de Portugal, e das ligações históricas existentes entre os dois países. Igualmente, Cabo Verde é um bom exemplo, referenciado em múltiplos fóruns, sendo por isso uma bandeira enquanto caso de sucesso. Mais ainda, a localização geográfica do arquipélago interessa do ponto de vista estratégico, tanto num plano económico (tem uma vasta Zona Económica Exclusiva, onde operam dezenas de barcos de pesca europeus), como na esfera securitária, na transição do Atlântico Sul para o Atlântico Norte.

Na atualidade, as relações são globalmente orientadas pela Parceria Especial (Comissão Europeia, 2007b), estabelecida em 2007. Em Dezembro de 2012 foram assinados acordos complementares, nomeadamente o acordo de facilitação de vistos (União Europeia, 2013a) e o acordo de repatriamento (União Europeia, 2013b). O primeiro visa facilitar a emissão de vistos para cidadãos cabo-verdianos que queiram viajar para o espaço Schengen, enquanto que o segundo visa o repatriamento de imigrantes ilegais.

Importa também realçar o acordo de pescas assinado entre a União Europeia e Cabo Verde (Comunidade Económica Europeia, 1990) - atualizado periodicamente em ciclos predeterminados, através de protocolos adicionais - e que do ponto de vista económico e ambiental é muito significativo para o arquipélago, até porque os recursos marinhos são os únicos recursos naturais significativos de que o país dispõe.

---

<sup>22</sup> A integração de Cabo Verde nas chamadas regiões ultraperiféricas europeias tem dado origem a debates sobre a possibilidade de uma parceria mais profunda entre os arquipélagos (Madeira, 2013: 54). Têm sido dados alguns passos nesse sentido, nomeadamente a realização de cimeiras regulares, mas o facto de, por um lado, Cabo Verde ser o único arquipélago-Estado soberano e, por outro, não pertencer à União Europeia, dá origem a dúvidas sobre o sucesso das iniciativas.

O quadro financeiro 2016-2020 fixou a ajuda orçamental ao país nos 50 milhões euros. Este valor foi atualizado, através de outros acordos, e está agora situado nos 74 milhões de euros<sup>23</sup>. O pacote de Apoio Orçamental<sup>24</sup> atual é direcionado a duas áreas fundamentais: i) apoio ao Desenvolvimento e Luta Contra a Pobreza; ii) reforço da Parceria. Procura-se melhorar a competitividade das ilhas e criar condições para a atração de investimento externo (Delegação da União Europeia em Cabo Verde, 2017b).

### **2.2.1. A importância da Parceria Especial**

Em Outubro de 2007, depois de prolongadas negociações, uma comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento Europeus (Comissão Europeia, 2007b) anunciava a conclusão do processo negocial relativo à Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde. As negociações tendo em vista a parceria começaram em 2002, mas só em 2006 terão sido reunidas todas as condições para que o processo avançasse de forma efetiva. Trata-se da única parceria do género no continente africano, um instrumento inovador de cooperação, que vai além da relação doador-beneficiário (Delegação da União Europeia em Cabo Verde, 2017a: 9)

O estabelecimento da parceria, mais do que um passo em frente na cooperação bilateral, marca uma verdadeira mudança na matriz das relações entre as partes (Monteiro, 2011: 46).

A Parceria Especial surge enquadrada no âmbito do já antes referido Acordo de Cotonu (Comunidade Europeia, 2000), como um anexo a esse entendimento quadro, consubstanciando-se originalmente em seis pilares estratégicos.

---

<sup>23</sup> Fonte: Lusa – “UE formaliza apoio orçamental adicional de mais de um milhão de contos a Cabo Verde”. *Expresso das Ilhas*. Praia (16 jul. 2018e). Em linha: URL:<https://expressodasilhas.cv/pais/2018/07/16/ue-formaliza-apoio-orcamental-adicional-de-mais-de-um-milhao-de-contos-a-cabo-verde/59093> [Consult. 19 ago. 2018]

<sup>24</sup> O Apoio Orçamental é um instrumento utilizado comumente pela União Europeia nos países ACP, mas também na Ásia e América Latina. Esta modalidade representa um quarto da ajuda ao desenvolvimento concedida pela União Europeia e concretiza-se através de transferências diretas para o Tesouro dos países beneficiários. Estados membros da União Europeia – Espanha, Luxemburgo e Portugal – bem como o Banco Africano de Desenvolvimento e o Banco Mundial têm recorrido ao mecanismo de Apoio Orçamental para canalizar parte da sua ajuda a Cabo Verde. Estes parceiros, reúnem-se regularmente em encontros de acompanhamento, no chamado Grupo de Apoio Orçamental (Delegação da União Europeia em Cabo Verde, 2017b).

Pilar / Objetivos gerais	Objetivos específicos
<p><b>1: Boa Governação</b>  Consolidação aprofundamento da democracia, do Estado de direito e da participação da sociedade civil na vida política do país, bem como ao reforço do diálogo político e da cooperação, em especial em matéria de democracia e de direitos humanos. São também cobertos os direitos das crianças e das mulheres, a integração dos imigrantes em situação regular e a luta contra a violência doméstica.</p>	<p>1) Reforço da estabilidade e eficiência das instituições que garantem a democracia e o respeito pelo direito.</p> <p>2) Revisão da legislação visando o aperfeiçoamento, a estabilidade e a eficiência das instituições no quadro da Reforma.</p> <p>3) Clarificação das funções principais do Estado e melhoria da qualidade dos serviços prestados aos utentes: cidadãos, empresas e investidores.</p> <p>4) Reforço da transparência e imparcialidade da administração pública.</p> <p>5) Revisão da legislação visando o reforço da salvaguarda dos direitos humanos, direitos das crianças e das mulheres.</p> <p>6) Reforma da justiça.</p> <p>7) Reforço da capacidade de gestão e consolidação das finanças públicas.</p> <p>8) Reforço das capacidades da Administração Pública.</p> <p>9) Reforço da capacidade nacional de gestão da vulnerabilidade ambiental.</p>
<p><b>2: Segurança e Estabilidade</b>  Segurança e luta contra a criminalidade organizada transnacional (cooperação no âmbito da luta contra o terrorismo, o tráfico de seres humanos e o tráfico de migrantes, o tráfico ilegal de droga e de armas e o branqueamento de capital), promovendo o respeito pelos direitos humanos; a gestão eficaz dos fluxos migratórios, incluindo a melhoria da contribuição da diáspora cabo-verdiana para o desenvolvimento do país (remessas dos emigrantes), e a luta contra os fluxos ilegais; a segurança marítima.</p>	<p>11) Garantir a estabilidade para o desenvolvimento do país e consolidação da democracia, e assumir uma abordagem abrangente de segurança, que tenha sempre em conta os direitos fundamentais das pessoas.</p> <p>12) Aperfeiçoamento e consolidação das políticas e reformas em matéria de Segurança e alargamento da Segurança cooperativa.</p> <p>13) Desenvolvimento de uma capacidade nacional de monitorização de embarcações e realização de exercícios conjuntos de fiscalização do território marítimo.</p> <p>14) Reestruturação da Polícia Nacional, dos Serviços das Fronteiras e o reforço da segurança da documentação nacional.</p> <p>15) Luta contra a droga e crimes conexos.</p> <p>16) Parceria para a Mobilidade.</p>
<p><b>3: Integração Regional</b>  Valorizar a aproximação de Cabo Verde às RUP e ao resto da UE, intensificando simultaneamente as suas relações com a sub-região da África Ocidental no âmbito da CEDEAO.</p>	<p>17) Participação de Cabo Verde no programa MAC 2007-2013.</p> <p>18) Participação de Cabo Verde nos mecanismos e instâncias de concertação e de cooperação existentes nas RUP e intensificação das relações entre as RUP e Cabo Verde em todos os domínios abrangidos por este documento.</p> <p>19) Uma integração de acordo com as especificidades de Cabo Verde.</p>

<p><b>4: Convergência Técnica e Normativa</b> Estabelecer uma convergência de políticas em matéria técnica e normativa nos setores abrangidos.</p>	<p>20) Promoção de parcerias estratégicas</p> <p>21) Modernização de infraestruturas e valorização dos recursos energéticos.</p> <p>22) Melhoria do funcionamento da economia de mercado, do sistema financeiro e do clima de investimento e de negócios.</p> <p>23) Standards e regulação técnica.</p> <p>24) Questões sanitárias e fitossanitárias: modernização destes setores e melhoria da segurança alimentar dos consumidores.</p> <p>25) Direito de propriedade intelectual e industrial.</p> <p>26) <i>Procurement</i> público (aquisições públicas).</p> <p>27) Melhoria do Sistema Estatístico.</p>
<p><b>5: Sociedade de Conhecimento</b> Promoção da "sociedade do conhecimento, nomeadamente através da educação, da investigação, e da apropriação/desenvolvimento das tecnologias da informação.</p>	<p>28) Melhoria da qualidade e da cobertura da educação e da formação profissional.</p> <p>29) Promoção de pesquisa, desenvolvimento e intercâmbio científico e tecnológico.</p> <p>30) Promoção de tecnologias de informação e de comunicação.</p>
<p><b>6: Luta contra a Pobreza e Desenvolvimento</b> Assistência técnica especializada. Upgrade da capacidade institucional em gerir a problemática da pobreza e definir prioridades, sobretudo no que se refere as disparidades económicas e sociais.</p>	<p>31) Desenvolvimento sustentado e redução da pobreza.</p> <p>32) Redução das disparidades económicas e sociais.</p> <p>33) Habitação social e Ordenamento do Território.</p> <p>34) Emprego, condições de trabalho e proteção social.</p>

Fonte: Governo de Cabo Verde, 2008

**Quadro 1. - Pilares da Parceria Estratégica**

Em 2017, na ocasião dos dez anos da Parceria, a União Europeia assinalou o sucesso do acordo e o cumprimento dos seus objetivos, registando: “ao longo dos últimos dez anos, foram feitos progressos significativos em todos os domínios abrangidos, através de várias ações de cooperação entre Cabo Verde, a União Europeia e os seus Estados-membros” (European External Action Service, 2017: 2). Em simultâneo, foi anunciada a inclusão de novas áreas de ação: investimento, crescimento e emprego; gestão dos oceanos e economia azul<sup>25</sup>; reforma da administração pública (Delegação da União Europeia em Cabo Verde, 2017a).

<sup>25</sup> Em novembro de 2018, a União Europeia e Cabo Verde assinaram um acordo de cooperação em matéria de investigação científica, reforçando o pilar ‘sociedade de conhecimento’, da Parceria Especial, com grande enfoque nos oceanos e economia azul, através do Documento-Quadro de Mindelo, rubricado à margem da primeira Ocean Week, organizada pelo país, na ilha de São Vicente. Com este entendimento, as partes

Em 2012, a União Europeia, através da sua delegação em Cabo Verde, já havia registado esses mesmos progressos:

“Desde a sua entrada em vigor em novembro de 2007 houve ganhos particularmente nos pilares da segurança e estabilidade, boa governação e convergência normativa. O reforço das relações entre a União Europeia e CV nos últimos anos e prova destes ganhos com ênfase para a boa governação. Neste particular, Cabo Verde tem feito avanços significativos e tido com um dos países modelo na sub-região africana” (Delegação da União Europeia em Cabo Verde, 2012: 6).

Não obstante os ganhos, o dossier da Parceria Especial não está isento de críticas, algumas delas remontam à própria discussão do documento. Costa (2009: 245). assinala “o enorme secretismo em torno do dossier PE [Parceria Especial] e a ausência de um debate político, alargado e democrático, ao nível de partidos políticos e organizações da sociedade civil, porquanto não foram mobilizados os instrumentos de consulta popular e referendários necessários para a socialização global da PE e identificação da posição dos cabo-verdianos”

#### **2.2.1.1. Mobilidade e readmissão**

A Parceria Especial, referida anteriormente, introduziu uma nova dinâmica e maior profundidade às relações entre a União Europeia e Cabo Verde. Como também já vimos, esta contempla diferentes dimensões, uma das quais – e por ventura das mais discutidas – focada na mobilidade e detalhada, em termos de objetivos, da seguinte forma (Governo de Cabo Verde, 2008):

- i) mobilidade, migração legal e integração;
- ii) migração e desenvolvimento;
- iii) gestão das fronteiras, documentos de viagem, luta contra a migração clandestina e tráfico de seres humanos.

A Parceria para a Mobilidade concretiza-se através de dois acordos: de Facilitação de Vistos (União Europeia, 2013a), e de Readmissão (União Europeia, 2013b). A Delegação da União Europeia em Cabo Verde resume assim o projeto conjunto:

---

reforçaram a cooperação em áreas de interesse comum, como as mudanças climáticas, a observação oceânica, os processos e sistemas de previsão e monitorização alimentar, a gestão de pescas, aquicultura, biodiversidade e tecnologias oceânicas (European External Action Service, 2018a).

“A Parceria para a Mobilidade representa um ganho efetivo a mobilidade dos cidadãos cabo-verdianos que poderão obter facilidades de vistos para a entrada na União Europeia para determinados grupos como diplomatas, jornalistas, entre outros. O Acordo de Facilitação de Vistos representa ainda para Cabo Verde uma vantagem em relação a mobilidade dos seus cidadãos no Espaço Schengen e/ou na União Europeia” (Delegação da União Europeia em Cabo Verde, 2012: 8).

O Acordo de Facilitação de Vistos (União Europeia, 2013a) foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia em Outubro de 2013 e estabelece novas normas para a emissão de vistos Schengen. O interesse maior reside na análise da forma como o acordo altera a emissão de vistos de entrada na União Europeia, para cidadãos cabo-verdianos.

A entrada de cidadãos de países africanos no espaço Schengen está, na generalidade dos casos, sujeita a regras muito apertadas e dependente de processos burocráticos demorados e complexos. É esse o caso de Cabo Verde.

Em sentido contrário, a entrada de cidadãos europeus em Cabo Verde é fácil – mesmo isenta de visto desde janeiro de 2019, para estadias de curta duração. Desta feita, qualquer lógica de reciprocidade não poderia almejar a outra coisa que não à harmonização das condições de entrada de parte a parte.

Como consta do Artigo 4, do Acordo de Facilitação de Vistos (União Europeia, 2013a), este incide apenas sobre um grupo restrito de categorias profissionais.

As classes profissionais abrangidas pelo acordo – profissionais liberais, jornalistas, etc. - são as que sempre tiveram maior facilidade na obtenção de vistos. O acordo não torna necessariamente mais fácil o acesso da generalidade dos cabo-verdianos aos países da União Europeia.

Por outro lado, através do Acordo de Readmissão (União Europeia, 2013b), Cabo Verde assume o compromisso de readmitir no seu território, não só os seus nacionais, que estejam no espaço da União Europeia em situação ilegal, mas também os cidadãos de países terceiros e apátridas que tenham chegado à União Europeia com passagem por Cabo Verde.

Como referia o jornal cabo-verdiano *Expresso das Ilhas*, no início de 2014, “o Acordo Relativo à Readmissão de Pessoas que Residem sem Autorização (ou seja, em situação irregular) e o Acordo de Facilitação da Emissão de Vistos, assinados entre Cabo Verde e a

União Europeia (...) foram concebidos para entrarem em vigor em simultâneo” (Montezinho, 2014), o que sugere que tenham funcionado como ‘moeda de troca’.

Analisar os acordos impele-nos a perceber o contexto em que os mesmos nascem. Como, a este propósito, recorda Ferreira (2011) as fronteiras Sul da Europa foram redesenhadas, o que forçou o surgimento de novas políticas comunitárias de imigração, concretizadas através de acordos com os países vizinhos, nomeadamente países de origem e trânsito das migrações. Tal facto diz respeito não só aos países do Norte de África, como também aos países da África Ocidental, entre os quais Cabo Verde. “Contendo as migrações nos pontos de origem ou o mais perto possível destes, a Europa tenta debelar o fenómeno na fonte e evitar as imagens incómodas de barcos de imigrantes ou refugiados a chegarem às costas europeias” (Ferreira, 2011: 95-96)

Como assinala Varela (2014: 238), “Cabo Verde já tem alguma experiência de acolhimento de emergência de migrantes que buscam alcançar o continente europeu”. O posicionamento estratégico do arquipélago, tanto a nível geográfico, quanto político e económico contribuirá para a sua aparente relevância neste particular.

#### **a) O Centro Comum de Vistos**

Num projeto completar às medidas de reforço da relação entre Cabo Verde a União Europeia, em particular da Parceria para a Mobilidade, foi inaugurado em 2010, na cidade da Praia, o Centro Comum de Vistos (CCV) de Cabo Verde foi o primeiro do género no continente Africano. O objetivo do CCV é centralizar a emissão de recolha de dados biométricos e vistos Schengen, dando ao Estado-Membro responsável pelo Centro, Portugal, o poder de decisão sobre cada pedido de visto. Atualmente, o CCV é responsável pela emissão de vistos de curta duração para quem viaja para Portugal, Bélgica, Luxemburgo, Alemanha, Áustria, Eslovénia, Estónia, Eslováquia, Finlândia, França, Itália, Noruega, Países Baixos, República Checa, Suécia, Islândia e Suíça.

As autoridades pretendem, com o CCV, diminuir o tempo de espera para a obtenção de visto Schengen, bem como melhorar o atendimento aos requerentes.

A ideia dos Centros Comuns de Visto surgiu em 2006, em simultâneo com a aprovação da recolha de dados biométricos. Neles, os países partilham instalações, equipamentos e

funcionários, num edifício ‘neutro’, no qual são entregues os pedidos de visto (Comissão Europeia, 2006b) .

### **2.2.2. Acordo de Pescas**

No âmbito da Política Comum de Pescas, a União Europeia mantém dois tipos de acordos com países que não pertencem ao espaço comunitário: acordos de parceria, através dos quais a União Europeia apoia financeira e tecnicamente os países terceiros, em troca de direitos de pesca para navios comunitários; e os ‘acordos do Norte’, para uma gestão conjunta dos *stocks* de peixe de países como Noruega, Islândia ou Ilhas Faroé.

Para o presente estudo, interessam-nos os acordos de parceria, mantidos com estados não membros. Especificando, estes acordos podem ser relativos ao atum (como é o caso do acordo com Cabo Verde) ou mistos, que permitem o acesso a uma grande variedade de espécies. Em qualquer dos casos, a exploração dos recursos marinhos por parte dos navios comunitários (de Portugal, Espanha e França, no acordo com Cabo Verde), obriga a União Europeia a compensar os países abrangidos com uma contrapartida financeira.

O primeiro acordo de pescas entre a União Europeia e Cabo Verde foi assinado em 1990 (Comunidade Económica Europeia, 1990) e renegociado periodicamente, desde então.

Foi isso que aconteceu recentemente. Em outubro de 2018, foram revelados os termos do novo entendimento, válido para os cinco anos seguintes. Os navios da União Europeia podem pescar em águas cabo-verdianas - além das 12 milhas, no caso dos atuneiros com canas, e para lá das 18 milhas para cercadores<sup>26</sup> e palangreiros<sup>27</sup>. Por ano, podem ser capturadas 8 mil toneladas de atum e espécies afins, mediante o pagamento de uma contrapartida de 750 mil euros anuais (350 mil euros destinados à gestão sustentável das pescas em Cabo Verde). O montante das taxas pagas pelos armadores, pelas autorizações de pesca emitidas, deverá ascender aos 600 mil euros anuais (European External Action Service, 2018b).

---

<sup>26</sup> Navio com características específicas para a pesca com rede

<sup>27</sup> Navio com características específicas para a pesca por anzol



**Capítulo 3 - A União Europeia nas notícias em Cabo Verde – o caso do  
jornal *Expresso das Ilhas***



### **3.1. Caracterização da investigação**

A forma como a União Europeia e as questões europeias são representadas e percebidas no espaço mediático comunitário e extracomunitário constitui uma preocupação atual, que tem merecido atenção por parte de investigadores, mas também das próprias instituições comunitárias, ao longos dos anos.

As relações entre Cabo Verde e a União Europeia são antigas. Com uma representação permanente em Cabo Verde, a União Europeia – diretamente ou através dos seus estados-membros – é um dos principais parceiros de desenvolvimento do arquipélago.

A combinação destes fatores, associados ao facto de os meios de comunicação social serem elementos decisivos na construção da imagem pública da União Europeia, torna relevante o estudo da forma como se processa a representação mediática da União Europeia na imprensa local cabo-verdiana.

#### **3.1.1. Perguntas da investigação**

Este projeto de pesquisa parte de uma questão inicial:

- De que forma e com que regularidade a União Europeia é representada na imprensa cabo-verdiana?

Da pergunta inicial resultam cinco subquestões:

- Que temas relacionados com a União Europeia merecem maior destaque mediático no jornal *Expresso das Ilhas*?
- A cobertura mediática conferida a temas da União Europeia é fundamentalmente positiva, negativa ou neutra?
- A cobertura mediática restringe-se à atividade desenvolvida pela União Europeia em Cabo Verde e às suas relações com o país ou é dado igualmente destaque à atualidade comunitária noutros contextos?

- Que géneros jornalísticos são privilegiados na cobertura mediática dada pelo jornal *Expresso das Ilhas* a temas relacionados com a União Europeia?
- Que diferenças qualitativas e quantitativas existem na forma como a União Europeia é representada nas edições *online* e impressa do jornal *Expresso das Ilhas*?

### 3.1.2. Considerações metodológicas

Procura-se, com esta pesquisa, que se desenvolve nas áreas de Estudos Sobre a Europa, *Media* e Jornalismo, apurar a forma como é feita a representação mediática da União Europeia em Cabo Verde, recorrendo, para esse fim, à recolha e análise dos artigos publicados no mais importante jornal do país, o *Expresso das Ilhas*, nas suas edições impressa (semanal) e *online* (permanente), esta última disponível no endereço <https://expressodasilhas.cv/>.

A escolha do *Expresso das Ilhas* como jornal a ser estudado prende-se com dois fatores principais: i) trata-se, como referimos, do jornal cabo-verdiano de maior prestígio, e o mais antigo com duas edições (impressa e *online*); ii) a facilidade de acesso a informação relativa a este periódico. Com efeito, o autor da pesquisa é também quadro da empresa proprietária, com funções editoriais. Tal facto confere-lhe acesso facilitado à informação necessária para a elaboração do estudo.

Finalmente, a oportunidade de estudar científica e detalhadamente um meio no qual exerce permitirá ao investigador e ao órgão de comunicação social em questão uma rara oportunidade de ter um conhecimento profundo e uma outra perspetiva sobre a prática jornalística, com esperados impactos futuros na produção jornalística.

Estando cientes dos riscos que resultam de se investigar um objeto do qual se faz parte, considera-se que a definição de uma metodologia clara, firmada em critérios suportados teoricamente é uma etapa fundamental para esta investigação.

Trata-se de uma pesquisa exploratória (Carmo e Ferreira, 1998: 47), porquanto se está perante um objeto que, no contexto específico a investigar, diz respeito a uma realidade pouco estudada. Privilegia-se, como técnica de pesquisa, a análise de conteúdo, por ser aquela que melhor se adequa ao estudo que nos propomos realizar.

A análise de conteúdo é hoje uma das técnicas mais comumente usadas na investigação científica em Ciências Sociais e Humanas, particularmente quando se pretende analisar órgãos de comunicação social. A sua finalidade passa por efetuar inferências, de forma lógica e explicitada, nas mensagens sistematizadas (Vala, 1986: 101, 104).

Para Bardin (1995), a análise de conteúdo é:

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter (por procedimentos) sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1995: 42).

Ao partir para a análise de conteúdo, e seguindo a classificação feita por Vala (1986: 108), procura-se: i) perceber com que frequência ocorrem os objetos de estudo; ii) apurar quais as características ou atributos que são associados aos objetos; iii) compreender qual a associação ou dissociação entre os objetos.

A análise organiza-se a partir da proposta de Bardin (1995: 93-102), dividindo-se em três fases: i) pré-análise; ii) exploração do material; iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pesquisa está limitada às publicações ocorridas no período de 1 de janeiro de 2018 a 30 de junho de 2018, intervalo de tempo que julgamos adequado ao âmbito e propósito desta pesquisa, tratando-se de uma dissertação de mestrado. São abrangidas 26 edições impressas e 180 dias de noticiário *online*.

Edição	Data de publicação	Edição	Data de publicação	Edição	Data de publicação
840	3 de jan de 2018	849	7 de mar de 2018	858	9 de mai de 2018
841	10 de jan de 2018	850	14 de mar de 2018	859	16 de mai de 2018
842	17 de jan de 2018	851	21 de mar de 2018	860	23 de mai de 2018
843	24 de jan de 2018	852	28 de mar de 2018	861	30 de mai de 2018
844	31 de jan de 2018	853	4 de abr de 2018	862	6 de jun de 2018
845	7 de fev de 2018	854	11 de abr de 2018	863	13 de jun de 2018
846	13 de fev de 2018	855	18 de abr de 2018	864	20 de jun de 2018
847	21 de fev de 2018	856	25 de abr de 2018	865	27 de jun de 2018
848	28 de fev de 2018	857	2 de mai de 2018		

**Quadro: 2. – Números do jornal impresso analisados no estudo**

Usou-se como critério de pesquisa preliminar e seleção de artigos aqueles que contêm o termo “União Europeia”. No caso dos diferentes números da edição impressa, foi feita uma pesquisa individual, em cada número, pela ocorrência da expressão indicada. Relativamente

à edição *online*, recorreu-se ao motor de pesquisa *Google*, através de uma pesquisa avançada e direcionada, consultando os artigos indexados relativos ao site *expressodasilhas.cv* com o termo "União Europeia"<sup>28</sup>, no período de 1 de janeiro de 2018 a 30 de junho de 2018.

Exclui-se o termo “Europa”, por se referir a uma realidade mais vasta do que a União Europeia. Foram testados outros termos de pesquisa, como “Parlamento Europeu”, “Conselho Europeu” ou “Comissão Europeia”, com resultados residuais e repetidos, já antes apurados pela pesquisa com o termo “União Europeia”.

No *Expresso das Ilhas*, os artigos da edição impressa são, alguns dias mais tarde, republicados na edição *online*. Para evitar repetições, que pudessem colocar em causa a investigação, desconsideraram-se à partida, da análise dos artigos da edição *online*, todos os artigos antes publicados na edição impressa.

Foi realizada uma análise simultaneamente quantitativa – usando como critério o número de vezes – e qualitativa – tendo como critério o valor do tema (Carmo e Ferreira, 1998: 253), com a definição de critérios e variáveis que permitem responder às questões de partida formuladas no início desta dissertação.

Sabendo que, em alguns casos, o uso da expressão “União Europeia” é secundário ao próprio objeto do artigo, será feita uma análise inicial aos artigos, dividindo-os em dois grupos: i) aqueles que dizem efetivamente respeito à União Europeia; ii) aqueles em que surge a expressão “União Europeia”, mas em que a União Europeia não é, de facto, o tema do artigo. Em seguida, prosseguir-se-á a análise, usando para o efeito apenas aos artigos que correspondam ao grupo i). Esta opção metodológica é operacionalizada na primeira categoria de análise.

A análise dos artigos do *Expresso das Ilhas* é complementada com duas entrevistas, realizadas a representantes do jornal e da Delegação da União Europeia em Cabo Verde. Como referem Carmo e Ferreira (1998: 128), o recurso à entrevista, enquanto técnica de pesquisa, mostra-se particularmente útil “nos casos em que o investigador tem questões

---

<sup>28</sup> A União Europeia também é comumente designada pela sigla UE. Contudo, de acordo com a prática editorial em vigor no *Expresso das Ilhas*, a primeira ocorrência deve ser sempre por extenso, com a sigla entre parênteses, tornando redundante a pesquisa pela sigla.

relevantes cuja resposta não encontra na documentação disponível”. A entrevista é também uma forma de complementar as observações e análises realizadas com recurso a outras técnicas (Albarello *et al.*, 2005: 84).

Neste caso, pretende-se, através das entrevistas realizadas, uma maior compreensão dos dados recolhidos e analisados, confrontando-os com as opções editoriais do *Expresso das Ilhas* e a estratégia de comunicação da União Europeia em Cabo Verde.

Procurando-se o aprofundamento da análise dos dados recolhidos, foram aplicados dois guiões distintos, para cada um dos entrevistados, ambos com perguntas abertas (Carmo e Ferreira, 1998: 131-132), e antecedidos de um contato inicial sobre o objetivo do estudo e papel das entrevistas no mesmo. Atendendo ao facto de investigador e entrevistados residirem em ilhas diferentes, e mediante consentimento das partes, a aplicação foi feita por correio eletrónico, em julho de 2019.

### **3.1.2.1 Categorias de análise**

A categorização é parte da experiência humana. Como afirma Vala (1986: 111) “categorização é uma tarefa que realizamos quotidianamente com vista a reduzir a complexidade do meio ambiente, estabiliza-lo, identifica-lo, ordena-lo ou atribuir-lhe sentido”.

Bardin (1995: 119) explica que a categorização procura, antes de mais, fornecer uma representação simplificada dos dados recolhidos, permitindo inferências a partir dessa sistematização da informação.

“A matriz do pensamento que se manifesta na linguagem não releva apenas ou sobretudo da lógica formal, mas de uma lógica que envolve convenções e símbolos, aspetos racionais e não-racionais, consciências e inconscientes. Todos estes aspetos estão organizados num código a que o analista pretende, pelo menos em parte, aceder através do acionamento de um código outro. As categorias são os elementos chave do código do analista” (Vala, 1986: 110).

O estabelecimento de categorias pode corresponder a um processo feito previamente ou posteriormente. Se *a priori*, o sistema de categorias é desde logo fornecido e os elementos são repartidos por entre essa categorização já estabelecida. Se *a posteriori*, o sistema de categorias não é fornecida e resulta da classificação progressiva dos elementos (Bardin, 1995: 119).

Para este estudo, opta-se por uma abordagem híbrida, na linha daquilo que Vala (1986: 112) resume como um trabalho a duas fases: definir o quadro teórico, partindo para o trabalho exploratório sobre o *corpus*. Percebidas as características concretas dos materiais de análise, após o que se poderia chamar de análise preliminar, alargam-se e consolidam-se as categorias.

### a) Centralidade da União Europeia

O uso da expressão “União Europeia” num determinado artigo, não significa que a mesma ocupe, no texto, um papel relevante, podendo a sua presença ser meramente casuística. Assim, faz-se o estabelecimento do papel que a União Europeia tem para a construção da notícia, criando-se dois grupos de artigos.

Central	A União Europeia é um dos objetos principais da notícia; a notícia é sobre a União Europeia, as suas instituições, os seus representantes, programas de financiamento, qualquer outra dimensão das suas atividades; a notícia não é sobre a União Europeia, mas esta é parte relevante para o entendimento dos factos narrados no artigo ou dos argumentos utilizados; a notícia não é sobre a União Europeia, mas esta refere um projeto financiado ou apoiado pela União Europeia.
Não Central	A União Europeia não é um dos objetos principais da notícia; é possível identificar o uso da expressão “União Europeia” no artigo mas de forma secundária ou casuística, como referência paralela, não desenvolvida e não fundamental para o objeto da notícia.

**Quadro: 3. – Centralidade ou não centralidade da União Europeia**

Os artigos agrupados como ‘não central’ não serão, pela sua lateralidade, objeto de aplicação das demais categorias de análise, usando-se como referência, para as categorias seguintes, apenas os artigos classificados como ‘central’.

### b) Data de publicação

Procede-se ao apuramento da data de publicação de cada artigo. A data de publicação torna possível a distribuição cronológica dos artigos analisados. No caso da edição impressa, a data de referência é a data de publicação do jornal em que o artigo está contido. Na edição *online*, usa-se a data que acompanha o artigo e que corresponde ao momento da publicação do mesmo.

### c) Secção e âmbito

Faz-se um levantamento do local exato onde o artigo foi publicado, usando para isso a separação feita pelas diferentes secções, tanto na edição impressa, como na edição *online* do jornal *Expresso das Ilhas*.

No caso da edição impressa, observa-se uma certa instabilidade ao nível das secções, com introdução esporádica e episódica de novas secções (veja-se o caso das secções ‘Eleições Uni-CV’, ‘Especial’ ou ‘Análise’, encontradas apenas num único número), além da saída e entrada de secções, como ‘Economia’ ou ‘Reportagem’. Por esse motivo, optou-se por considerar, à partida, todas as secções identificadas.

Página 2	Secção que recebe o nome do número da página onde é publicada. Contém, geralmente, o editorial e o cartoon da semana.
Primeiro Plano	Artigos em destaque, nas primeiras páginas do jornal, habitualmente de temas que estão na ordem do dia.
Sociedade	Artigos sobre questões sociais, que não predominantemente políticas ou económicas.
Mundo	Artigos sobre a atualidade internacional.
Entrevista	Entrevistas a personalidades nacionais e internacionais, publicadas em formato de ‘pergunta-reposta’.
Reportagem	Artigos com maior profundidade, habitualmente ocupando várias páginas, sobre temas diversos.
Economia	Artigos sobre a economia cabo-verdiana nas suas múltiplas dimensões, seja ao nível do setor privado, perspetivas económicas, programas de assistência e financiamento à economia, etc.
Análise	Artigos que partem de factos e de fontes, mantendo uma postura argumentativa sobre um determinado assunto e/ou ponto de vista.
Especial	Coletâneas especiais de artigos sobre um determinado tema.

Perspetiva 2018	Secção de publicação única, na primeira edição de 2018, com artigos em jeito de antevisão do ano.
Eleições Uni-CV	Coletânea de artigos sobre o processo de escolha do novo reitor da Universidade de Cabo Verde
Cultura	Artigos sobre iniciativas culturais e agentes culturais da mais variada ordem.
Desporto	Artigos sobre atividades desportivas, clubes, atletas, competições, etc.
Ciência e Tecnologia	Artigos sobre tecnologia e ciência, numa perspetiva nacional e internacional.
Opinião	Artigos de opinião, argumentativos, onde o autor defende um ponto de vista pessoal.
Leitores	Artigos de opinião dos leitores
Lifestyle	Artigos sobre estilo de vida, hábitos de vida saudável, tendências, consumo, moda e lazer.
Coffee Break	Artigos de carácter lúdico, com sugestões de lazer, passatempos e dicas de xadrez.
Agenda	Informações úteis, com números de telefone de serviços públicos, horóscopo, farmácias de serviço, etc.

**Quadro: 4. – Secções da edição impressa**

No que diz respeito à edição *online*, as secções são fixas, pelo que a análise e codificação torna-se mais simples. Além das secções listadas, existem outras, excluídas desta análise, tanto pela sua data de criação, como pela ausência de conteúdo original: a secção “Motores” apenas foi criada em outubro de 2018, fora do nosso intervalo de estudo; a secção “Podcasts” não tem conteúdo original do jornal, publicando programas áudio da Rádio Morabeza; a secção “edição impressa” apenas publica as primeiras páginas e resumo dos números da edição impressa.

Política	Artigos sobre política nacional cabo-verdiana, nos diferentes níveis de poder, central e local, partidos políticos e organizações internacionais.
----------	---

Economia	Artigos sobre a economia cabo-verdiana nas suas múltiplas dimensões, seja ao nível do setor privado, perspetivas económicas, programas de assistência e financiamento à economia, etc.
País	Artigos sobre questões sociais, que não predominantemente políticas ou económicas.
Mundo	Artigos sobre a atualidade internacional.
Cultura	Artigos sobre iniciativas culturais e agentes culturais da mais variada ordem.
Desporto	Artigos sobre atividades desportivas, clubes, atletas, competições, etc.
Eitec	Artigos sobre tecnologia e ciência, numa perspetiva nacional e internacional.
Lifestyle	Artigos sobre estilo de vida, hábitos de vida saudável, tendências, consumo, moda e lazer.
Opinião	Artigos de opinião, argumentativos, onde o autor defende um ponto de vista pessoal.

**Quadro: 5. – Secções da edição *online***

A prevalência de artigos em determinadas secções – nacionais ou internacionais - permitirá compreender que tipo de cobertura é dada pelo jornal à União Europeia: se numa perspetiva ‘nacional-interna’ ou ‘internacional-externa’. Os artigos da secção ‘eitec’, porque abrangentes do ponto de vista geográfico, serão analisados caso a caso.

Nacional-interna	Artigos publicados em secções ‘nacionais’, que por isso dizem respeito à cobertura dada a temas relativos à relação da União Europeia com Cabo Verde.
Internacional-externa	Artigos publicados em secções ‘internacionais’, que por isso dizem respeito a temas que envolvem a União Europeia fora do contexto cabo-verdiano.

**Quadro: 6. – Perspetiva dos artigos**

#### **d) Dimensão dos artigos**

Confere-se a dimensão de cada artigo, através da contagem do número de palavras. Esse cálculo permitirá perceber a extensão dos artigos analisados, possibilitando identificar eventuais padrões. Para efeito do cálculo de palavras, são contabilizadas todas as palavras, sem limite mínimo ou máximo de número de caracteres, de todas as partes do artigo, incluindo títulos, antetítulos e subtítulos e caixas relacionadas com o artigo principal. São

excluídos os destaques de texto, se meras repetições de excertos já antes contabilizados, as notas de rodapé, após o final do texto, a assinatura do autor, a data e o nome da secção.

#### e) Tipo de autor

Apura-se que tipo de autor tem cada artigo analisado, verificando-se qual a prevalência de artigos de produção do próprio jornal e de artigos produzidos por uma agência noticiosa e, portanto, apenas reproduzidos. Os autores podem ser de três categorias diferentes.

Autor identificado	Artigo é assinado com o nome do seu autor efetivo (ex: jornalista autor da notícia; autor do artigo de opinião)
Redação	Artigo é assinado como “Expresso das Ilhas”, sem o nome do autor efetivo; artigo não tem qualquer assinatura
Agência de notícias	Artigo é creditado a uma agência de notícias

**Quadro: 7. – Tipo de autor**

#### f) Género jornalístico

Os artigos publicados num jornal assumem diferentes géneros, cada um dos quais com as suas próprias características, especificidades e objetivos. Com esta categoria, torna-se possível verificar que género jornalístico é privilegiado pelo *Expresso das Ilhas* na cobertura jornalística da União Europeia.

Notícia	Conjunto de dados fundamentais, atuais e novos sobre um ou vários acontecimentos de interesse geral, com uma dimensão <i>media</i> , mas não obrigatória, de 400 a 600 palavras.
Reportagem	Parte geralmente de um tema da atualidade, desenvolvendo-a e aprofundando-a. A reportagem permite saber mais sobre os temas que trata, descrevendo-os, analisando-os, interpretando-os, comparando-os. Trata-se do género jornalístico habitualmente mais extenso, complexo e exigente.
Entrevista	Transposição de perguntas e respostas do diálogo que o jornalista manteve com a fonte. No âmbito deste estudo, para que seja possível fazer uma distinção clara entre género jornalísticos, consideraremos como entrevistas apenas os artigos apresentados no formato ‘pergunta-resposta’.

Breve	Notícia de pequena dimensão, sintética, simples, muito focada do essencial da informação, comumente sem assinatura, ou assinada apenas com as iniciais do autor.
Crónica	De matriz subjetiva, com uma estrutura textual menos rígida, consiste no relato de factos da atualidade, de interesse jornalístico, na forma como são interpretados pelo autor. É um relato de uma experiência pessoal, que procura ser empático, sem abdicar, contudo, dos referentes cimeiros do discurso jornalístico.
Artigo de opinião	Um exercício de opinião, argumentativo, de comentário e, por vezes, persuasão do seu autor sobre um determinado assunto ou facto. Os artigos de opinião devem estar sempre assinalados como tal, por não estarem obrigados ao cumprimento de regras jornalísticas tradicionais.
Editorial	Género argumentativo, que reflete, tendencialmente, a posição institucional do órgão de comunicação social sobre um determinado assunto. Habitualmente, o editorial é responsabilidade da direção editorial do órgão ou, excecionalmente, de personalidade de relevo, a convite da direção.
Cartoon	Desenho, habitualmente satírico, referente a um tema ou personalidade relevante. É, tradicionalmente, um espaço de opinião pessoal, de expressão de um ponto de vista.
Artigo científico ou de revisão científica	Divulgação de dados de uma investigação científica ou discussão de trabalhos já publicados.
Fotolegenda	Consiste na associação de uma legenda descritiva, num texto breve, a uma fotografia.
Fotorreportagem	Reportagem construída a partir de uma seleção de fotografias em que o elemento visual ocupa uma posição de destaque. As fotografias podem ser acompanhadas de legendas descritivas.
Coluna de citações	Transcrição de declarações ou de excertos de textos, normalmente acompanhada apenas da fonte, data e local.

**Quadro: 8. – Géneros jornalísticos**

**g) Destaque na primeira página** (só para artigos da edição impressa)

No caso dos artigos da edição impressa verifica-se se os mesmos mereceram ou não destaque na primeira página do número em que foram publicados e, se sim, qual o nível de destaque. A primeira página de um jornal é a ‘montra’ do mesmo e dela constam os artigos que a direção do jornal considera mais relevantes naquele número.

Considerando o *layout* habitual da primeira página da edição impressa do jornal *Expresso das Ilhas*, estabelecem-se três possíveis níveis de destaque.



Fonte: Primeira página do *Expresso das Ilhas*, edição 846

**Figura: 1.** – Níveis de destaque na primeira página do *Expresso das Ilhas*

Nível 1	Manchete principal, habitualmente no centro da primeira página, evidenciando-se pela dimensão da fotografia e tamanho da letra.
Nível 2	Destaque intermédio, habitualmente situado na parte superior ou inferior da primeira página, abaixo e acima da manchete principal.
Nível 3	Coluna vertical lateral, com pequenos destaques, normalmente sem fotografia. Em algumas configurações alternativas da primeira página, estes destaques surgem no fundo da página, distribuídos horizontalmente, abaixo da manchete.

**Quadro: 9.** – Níveis de destaque na primeira página da edição impressa

O apuramento do destaque eventualmente conferido aos artigos da edição *online* não é possível, uma vez que o arquivo não contém informação sobre um possível destaque anterior na primeira página.

#### **h) Temas abordados nos artigos**

Procura-se perceber que temas são mais noticiados no *Expresso das Ilhas*, nos artigos analisados. No caso dos artigos com mais do que um tema, apura-se o tema principal. Nos

artigos em que são abordados temas diversos à União Europeia, apura-se aquele que diga respeito à União Europeia.

Esta categoria implicou uma análise preliminar dos artigos analisados, por forma a permitir o apuramento dos temas existentes. Os temas foram agrupados, de acordo com as sua inter-relação.

Financiamento/ apoio da União Europeia a Cabo Verde	Financiamento ou apoio concedido pela União Europeia a projetos e iniciativas desenvolvidas em Cabo Verde.
Mobilidade	Questões relacionadas com a mobilidade, acesso a Cabo Verde e à União Europeia, concessão e isenção de vistos.
Relações comerciais União Europeia – Cabo Verde	Relações de base comercial existentes entre Cabo Verde e a União Europeia, exportações e importações.
Relações institucionais União Europeia – Cabo Verde	Relações e diálogo de nível político e institucional, Parceria Especial.
Delegação da União Europeia em Cabo Verde	Artigos que visem diretamente a Delegação da União Europeia em Cabo Verde, os seus membros ou representantes, atuais ou antigos.
Economia europeia, estados membros e ação externa	Economia da União Europeia e da Zona Euro, os estados membros da União Europeia e ação externa da União Europeia.
União Europeia e ambiente	Políticas ambientais da União Europeia, iniciativas de preservação ambiental e de combate às mudanças climáticas
Modelo de integração da União Europeia	Modelo de integração da União Europeia usado como exemplo

**Quadro: 10. – Temas dos artigos**

### i) Personalidades representantes da União Europeia usadas como fonte de informação

Pretende-se compreender qual a presença de personalidades que representam a União Europeia como fontes de informação nos artigos objeto de estudo, distinguindo-se entre personalidades locais ou externas.

Personalidade local	Personalidade ligada à Delegação da União Europeia em Cabo Verde.
Personalidade externa	Personalidade ligada a uma instituição ou organismo europeu, que não a Delegação da União Europeia em Cabo Verde.

**Quadro: 11. – Personalidades representantes da União Europeia usadas como fonte**

### j) Tipo de cobertura

Procura-se perceber se as referências à União Europeia são preferencialmente positivas, negativas ou neutras. Interessa apurar a forma como o artigo se refere em concreto à União Europeia e não a tendência do artigo no seu todo, no caso de artigos com vários temas.

Positiva	Artigos em que à União Europeia surgem associadas expressões com conotação positiva; artigos que retratam de forma predominantemente positiva a ação da União Europeia e/ou dos seus representantes; artigos que referem de forma predominantemente positiva a relação União Europeia – Cabo Verde. <i>Exemplos: “caso de sucesso”, “aprofundar as relações”, “efeitos benéficos”, etc.</i>
Negativa	Artigos em que à União Europeia surgem associadas expressões com conotação negativa; artigos que retratam de forma predominantemente negativa a ação da União Europeia e/ou dos seus representantes; artigos que referem de forma predominantemente negativa a relação União Europeia – Cabo Verde. <i>Exemplos: “suspeitas”, “inimigo”, “lacuna”, “vítimas”, etc.</i>
Neutra	Artigos em que à União Europeia não surjam associadas expressões com conotação valorativa significativa; artigos em que a ação da União Europeia e/ou dos seus representantes e a relação União Europeia – Cabo Verde não são predominantemente avaliadas ou ajuizadas em termos valorativos. <i>Exemplos: “abrangem”, “envolvem”, etc.</i>

**Quadro: 12. – Tipos de cobertura**

### l) Iconografia representativa da União Europeia

Apura-se a eventual presença de símbolos, edifícios ou personalidades representativas da União Europeia ao nível da iconografia que acompanha os artigos. Uma análise preliminar permitiu verificar que todos os elementos gráficos presentes são do género fotografia.

Símbolos	Símbolos oficiais ou associados à União Europeia: bandeira, logotipos das instituições Europeias, logotipos de iniciativas e programas europeus, moeda, etc.
Edifícios	Imagens de edifícios pertencentes à União Europeia.
Personalidades	Imagens de personalidades que representam oficialmente a União Europeia (os representantes do Estados membros não são considerados isoladamente, a não ser que, cumulativamente, desempenhem alguma função concreta na estrutura da União Europeia)

**Quadro: 13. – Tipologia da iconografia representativa da União Europeia**

No caso de imagens que usem mais do que uma tipologia (ex: líderes europeus ao lado de uma bandeira), prevalece a que tem maior destaque.

### **3.2. O jornal *Expresso das Ilhas* no contexto mediático cabo-verdiano**

A realidade mediática de Cabo Verde é o resultado da realidade do próprio país e deve ser compreendida dessa forma. Um país arquipelágico, por isso disperso, com um mercado pequeno e com reduzido poder de compra. Um Estado independente há pouco mais de quatro décadas, em democracia desde 1991.

Destaca Évora (2007: 64-65) que o facto de Cabo Verde ser um arquipélago com uma área pouco superior a 4000 km<sup>2</sup>, uma população residente de cerca de meio milhão de habitantes e com um nível de pobreza significativo, condiciona o interesse do cidadão pelos *media* e jornalismo, em geral, e na imprensa, em particular. Se obrigados a decidir entre comprar um jornal por 100 escudos (aproximadamente 1 euro) ou usar esse dinheiro para adquirir comida, a decisão é natural. As preocupações e as prioridades são outras, reforçadas pela excessiva ‘politização’ do espaço mediático:

“Assim assentamos que os *media* cabo-verdianos refletem a realidade complexa de um país onde se verifica um excesso de protagonismo conferido aos políticos e onde a atividade intelectual, com alguma autonomia ou independência, se mostra bastante dificultada pelos detentores do poder que desejam manter sob controle as mentes mais fecundas ou engajadas” (Medina, 2007: 113)

Cabo Verde tem cerca de três dezenas de operadores de rádio registados, entre rádios nacionais (públicas e privadas), regionais ou comunitárias. A abertura do mercado de radiodifusão a operadores privados aconteceu no final do século XX.

Destaca Moreno (2015: 10) que as mudanças no panorama da comunicação social cabo-verdiana, resultado da abertura aos privados, bem como ao avanço tecnológico, deram origem a novas plataformas de difusão de conteúdos.

Nem todos os operadores estão atualmente ‘no ar’ e muitas rádios são apenas musicais. As mais importantes são, no contexto nacional, a *Rádio de Cabo Verde (RCV)*, estatal, generalista), a *RCV+* (estatal, temática jovem), a *Rádio Educativa* (estatal, temática dedicada ao ensino à distância), a *Radio Nova* (privada, propriedade da igreja católica, temática religiosa), a *Rádio Morabeza* (privada, generalista) e a *Rádio Comercial* (privada, generalista). São retransmitidas em sinal aberto, a *RDP África* (Portugal) e a *RFI* (França). As diferenças entre rádios públicas, em particular *RCV* e *RCV+*, e as rádios privadas são significativas, em termos de área efetiva de cobertura, meios financeiros, humanos e técnicos à disposição.

No plano televisivo, cuja abertura a privados aconteceu em 2005, a oferta de conteúdos é bastante reduzida, existindo em sinal aberto a *Televisão de Cabo Verde (TCV)*, estatal), *Televisão Independente de Cabo Verde (TIVER)*, privada) e a *Record Cabo Verde* (privada, de investimento brasileiro). São retransmitidos em sinal aberto os canais *RTP África* (Portugal) e *TV5* (França). Existem dois serviços de televisão por assinatura, com alguns conteúdos próprios, além da distribuição dos canais anteriormente mencionados e de canais internacionais. Existem também alguns projetos ao nível da televisão digital terrestre (em fase de implementação no país) e *online*. Mais uma vez, o operador público é hegemónico no meio televisivo.

A imprensa conta apenas com dois jornais generalistas, de edição impressa, com periodicidade semanal, o *Expresso das Ilhas* e o *A Nação*. Estes dois jornais têm também edições *online*, à semelhança de outros projetos nativos *online*, de que são exemplo o *Santiago Magazine*, *Mindelinsite* ou *Notícias do Norte*. Existe um portal agregador de conteúdos, o *Sapo CV*.

Existem projetos editoriais impressos temáticos, mas de caráter irregular ou pontual.

O Estado é proprietário da única agência de notícias cabo-verdiana, a *Inforpress*.

O contexto mediático nacional acompanha uma tendência continental, assinalada por Ibelema (2008: 11), quando verifica que, até há alguns anos, a maior parte dos *media* africanos era subservientes a interesses políticos, o que os impedia de ser um ‘cão de guarda’ confiável ou atores sociais de mudança.

“The growth of the independent press is especially manifest in the growing licensing of privately owned broadcasting. For long, African governments, along with political parties, in some cases, dominated broadcasting. This began to change from the early 1990s. Today, privately owned broadcast stations have sprout all across Africa, though there are more of radio than television stations” (Ibelema, 2008: 17).

O *Expresso das Ilhas* surgiu em 2001, num momento em que, como recorda Medina (2007: 47) o Movimento para a Democracia (MpD), que tinha governado Cabo Verde na década de 1990, deixava o poder, assumido pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). Essa situação terá deixado aquele grupo político sem uma representação mediática efetiva, levando a que um grupo de pessoas ligadas ao partido se juntassem e fundassem o jornal.

“A tentativa de colar o *Expresso das ilhas* ao MpD explica-se pelo facto do jornal não só por ter mostrado desde a primeira hora [ser] um sério opositor ao governo do PAICV, como porque também os seus proprietários são próximos do partido que governou o arquipélago na década de 1990” (Medina, 2007: 51).

Com sede na Praia (Santiago) e uma representação em São Vicente, o jornal tem procurado concretizar um reposicionamento editorial, afirmando a sua independência e rigor jornalísticos, longe dos tempos de um certo ‘jornalismo de guerrilha’ que marcou os primeiros anos de existência.

A edição impressa tem atualmente uma tiragem semanal de 3.000 exemplares, espelho, ela própria, da reduzida dimensão do mercado nacional. A edição *online*, de caráter permanente, teve em 2018 cerca de 4 milhões de visualizações.

### 3.3. A União Europeia no jornal *Expresso das Ilhas*

Começou-se por fazer um levantamento global dos artigos publicados no período em estudo. Estes números permitiram oferecer uma visão global da produção jornalística do *Expresso das Ilhas*, essencial para colocar em perspetiva a quantidade de artigos com o termo de pesquisa.

Edição Impressa	Edição <i>Online</i>	Total
706	2.766	3.472

**Quadro: 14. – Total de artigos publicados no período em análise**

No período considerado, de 1 de janeiro de 2018 a 30 de junho de 2018, foi publicado, nas duas edições do *Expresso das Ilhas*, um total de 3.472 artigos, 706 na edição impressa, 2.766 na edição *online*.

Edição Impressa	Edição <i>Online</i>	Total
52	40	92

**Quadro: 15. – Total de artigos recolhidos**

Do conjunto de artigos publicados, 92 (2,6%) incluem o termo “União Europeia”, sendo 52 na edição impressa (1,5% perante o total de artigos; 7,4% perante o total de artigos da edição), 40 na edição *online* (1,2% perante o total de artigos; 1,4% perante o total de artigos da edição).

#### 3.3.1. Centralidade da União Europeia

Uma análise inicial dos artigos selecionados, correspondentes ao termo de pesquisa definido, permitiu criar dois grupos de artigos, dividindo-os entre ‘central’ e ‘não central’. Um exemplo de um artigo ‘não central’ pode ser encontrado no artigo da edição *online*, com o título “UniMindelo debate Cabo Verde e as Organizações Internacionais”<sup>29</sup>, no qual a referência à União Europeia é circunstancial, resultando da simples enunciação dos participantes na atividade: “Do leque de oradores constam Jose Roman Leon Lora, Chefe de Cooperação da Delegação da União Europeia em Cabo Verde”. Em sentido contrário, veja-

---

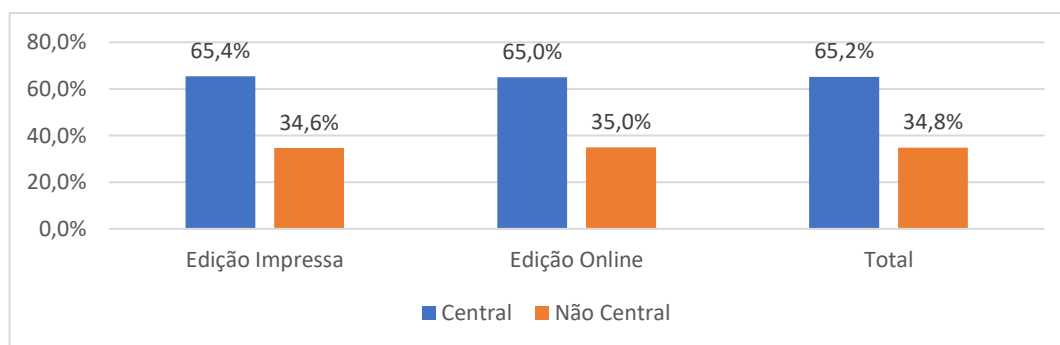
<sup>29</sup> Fonte: Fortes, Lourdes - “UniMindelo debate ‘Cabo Verde e as Organizações Internacionais’”. *Expresso das Ilhas*. Praia (22 jan. 2018a) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/01/22/unimindelo-debate-cabo-verde-e-as-organizacoes-internacionais/56267> [Consult. 05 mai. 2019]

se o exemplo do seguinte artigo de opinião, publicado na edição impressa, no qual a União Europeia é central para o argumento apresentado: “A transformação da Comunidade do Carvão e do Aço na União Europeia foi uma iniciativa do topo para a base, e fez maravilhas. Mas os tempos mudaram. As pessoas vulgares sentem-se excluídas e ignoradas”<sup>30</sup>.

	Edição Impressa	Edição Online	Total
Central	34	26	60
Não Central	18	14	32

**Quadro: 16. – Número de artigos ‘centrais’ e ‘não centrais’ nas edições impressa e online e total**

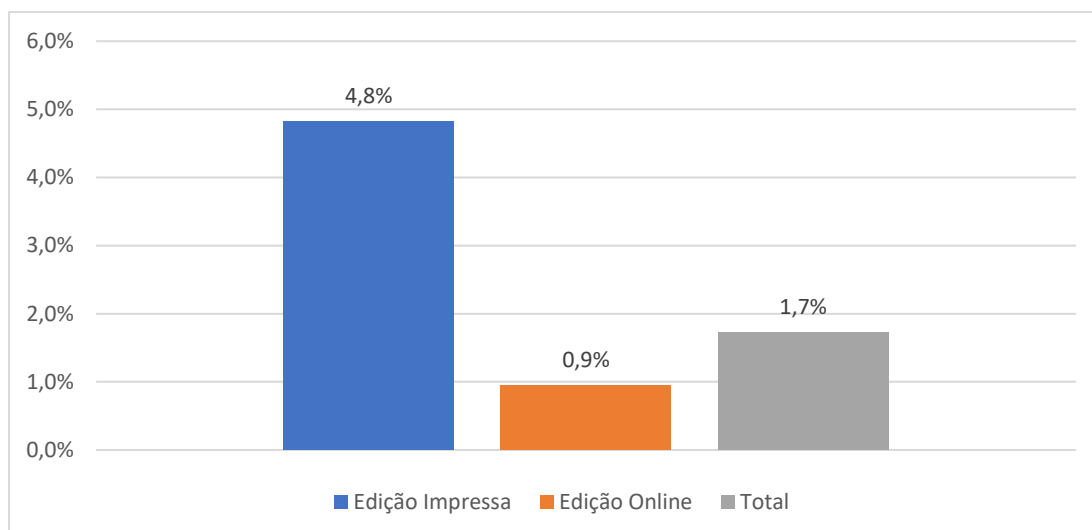
Aplicados os critérios estabelecidos, foi possível fazer a divisão entre artigos pertencentes à categoria ‘central’ e ‘não central’. Foi selecionado como ‘central’ um total de 60 artigos, 34 na edição impressa, 26 na edição *online*.



**Gráfico: 1.– Centralidade ou não centralidade da União Europeia por edição e total**

Em termos percentuais, isto significa que, do total de 92 artigos recolhidos, 65,2% foram considerados ‘centrais’, ao passo que 34,8% foram identificados como ‘não centrais’. A percentagem total de artigos ‘centrais’ e ‘não centrais’ está em linha com a classificação feita por edição. Na edição impressa, 65,4% dos 52 artigos foram considerados ‘centrais’, 34,6% ‘não centrais’. Na edição *online*, o quadro é semelhante, com 65% dos 40 artigos considerados ‘centrais’ e 35% avaliados como ‘não centrais’.

<sup>30</sup> Fonte: Soros, George – “Um Plano Marshall para África”. *Expresso das Ilhas*. Praia (30 mai. 2018) 22.

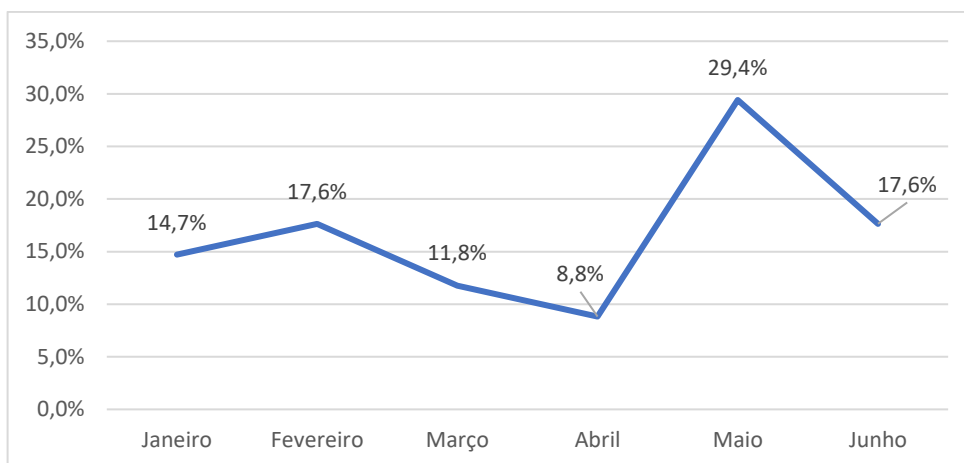


**Gráfico: 2. – Total de artigos ‘centrais’ face ao total global de artigos publicados pelo jornal**

Conforme estabelecido, apenas os artigos classificados com ‘centrais’ farão parte da análise subsequente. Importa, por isso, perceber, qual o seu peso concreto em relação ao número de artigos publicados no período de estudo, em cada uma das edições do *Expresso das Ilhas* e no total das duas edições. Na edição impressa, os 34 artigos classificados como ‘centrais’ correspondem a 4,8% do total de artigos publicados (706). Na edição *online*, o número é menos expressivo, com os 26 artigos considerados ‘centrais’ a representarem 0,9% dos artigos publicados de 1 de janeiro a 30 de junho de 2018 (2.766). Ao combinarmos os dois resultados, perante o total de artigos publicados (nas edições impressa e *online*, em conjunto), a percentagem que obtemos é de 1,7%.

### **3.3.2. Data de publicação dos artigos**

Com a análise da data de publicação dos artigos, pretende-se perceber de que forma aconteceu, temporalmente, ao longo do período de estudo, a publicação de artigos, analisando-se eventuais flutuações significativas, correspondentes a períodos com maior número de publicações.



**Gráfico: 3. – Data de publicação dos artigos da edição impressa**

De janeiro a abril, a publicação de artigos na edição impressa foi feita de forma relativamente equilibrada, sem variações abruptas de um mês para o outro. 14,7% dos artigos foram publicados em janeiro, 17,6% em fevereiro, 11,8% em março, 8,8% em abril. Maio registou um pico de publicações, concentrado 29,4% do total de artigos publicados na edição impressa. Nesse mês, foram publicados 10 artigos. 17,6% dos artigos foram publicados em junho, uma queda acentuada face a maio, mas em linha com os valores dos primeiros meses do ano.

Alguns exemplos ajudam a compreender melhor o pico de notícias em maio. O mês coincidiu com o adiamento da medida governamental que previa a isenção de vistos de entrada a cidadãos da União Europeia, sem reciprocidade para cidadãos cabo-verdianos que pretendam aceder ao espaço Schengen. O *Expresso das Ilhas* dedicou um editorial ao assunto:

“É prática generalizada os países através de isenção de vistos facilitarem a homens negócios, turistas, investidores, cientistas e outros estadias de curta duração de 30 ou 90 dias. Não são vistos para emigrar nem autorizações de residência ou permissão de trabalho, mas num país com tradição de emigração podem ser tidos como um expediente para emigração clandestina. Se essa interpretação nunca é, de facto, contrariada e, em sentido oposto, nas entrelinhas dos seus discursos, os governantes sistemática e disfarçadamente deixam entender que assim é, mesmo quando assinam acordos de mobilidade com a União Europeia”<sup>31</sup>.

Outros três artigos foram igualmente publicados com referência ao mesmo assunto.

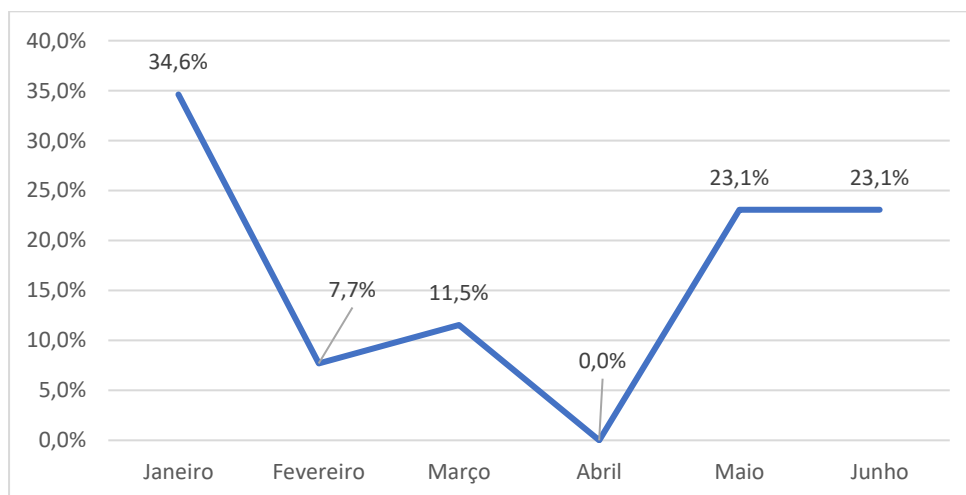
<sup>31</sup> Fonte: Cardoso, Humberto – “Isenção de vistos, medida fracturante”. *Expresso das Ilhas*. Praia (9 mai. 2018a). 2

Germano Almeida, vencedor do Prémio Camões 2018 foi entrevistado pelo jornal, a propósito da atribuição do galardão, mencionando nestes termos as relações União Europeia – Cabo Verde:

“Esta ideia de isenção dos vistos aos europeus, eu penso que é uma ideia daninha. A receita proveniente dos vistos é importante. Não acredito que venhamos a ter mais turistas dispensando o pagamento dos vistos. Mas mesmo que viéssemos a ter, é importante ter em conta a questão do orgulho nacional. Passamos por estas embaixadas e vemos a fila enorme de pessoas à espera de um visto de entrada na Europa. (...) Quando recebemos certas “benesses” da União Europeia, pensamos ‘ah, já nos ofereceram isto. Mas não é verdade. Há sempre contrapartidas. Não é de graça”<sup>32</sup>.

Maio foi igualmente o mês do vigésimo aniversário do acordo de paridade Escudo-Euro, que garante uma taxa de câmbio fixa entre as duas moedas. A efeméride foi evidenciada na edição impressa do *Expresso das Ilhas*, destacada como um elemento relevante para o fortalecimento das relações entre Cabo Verde e a União Europeia:

“Era o culminar de um processo que começou com a abertura democrática de Cabo Verde, sete anos antes, que tinha também como linha programática a liberalização económica do país. E que teve repercussões, mais tarde, na ascensão do arquipélago a país de rendimento médio, na parceria especial com a União Europeia e na adesão à Organização Mundial de Comércio”<sup>33</sup>.



**Gráfico: 4. – Data de publicação dos artigos da edição online**

<sup>32</sup> Fonte: Magalhães, Chissana – “Não considero que isto tenha feito reconhecer mais o valor daquilo que escrevo”. *Expresso das Ilhas*. Praia (23 mai. 2018a). 16–19

<sup>33</sup> Fonte: Montezinho, Jorge – “Duas décadas de estabilidade e de credibilidade para a moeda cabo-verdiana”. *Expresso das Ilhas*. (16 mai. 2018b). 8–11

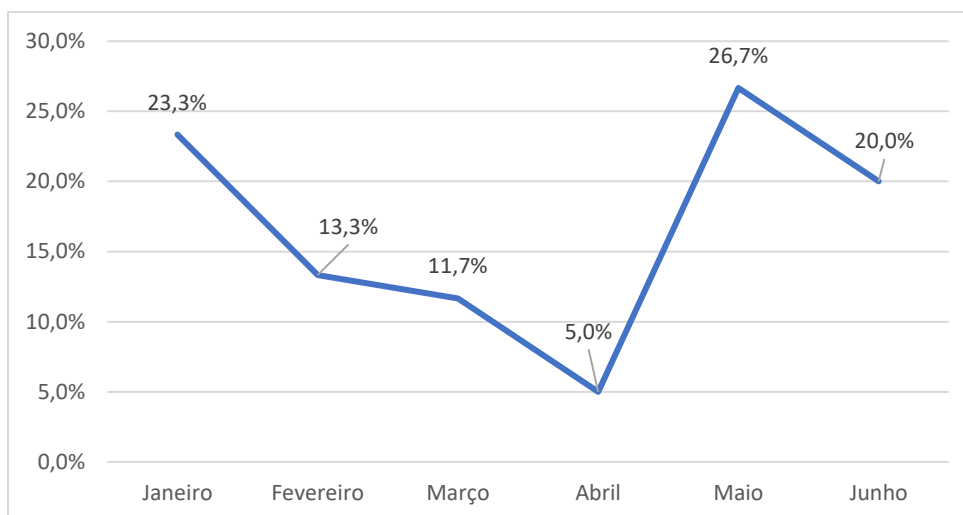
A distribuição de artigos na edição *online* sugere um menor equilíbrio em relação ao que tínhamos constatado na edição impressa. Identifica-se uma grande concentração de artigos publicados logo no início do ano, em janeiro (34,6%), uma diminuição significativa de artigos publicados de janeiro para fevereiro (7,7%), uma ligeira subida em março (11,5%) a que se segue, em abril, uma total ausência de artigos classificados como ‘centrais. Maio (23,1%) e junho (23,1%) concentraram, em conjunto, 46,2% dos artigos publicados na edição *online*.

Apesar de 80,8% dos artigos terem sido publicados em apenas três meses, ou seja, metade do período estudado, só em janeiro é possível identificar uma causa efetiva para a relevância que o mês assume no conjunto do período de estudo, com um tema único a prevalecer. Ao longo do primeiro mês do ano foram publicados 9 dos 26 artigos considerados como ‘centrais’. Destes, 7 foram relativos a um negócio imobiliário envolvendo o ex-embaixador da União Europeia em Cabo Verde. O assunto remonta a 2017 e refere-se à compra de um terreno, por parte de José Manuel Pinto Teixeira<sup>34</sup>, surgindo suspeitas não comprovadas de um alegado favorecimento por parte da Câmara Municipal da Praia. No início de 2018, era notícia a denúncia apresentada pela então eurodeputada Ana Gomes às autoridades europeias: “o Gabinete Anti-fraude Europeu está a avaliar a conduta do ex-representante da União Europeia em Cabo Verde, o português José Manuel Pinto Teixeira, na sequência de uma comunicação da eurodeputada Ana Gomes, a propósito do terreno que o ex-embaixador adquiriu na cidade da Praia”<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> José Manuel Pinto Teixeira foi embaixador da União Europeia em Cabo Verde de 2012 a 2017.

<sup>35</sup> Fonte: Lusa – “*Bruxelas avalia conduta de antigo embaixador em Cabo Verde*”. *Expresso das Ilhas*. Praia (03 mar. 2018a) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/01/03/bruxelas-avalia-conduta-de-antigo-embaixador-em-cabo-verde/55976> [Consult. 05 mai. 2019]



**Gráfico: 5. – Data de publicação de publicação dos artigos (total)**

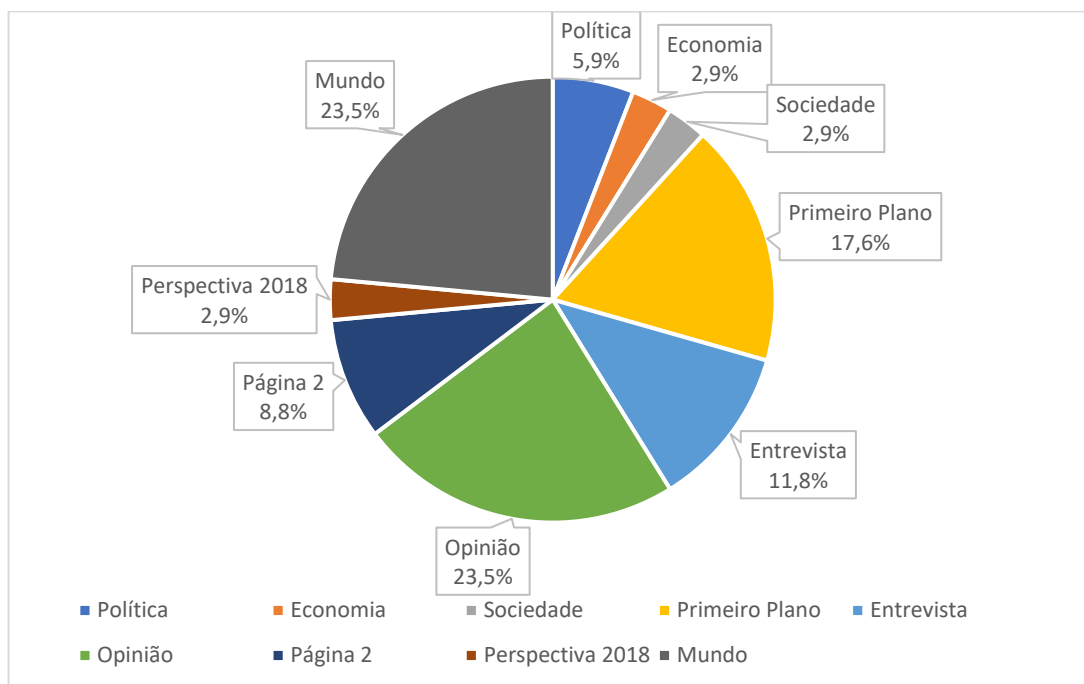
Somando os artigos publicados na edição impressa, com os artigos publicados na edição *online*, obtém-se o total de artigos publicados no *Expresso das Ilhas*. É assim evidente o peso que, numa perspetiva geral, assumem janeiro (23,3%) e maio (26,75%), pelo maior número de artigos publicados nesses meses, nas edições *online* e impressa, respetivamente. Aliás, em conjunto, os dois meses totalizam metade (50%) de todos os artigos publicados ao longo do semestre.

### 3.3.3. Secção e âmbito

Numa publicação jornalística, impressa ou *online*, a secção corresponde ao local onde determinado artigo é ‘arrumado’. Desta forma, consegue-se atribuir uma lógica à organização de artigos, separando-os uns dos outros pela área temática a que dizem respeito. Os artigos sobre assuntos económicos ficam todos juntos e não se confundem com os artigos de cultura, acontecendo o mesmo em relação às notícias sobre política, desporto, cultura, etc. A secção ‘internacional’ (ou ‘mundo’, no caso do *Expresso das Ilhas*) tende a agrupar artigos de países estrangeiros ao da publicação, independente da área temática a que digam respeito.

A análise das secções de publicação dos artigos permite perceber que áreas temáticas são privilegiadas pelo *Expresso das Ilhas*, na sua cobertura de temas relacionados com a União Europeia. Igualmente, através da separação em secções, consegue-se compreender se a

União Europeia é preferencialmente abordada numa perspetiva ‘nacional-interna’ ou ‘internacional-externa’, à luz dos critérios estabelecidos.

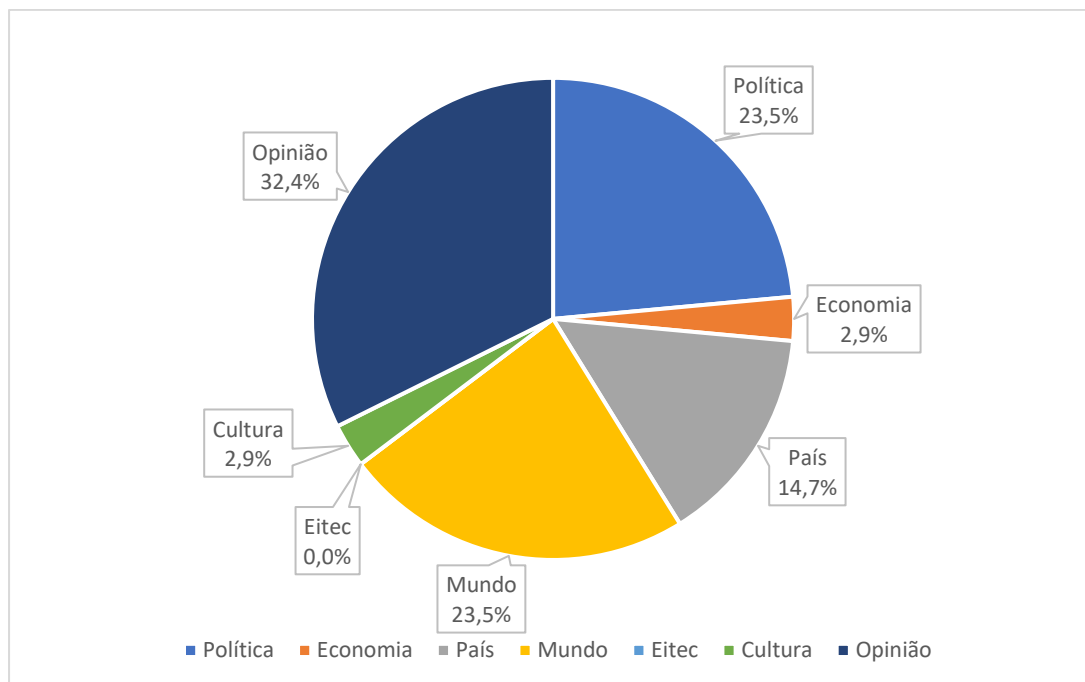


**Gráfico: 6. – Seção dos artigos da edição impressa**

Uma primeira análise das secções da edição impressa do *Expresso das Ilhas* possibilita constatar o que se pode designar de inconsistência ao nível dessas secções. Nas 26 edições analisadas, foram identificadas 19 secções diferentes, algumas das quais usadas numa única edição.

Os artigos com o termo “União Europeia” como elemento ‘central’ foram publicados em 9 dessas secções, com prevalência da secção ‘mundo’ (23,5%) e da secção ‘opinião’ (23,5%). Em conjunto, foram publicados nestas duas secções quase metade (47%) dos artigos.

Destaque para duas outras secções, com ocorrências acima dos 10%: a secção ‘primeiro plano’ (17,6%), que congrega artigos de diferentes áreas, apresentados nas primeiras páginas do jornal, habitualmente artigos de atualidade; a secção ‘entrevista’ (11,8%), na qual são publicadas entrevistas no estilo pergunta-resposta, também sobre diferentes áreas.



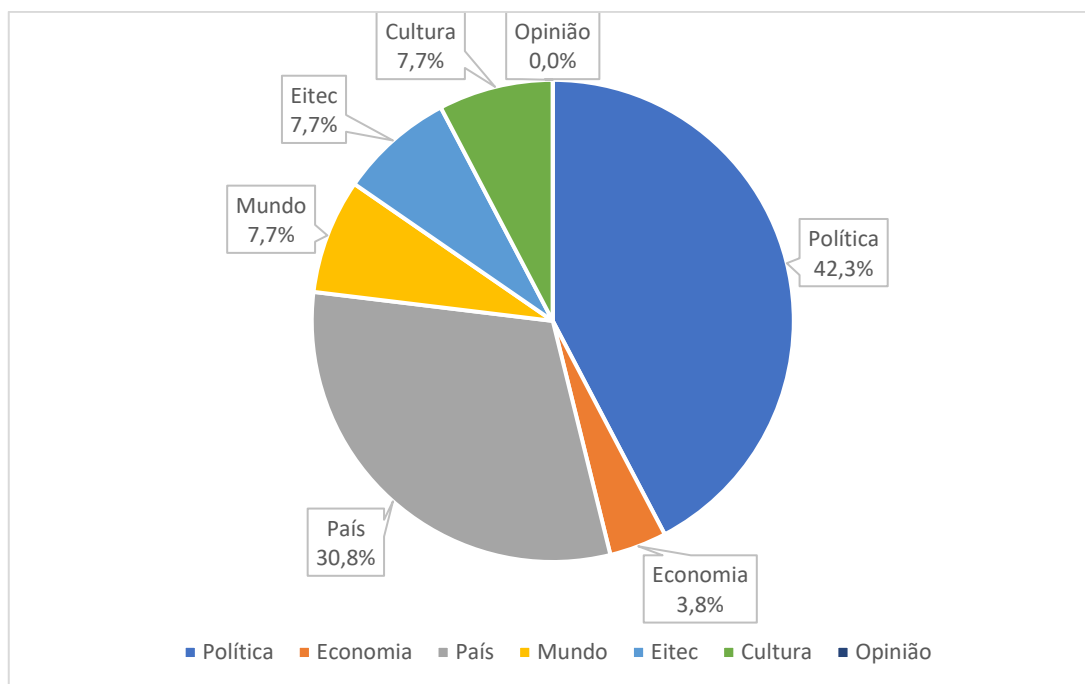
**Gráfico: 7. – Harmonização da secção dos artigos da edição impressa**

A inconsistência verificada nas secções da edição impressa traduzir-se-ia, necessariamente na impossibilidade de apresentar resultados globais por secção (edição impressa mais edição *online*), inviabilizando análises posteriores.

Por este motivo, decidiu-se avançar para uma harmonização das secções, usando como referência as secções da edição *online* do jornal. Os artigos foram recodificados, atribuindo-se, sempre que necessário, novas secções, diferentes das originais.

Deste modo, a distribuição de artigos na edição impressa fica organizada da seguinte forma: ‘opinião’ (32,4%)<sup>36</sup>, ‘política’ (23,5%), ‘mundo’ (23,5%), ‘país’ (14,7%), ‘economia’ (2,9%) e ‘cultura’ (2,9%).

<sup>36</sup>A secção ‘página 2’ foi integrada na secção ‘opinião’.



**Gráfico: 8. – Secção dos artigos da edição *online***

Ao contrário da secção impressa, na secção *online* as secções são fixas e em número mais reduzido. ‘Política’ é a principal secção, agrupando 42,3% dos artigos analisados. Segue-se ‘país’ (30,8%). Esta secção, ‘país’, agrupa artigos sobre questões nacionais, eminentemente sociais, que não políticas ou económicas. Veja-se o exemplo de um artigo ‘país’, sobre equipamentos doados à Polícia Judiciária: “a Polícia Judiciária (PJ) reforçou a sua capacidade técnica depois de receber um conjunto de equipamentos e serviços de manutenção especializada da União Europeia e do Camões I.P. orçado em cerca de 2.700.000 escudos”<sup>37</sup>.

Observe-se que a secção ‘opinião’ não regista qualquer ocorrência. Salvo raras exceções, os artigos publicados em ‘opinião’, na edição *online* do *Expresso das Ilhas*, são a republicação de artigos originalmente publicados na edição impressa.

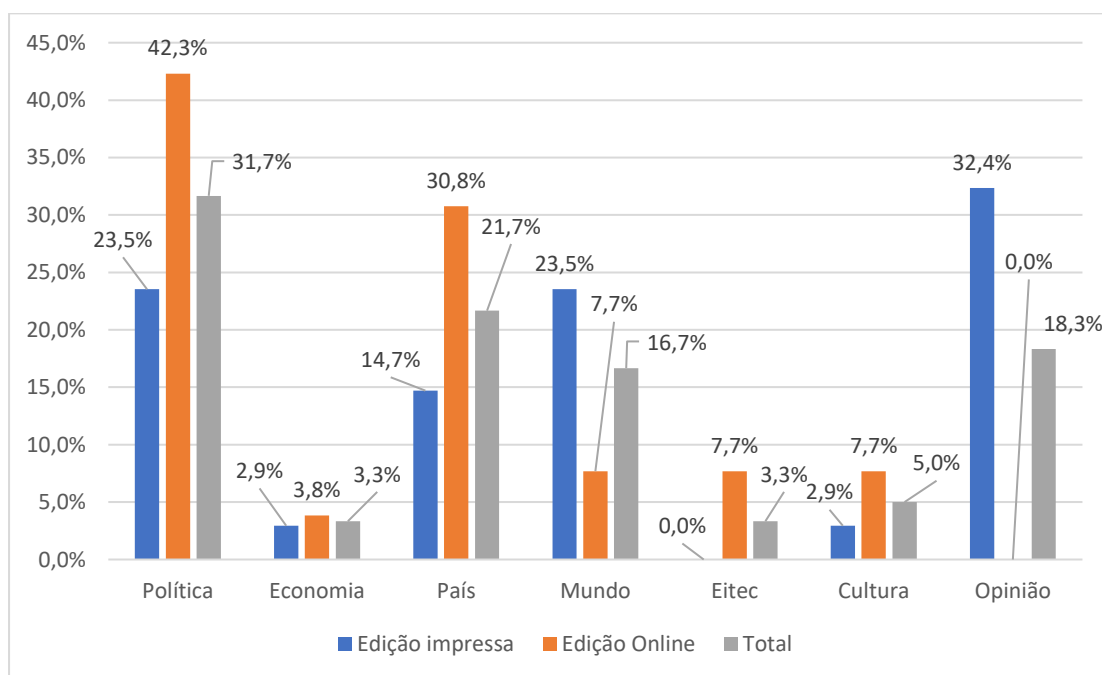
<sup>37</sup> Fonte: Inforpress - “Polícia Judiciária reforça capacidade técnica”. *Expresso das Ilhas*. Praia (09 mai. 2018b) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/05/09/policia-judiciaria-reforca-capacidade-tecnica/58026> [Consult. 05 mai. 2019]

	Edição Impressa	Edição <i>Online</i>	Total
Política	8	11	19
Economia	1	1	2
País	5	8	13
Mundo	8	2	10
Eitec	0	2	2
Cultura	1	2	3
Opinião	11	0	11
Totais	34	26	60

**Quadro: 17.– Número de artigos por secção na edição impressa, *online* e totais**

Efetuada a harmonização de secções, entre edição impressa e *online*, é agora possível comparar a publicação por secções nas duas edições e em termos globais. O quadro 17 apresenta um comparativo do número total de artigos publicados, por secção, em cada uma das edições.

A sua leitura conjunta com o gráfico 9 permite perceber, no conjunto das duas edições, que secções se destacaram e se existem discrepâncias significativas entre a edição impressa e a edição *online*.



**Gráfico: 9. –Comparação dos artigos publicados por secção nas edições impressa e *online* e total**

A secção ‘política’ é mais predominante na edição *online* (42,5%, 11 artigos) que na edição impressa (23,5%, 8 artigos). O mesmo acontece com a secção ‘país’, com 30,8% (8 artigos) de ocorrências na edição *online* e 17,7% (5 artigos) na edição impressa. No sentido inverso, a secção ‘mundo’ é mais preponderante na edição impressa, representando 23,5% (8 artigos) do total de artigos, contra os 7,7% (2 artigos) da secção *online*. Igual sentido na ‘opinião’, onde à ausência de artigos na edição *online*, contrasta com os 32,4% (11 artigos) da edição impressa. As secções ‘economia’ (1 artigo em cada edição), ‘eitec’ (2 artigos na edição *online*) e ‘cultura’ (1 artigo na edição impressa e 2 artigos na edição *online*), porque globalmente pouco representadas, não oferecem variações significativas entre edições.

Em termos gerais, somando as duas edições, observamos que a secção ‘política’ é a mais representada (31,7%, 19 artigos), seguida da secção ‘país’ (21,7%, 13 artigos). A secção ‘opinião’ (18,3%, 11 artigos), não obstante registar artigos publicados apenas na edição impressa, ocupa a terceira posição, seguida de ‘mundo’ (16,7%, 10 artigos), ‘cultura’ (5%, 3 artigos), ‘economia’ (3,3%, 2 artigos) e ‘eitec’ (3,3%, 2 artigos).

	Edição Impressa	Edição <i>Online</i>	Total das edições
Nacional	15	23	38
Internacional	8	3	11
Totais	23	26	49

**Quadro: 18. – Total de artigos considerados, por edição, para a análise do âmbito da cobertura**

A divisão por secções torna possível perceber se a cobertura jornalística do *Expresso das Ilhas* a questões relacionadas com a União Europeia é, fundamentalmente, de âmbito ‘nacional-interna’ ou ‘internacional-externa’.

Consideram-se as secções da edição *online* e a versão harmonizada das secções da edição impressa. Entendem-se como artigos de âmbito nacional, os publicados nas secções ‘política’, ‘economia’, ‘país’ e ‘cultura’, uma vez que nelas são agrupados artigos sobre ou diretamente relacionados a Cabo Verde. No caso da edição *online*, aceita-se igualmente um dos artigos da secção ‘eitec’, por se referir a Cabo Verde. Veja-se um exemplo de artigo de âmbito ‘nacional-interno’:

“Os empresários do sector têm criticado os sucessivos acordos de pesca entre Cabo Verde e a União Europeia, por entenderem que estes colocam em causa os interesses das empresas nacionais e a própria classe. Segundo o governante, as negociações têm em linha de conta as reivindicações dos armadores nacionais.

‘Por exemplo, os armadores da pesca semi-industrial reclamam o acesso a algumas bancas de pesca onde os navios da União Europeia estão a pescar. Vamos estudar e ver, de acordo com a legislação, como é que isso se encaixa’, afirma à Rádio Morabeza<sup>38</sup>

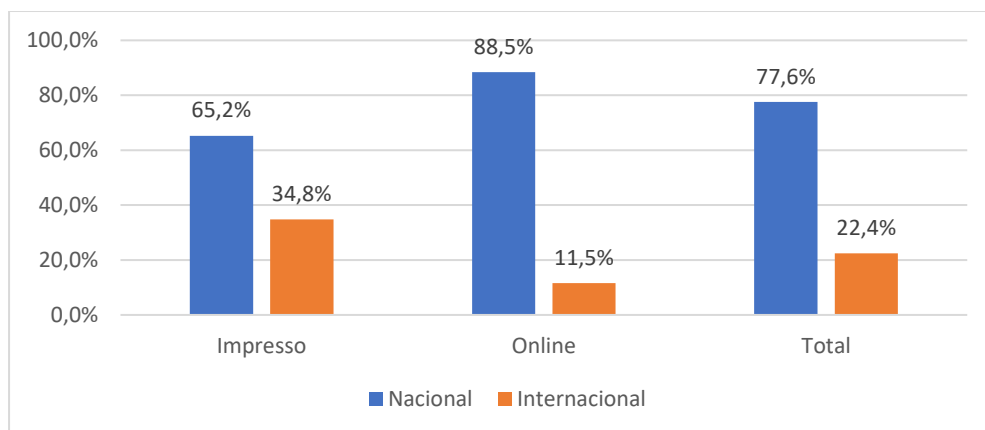
Consideram-se artigos de âmbito internacional os artigos publicados na secção ‘mundo’, pois nela estão agrupados artigos que se referem a outros países, organizações, personalidades ou acontecimentos sem referência efetiva a Cabo Verde. No caso da edição *online*, aceita-se um dos artigos da secção ‘eitec’.

Tome-se como exemplo de um artigo ‘internacional-externo’, o seguinte excerto de uma notícia relativa a uma cimeira do G20:

“A Comissão Europeia afirmou “subscrever inteiramente” o acordo final da cimeira do G7, e comprometeu-se a empreender “todas as ações” para atingir e promover os objetivos fixados no Canadá.

‘A União Europeia subscreve inteiramente o comunicado final do G7, acordado em La Malbaie, e o presidente Juncker quer agradecer publicamente ao primeiro-ministro Trudeau e à sua equipa pela excelente preparação e condução desta desafiante cimeira’, declarou o porta-voz da Comissão Europeia<sup>39</sup> (Expresso das Ilhas, 2018c: 23).

Pela sua natureza argumentativa, de carácter pessoal, exclui-se desta análise os artigos da secção ‘opinião’. Deste modo, são considerados 23 artigos na edição impressa e 26 na edição *online* (quadro 18).



**Gráfico: 10. – Artigos de âmbito nacional e internacional por edição e total**

<sup>38</sup> Fortes, Lourdes - “Cabo Verde quer tirar melhor proveito de acordo de pesca com União Europeia”, *Expresso das Ilhas*. Praia (11 jun. 2018b) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/economia/2018/06/11/cabo-verde-quer-tirar-melhor-proveito-do-acordo-de-pesca-com-a-uniao-europeia/58522> [Consult. 05 mai. 2019]

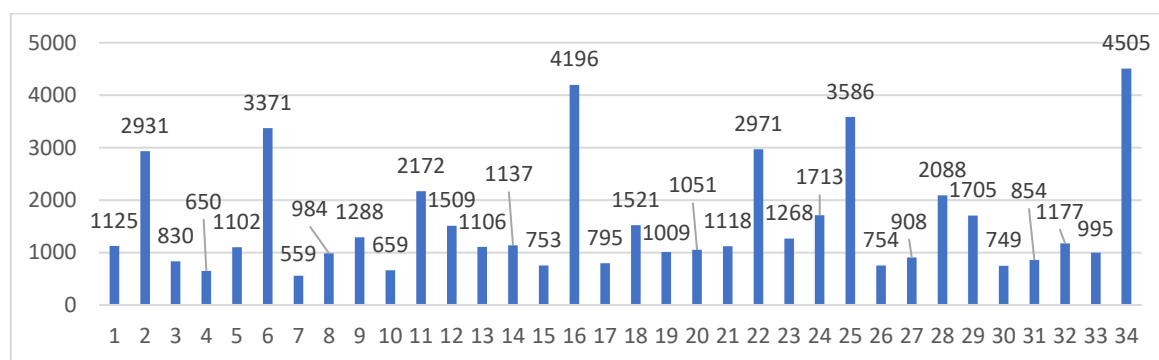
<sup>39</sup> Fonte: Expresso das Ilhas – “G7 termina com compromisso para um comércio internacional com “regras””. *Expresso das Ilhas*. Praia (13 jun. 2018c). 23

A análise dos resultados obtidos permite verificar uma predominância de artigos de âmbito ‘nacional-interno’ nas duas edições do jornal, significando que, na cobertura jornalística do *Expresso das Ilhas*, as referências à União Europeia são feitas preferencialmente numa perspetiva local, naquilo que a organização interessa diretamente ao país, relegando a ação da União Europeia fora de Cabo Verde para um plano secundário.

Na edição impressa, 65,2% dos artigos publicados têm um âmbito nacional, ao passo que 34,8% têm um âmbito internacional. A mesma tendência é verificada na edição *online*, de forma ainda mais acentuada, com 88,5% dos artigos com âmbito nacional e 11,5% com âmbito internacional. Naturalmente, esta mesma diferença é verificável no total das duas edições, com 77,6% de âmbito nacional, contra 22,4% de âmbito internacional.

### 3.3.4. Dimensão dos artigos

No âmbito do nosso estudo, o principal interesse ao apurar a dimensão dos artigos residia no facto de, através dessa contabilização, ser possível perceber se existem diferenças substantivas nos artigos publicados em cada uma das duas edições, impressa e *online*, percebendo-se qual é a dimensão *media* dos artigos, em cada um dos casos.

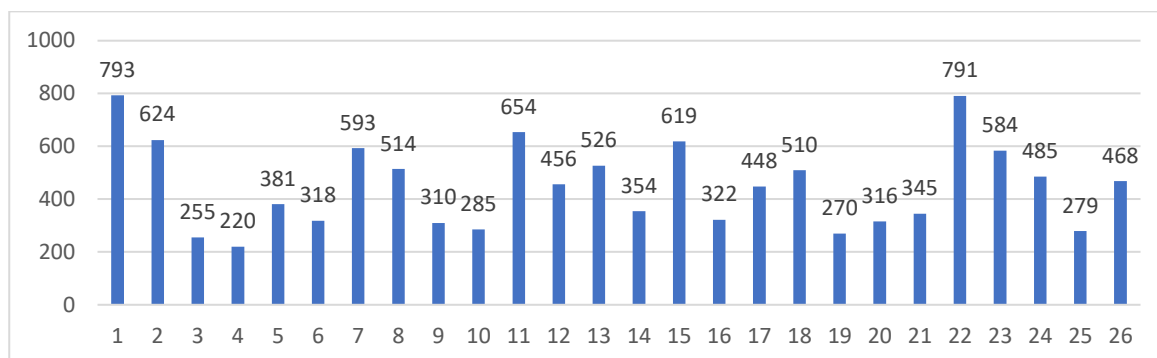


**Gráfico: 11. – Número de palavras dos artigos da edição impressa**

O gráfico 11 mostra o número de palavras de cada um dos 34 artigos da edição impressa analisados. O artigo com a maior dimensão tem 4.505 palavras e é uma entrevista (secção ‘entrevista’ na organização de secções da edição impressa, ou secção ‘política’, na organização harmonizada) ao presidente da Câmara Municipal de Tarrafal de São Nicolau, publicado a 27 de junho de 2018<sup>40</sup>. O artigo com menor dimensão tem 559 palavras e foi

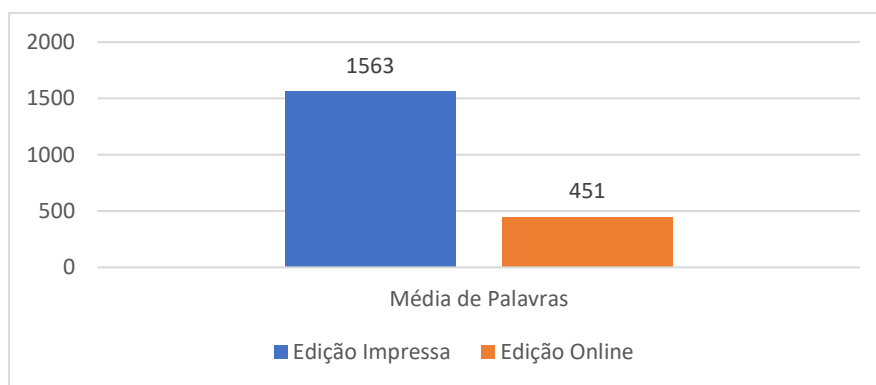
<sup>40</sup> Fonte: Almeida, Sara – “Não pedimos transporte todos os dias - queremos é transporte regular para que as pessoas consigam programar as suas vidas”. *Expresso das Ilhas*. Praia. (27 jun. 2018). 10–13

publicado na secção ‘mundo’, a 13 de fevereiro de 2018, com o título “Combate à imigração ilegal cria problema de desemprego”<sup>41</sup>.



**Gráfico: 12. – Número de palavras dos artigos da edição online**

Na edição *online*, através da análise da dimensão dos 26 artigos, observa-se uma diminuição significativa do número de palavras por artigo, face à edição impressa. O artigo de maior dimensão tem 793 palavras e foi publicado a 3 de janeiro de 2018, na secção ‘país’, sob o título “Bruxelas avalia conduta de antigo embaixador em Cabo Verde”<sup>42</sup>. O artigo de menor dimensão data de 9 de janeiro de 2018, com 220 palavras, publicado na secção ‘política’, com o título “Oposição entende que denúncias da eurodeputada não demovem MpD”<sup>43</sup>.



**Gráfico: 13. – Média de palavras dos artigos por edição**

<sup>41</sup> Fonte: Expresso das Ilhas – “Combate à imigração ilegal cria Problema de desemprego”. *Expresso das Ilhas*. Praia (13 fev. 2018a). 18

<sup>42</sup> Fonte: Lusa – “Bruxelas avalia conduta de antigo embaixador em Cabo Verde”. *Expresso das Ilhas*. Praia (03 mar. 2018a) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/01/03/bruxelas-avalia-conduta-de-antigo-embaixador-em-cabo-verde/55976> [Consult. 05 mai. 2019]

<sup>43</sup> Fonte: Pereira, Adilson – “Oposição entende que denúncias da eurodeputada não demovem MpD”. *Expresso das Ilhas*. Praia (09 jan. 2018a) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/politica/2018/01/09/oposicao-entende-que-denuncias-da-eurodeputada-nao-demovem-mpd/56065> [Consult. 05 mai. 2019]

O cálculo da *media* de palavras dos artigos em cada uma das duas edições permite verificar, de forma mais clara, a discrepância que havia sido percebido anteriormente. Com uma *media* de 1.563 palavras, a dimensão dos artigos da edição impressa é 3,5 vezes maior que a dimensão dos artigos da edição *online* (451 palavras).

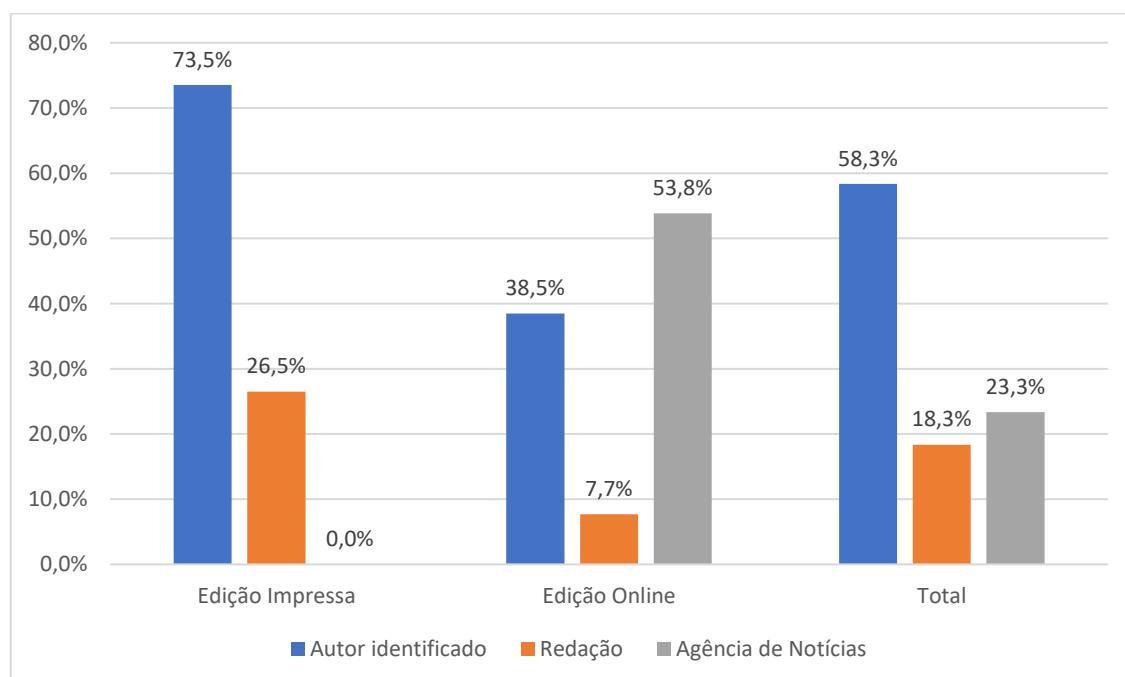
Artigos de maior dimensão sugerem que o *Expresso das Ilhas* privilegia, na sua edição impressa, artigos mais desenvolvidos, com maior profundidade, ao passo que, na edição *online*, é dada primazia a um noticiário menos desenvolvido e aprofundado, restrito ao essencial da informação, apresentado de forma sintética.

### 3.3.5. Tipo de autor

A autoria de um artigo diz-nos sobre a origem do artigo. Se foi produzido pela redação do jornal ou provém de outra fonte, nomeadamente uma agência de notícias.

O recurso a uma agência sugere que o órgão de comunicação social não produziu conteúdo próprio sobre um assunto, usando para isso o conteúdo distribuído pela agência de notícias.

Procura-se saber qual o tipo de autores dos artigos do *Expresso das Ilhas*, identificando eventuais distinções entre as edições impressa e *online*.

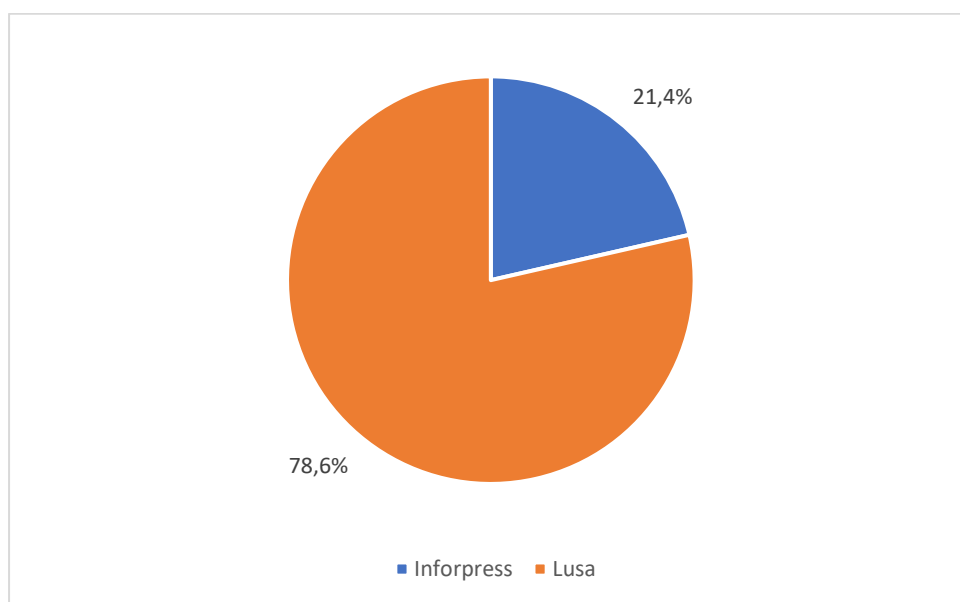


**Gráfico: 14. – Tipo de autor por edição e total**

A análise dos dados recolhidos evidencia a existência de variações quanto ao tipo de autor mais comum em cada uma das duas edições do jornal. Na edição impressa, 73,5% dos artigos tem o seu ‘autor identificado’, significando isto que o autor do artigo assina o mesmo com o seu nome. Uma percentagem inferior de artigos, 26,5%, não têm qualquer assinatura, pelo que se são considerados artigos da ‘redação’. Nota-se, na edição impressa, a inexistência de artigos com autoria atribuída a uma ‘agência de notícias’.

Na edição *online*, em contraste com a edição impressa, os dados assinalam que 53,8% dos artigos têm como autor atribuído uma ‘agência de notícias’. 38,5% são assinados com o nome do seu autor efetivo, cabendo na categoria ‘autor identificado’. Apenas 7,7 não têm autoria atribuída (assinados como ‘Expresso das Ilhas’), pelo que são considerados textos da ‘redação’.

No total das duas edições, prevalece a categoria ‘autor identificado’ (58,3%), seguida de ‘agência de notícias’ (23,3%) e ‘redação’ (18,3%).



**Gráfico: 15. – Artigos por agência de notícias**

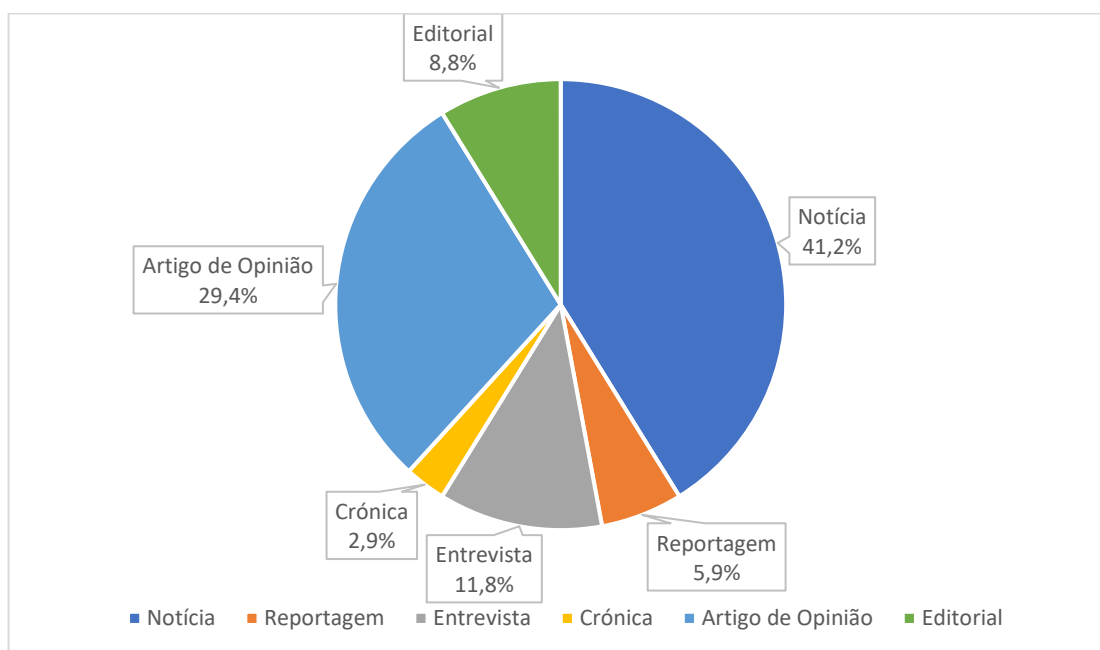
Considerando a predominância do tipo de autor ‘agência de notícias’ nos artigos da edição *online*, procurou-se saber a que agências de notícias recorre o *Expresso das Ilhas* nos artigos sobre a União Europeia.

A agência de notícias mais utilizada é a *Lusa – Agência de Notícias de Portugal* (78,6%), seguindo-se a *Inforpress – Agência Cabo-Verdiana de Notícias* (21,4%). Observe-se que a

*Lusa*, não obstante ser uma agência de notícias portuguesa, tem uma delegação permanente em Cabo Verde, produzindo noticiário local.

### 3.3.6. Género jornalístico

Através da análise do género jornalístico dos diferentes artigos, procurou-se verificar quais os géneros preferenciais em cada uma das edições do *Expresso das Ilhas*, impressa e online, e no conjunto das duas.



**Gráfico: 16.– Artigos por género jornalístico na edição impressa**

Na edição impressa, constata-se uma diversidade de géneros jornalísticos, com predomínio do género ‘notícia’ (41,2%), mas com uma presença igualmente significativa do género ‘artigo de opinião’ (29,4%). Segue-se a ‘entrevista’ (11,8%), o ‘editorial’ (8,8%), a ‘reportagem’ (5,9%) e a ‘crónica’ (2,9%).

O caso do género ‘artigo de opinião’ merece especial destaque, pelo número de ocorrências e pelo que parece ser uma presença regular da União Europeia no que se pode designar de pensamento crítico impresso do jornal. Observe-se, neste particular, o recurso tanto a autores cabo-verdianos, como estrangeiros. George Soros<sup>44</sup>, por exemplo, publica por duas vezes no *Expresso das Ilhas*:

<sup>44</sup> Investidor húngaro-americano, magnata e filantropo.

“O modelo existente converteu a UE numa organização em que a Zona Euro forma o núcleo central, com os outros membros relegados para uma posição inferior. Aqui existe uma premissa oculta em acção, nomeadamente, que embora os vários Estados-membros possam movimentar-se a velocidades diferentes, estarão todos a dirigir-se para o mesmo destino.

Isto ignora a realidade de uma série de países-membros da UE já terem rejeitado explicitamente o objectivo da UE de uma “união cada vez mais próxima”<sup>45</sup>.

Este argumento reforça a sua validade ao juntar-se ao grupo de artigos do género ‘artigo de opinião’ os artigos do género ‘editorial’.

Por três vezes (8,8% do total de artigos analisados), ao longo das 26 edições, o editorial do jornal teve a União Europeia como elemento central. Veja-se, a título de exemplo, a referência feita, a 21 de Março de 2018, à importância da economia da União Europeia para o desempenho da economia cabo-verdiana: “Os dados do INE levam a crer que a retoma teria iniciado no último trimestre de 2015 em conjugação com a nova dinâmica da economia mundial e em particular da economia da União Europeia que finalmente parece deixar para trás os efeitos da crise financeira e do euro”<sup>46</sup>.

Em conjunto, ambos os géneros perfazem 38,2% do total de artigos.



**Gráfico: 17. – Artigos por género jornalístico na edição online**

A análise aos artigos da edição *online* possibilitou constatar uma hegemonia de artigos do género ‘notícia’. Os 26 artigos analisados correspondem a este género jornalístico, marcado

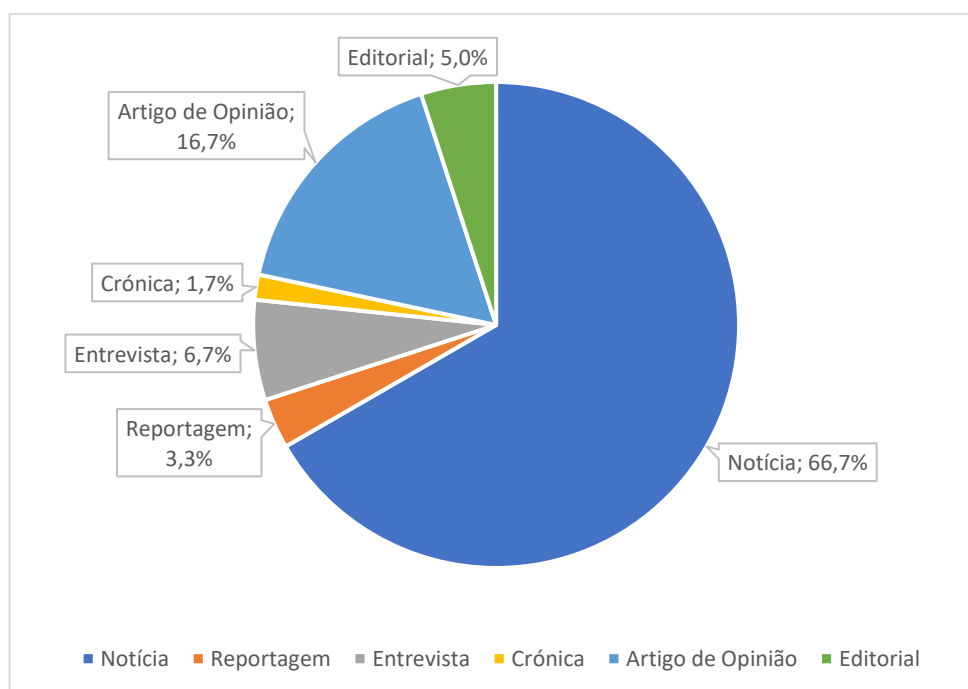
<sup>45</sup> Fonte: Soros, George – “Um Plano Marshall para África”. *Expresso das Ilhas*. Praia (30 mai. 2018) 22.

<sup>46</sup> Fonte: Cardoso, Humberto – “Dois anos depois: balanço preocupante”. *Expresso das Ilhas*. Praia. (21 mar. 2018b). 2

por um relato conciso e direto dos factos. Veja-se o exemplo de um artigo sobre um documentário filmado em Cabo Verde, na sequência de um projeto financiado pela União Europeia:

“(…) A BBC escolheu “focar”, especialmente, Monte Trigo como “uma grande história de sucesso sobre os impactos positivos da energia limpa” na vida das comunidades em África (…)

A central fotovoltaica do Monte Trigo, instalada há seis anos, foi financiada pelo União Europeia (UE) e executada pela empresa Águas da Ponta Preta, no âmbito do projecto Sesam-er (Serviço Energético Sustentável para as populações rurais Isolados Mediante Micro-redes com Energias Renováveis em Santo Antão)”<sup>47</sup>



**Gráfico 18. – Artigos por género jornalístico (total)**

A prevalência de artigos do género ‘notícia’, na edição *online*, é determinante para o peso relativo que o género tem no total das duas edições do *Expresso das Ilhas*, com 66,7% do total de artigos analisados. O género ‘artigo de opinião’ é o segundo mais usado (16,7%), seguindo-se ‘entrevista’ (6,7%), ‘reportagem’ (3,3%) e ‘crónica’ (1,7%).

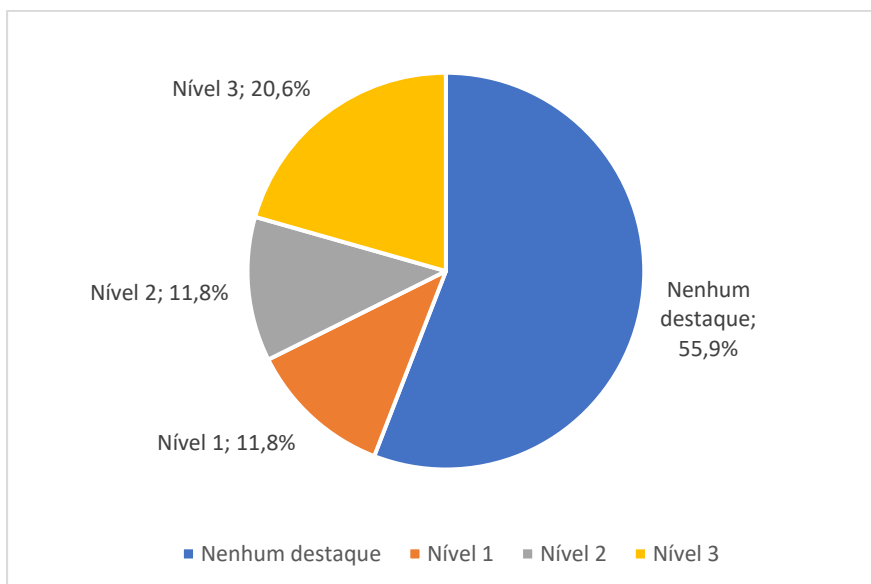
---

<sup>47</sup> Fonte: Inforpress – “BBC filma documentário em Monte Trigo”. *Expresso das Ilhas*. Praia (07 mai. 2018a) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/cultura/2018/05/07/bbc-filma-documentario-em-monte-trigo/58002> [Consult. 05 mai. 2019]

Evidencia-se aqui a relativamente reduzida prevalência de artigos que correspondem ao gênero ‘reportagem’, considerado o gênero ‘nobre’ do jornalismo, no qual os temas são aprofundados e desenvolvidos.

### 3.3.7. Destaque na primeira página

Procedeu-se à análise dos artigos da edição impressa, com o objetivo de apurar se estes mereceram destaque de primeira página – e que nível de destaque, na edição em que ocorreu a publicação. O destaque de primeira página diz-nos da importância que a direção do jornal atribuiu a um determinado artigo e ao tema abordado.



**Gráfico: 19. – Nível de destaque de artigos na primeira página (edição impressa)**

Para esta análise foram considerados os 34 artigos da edição impressa. Mais de metade desses artigos (55,9%) não foi objeto de destaque na primeira página do jornal.



Fonte: Primeira página do *Expresso das Ilhas*, edição 858  
**Figura: 2. – Exemplo de destaque ‘nível 3’**

O destaque mais comum foi o de ‘nível 3’, o menor dos destaques de primeira página, relativo a uma pequena referência, em rodapé ou na coluna lateral, usado em 20,6% dos artigos, como é o caso do artigo relativo ao adiamento da medida de isenção e vistos a cidadãos da União Europeia, aqui destacado<sup>48</sup>.



Fonte: Primeira página do *Expresso das Ilhas*, edição 853  
**Figura: 3. – Exemplo de destaque ‘nível 1’**

<sup>48</sup> Fonte: Magalhães, Chissana – “Adiada mas firme. América do Norte e países fora do Schengen são os próximos”. *Expresso das Ilhas*. Praia (9 mai. 2018b). 4

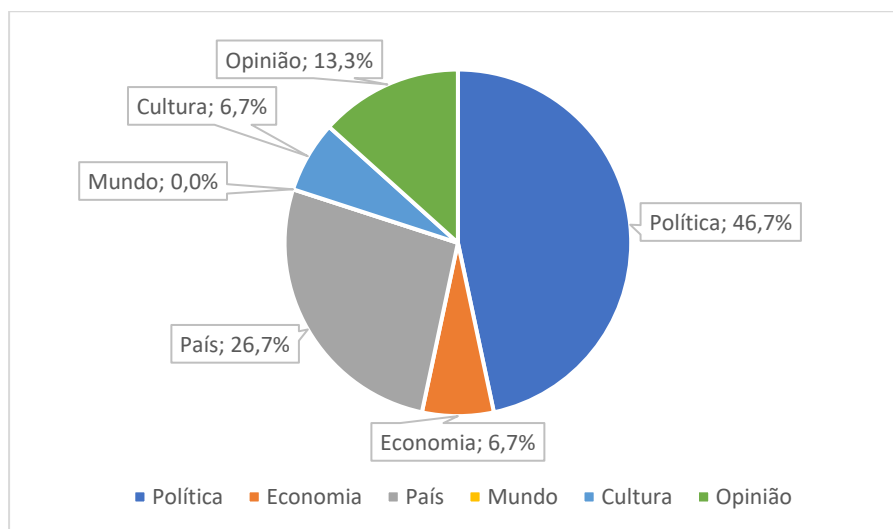
O destaque de ‘nível 1’, correspondente à manchete, foi atribuído apenas a 11,8% dos artigos. Exibe-se, a título de exemplo, a primeira página da edição número 853, que destaca em manchete a entrevista ao secretário de Estado da Educação, Amadeu Cruz<sup>49</sup>.



Fonte: Primeira página do *Expresso das Ilhas*, edição 859

**Figura: 4. – Exemplo de destaque ‘nível 2’**

O destaque de ‘nível 2’, que corresponde a um destaque de nível intermédio, acima ou abaixo da manchete, foi concedido, igualmente, a 11,8% dos artigos e é ilustrado, exemplificativamente, pela reportagem sobre os vinte anos do Acordo Cambial<sup>50</sup>.

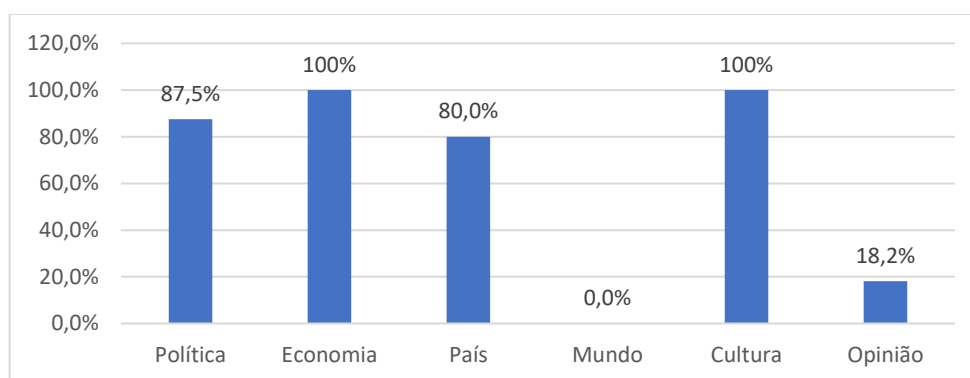


**Gráfico: 20. – Artigos em destaque por secção perante o total de artigos destacados**

<sup>49</sup> Fonte: Montezinho, Jorge – “A qualidade do ensino é também um factor de produtividade e de competitividade da nossa economia”. *Expresso das Ilhas*. (4 abr. 2018a). 16–19

<sup>50</sup> Fonte: Montezinho, Jorge – “Duas décadas de estabilidade e de credibilidade para a moeda cabo-verdiana”. *Expresso das Ilhas*. (16 mai. 2018b). 8–11

Os artigos com destaques de primeira página foram associados às secções (harmonizadas) respetivas, apurando assim a que secções pertencem os artigos da edição impressa destacados. A maioria dos artigos na primeira página (46,7%) pertence à secção ‘política’ que, recorda-se, representa 23,5% do total de artigos publicados na edição impressa. Seguem-se as secções ‘país’ (26,7% do total de artigos destacados; 14,7% do total de artigos publicados), ‘opinião’ (13,3% do total de artigos destacados; 32,4% do total de artigos publicados), ‘economia’ (6,7% do total de artigos destacados; 2,9% do total de artigos publicados) e ‘cultura’ (6,7% do total de artigos destacados; 2,9% do total de artigos publicados). Note-se a ausência de destaques de primeira página de artigos da secção ‘mundo’, que representa 23,5% do total de artigos publicados na edição impressa do jornal.

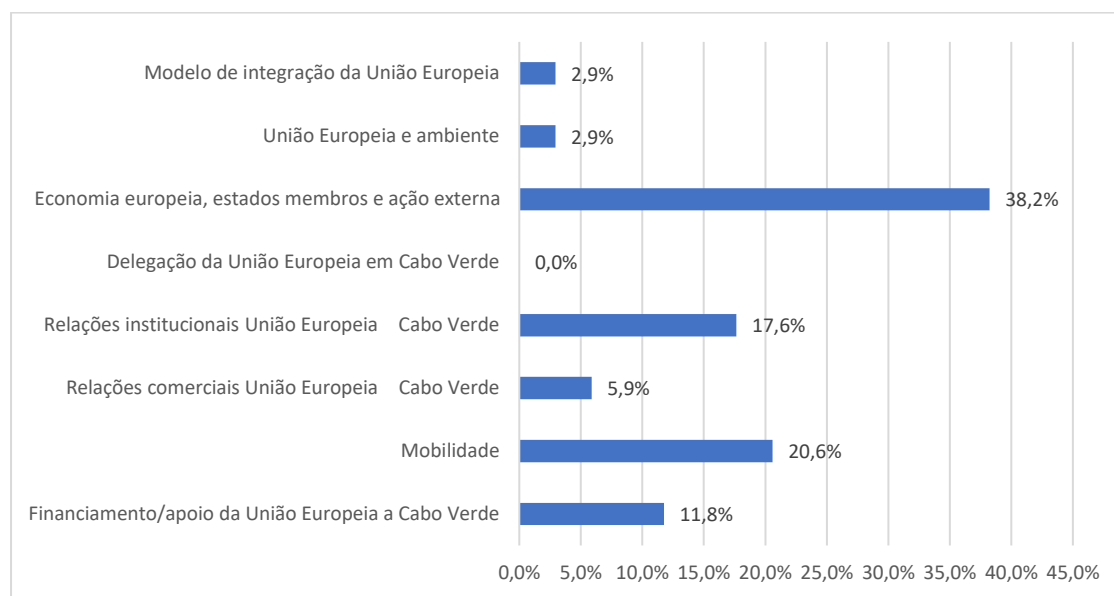


**Gráfico: 21. – Artigos em destaque por secção perante o total de artigos dessa secção**

A análise dos destaques de primeira página da edição impressa do *Expresso das Ilhas* torna possível perceber qual a percentagem de artigos de cada secção a merecer destaque na primeira página. No caso da Economia (100%) e da Cultura (100%), a totalidade dos artigos mereceu destaque de primeira página, mas este valor pode induzir em erro, uma vez que, no total de artigos publicados na edição impressa, apenas um artigo pertence à secção ‘economia’ e outro à secção ‘cultura’. Mais significativa é, por isso, a percentagem relativa à secção ‘política’, sendo que 87,5% dos artigos desta secção mereceram destaque de primeira página. 80% dos artigos da secção ‘país’ foram objeto de destaque, ao passo que 18,2% dos artigos de ‘opinião’, foram chamados à primeira página do *Expresso das Ilhas*.

### 3.3.8. Temas abordados nos artigos

A análise dos temas dos artigos visava apurar que assuntos foram tratados nos artigos que referem a União Europeia, nas edições impressa e *online* do *Expresso das Ilhas*.



**Gráfico: 22. – Temas dos artigos da edição impressa**

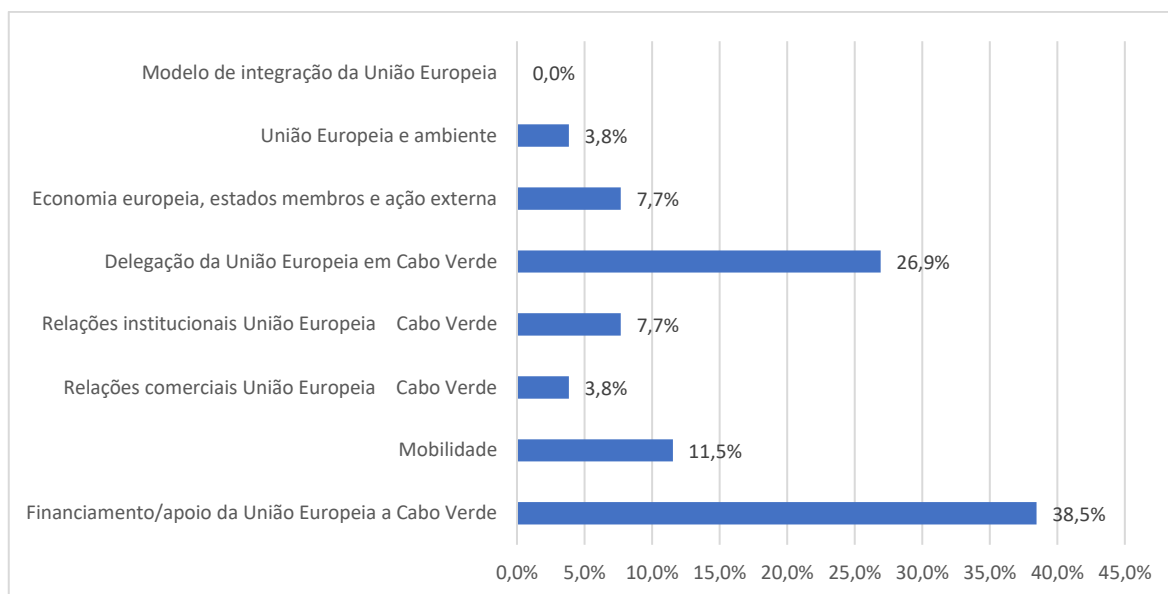
Ao nível da edição impressa, o principal tema apurado é ‘economia europeia, estados membros e ação externa’ (38,2%). Este é um tema vasto, que congrega assuntos tão diversos como a União Europeia e o G7<sup>51</sup>, a Zona Euro e o crescimento económico<sup>52</sup> ou o populismo<sup>53</sup>.

O segundo tema mais frequente é ‘mobilidade’ (20,6%), seguindo-se ‘relações institucionais União Europeia – Cabo Verde’ (17,6%), ‘financiamento/apoio da União Europeia a Cabo Verde’ (11,8%), ‘relações comerciais União Europeia – Cabo Verde’ (5,9%) e, por fim, ‘modelo de integração da União Europeia’ (2,9%) e ‘União Europeia e ambiente’ (2,9%). Não foi encontrada, na edição impressa, qualquer referência ao tema ‘Delegação da União Europeia em Cabo Verde’.

<sup>51</sup> Fonte: *Expresso das Ilhas* – “G7 termina com compromisso para um comércio internacional com “regras””. *Expresso das Ilhas*. Praia (13 jun. 2018c). 23

<sup>52</sup> Fonte: Cardoso, Humberto – “Dois anos depois: balanço preocupante”. *Expresso das Ilhas*. Praia. (21 mar. 2018b). 2

<sup>53</sup> Fonte: Rodrik, Dani – “Em defesa do populismo económico”. *Expresso das Ilhas*. Praia (31 jan. 2018). 22



**Gráfico: 23. – Temas dos artigos da edição online**

Na edição *online*, o principal tema é ‘financiamento/apoio da União Europeia a Cabo Verde’ (38,5%), relativo a notícias sobre projetos e iniciativas apoiados ou financiados pela União Europeia, como é o caso do exemplo que se cita:

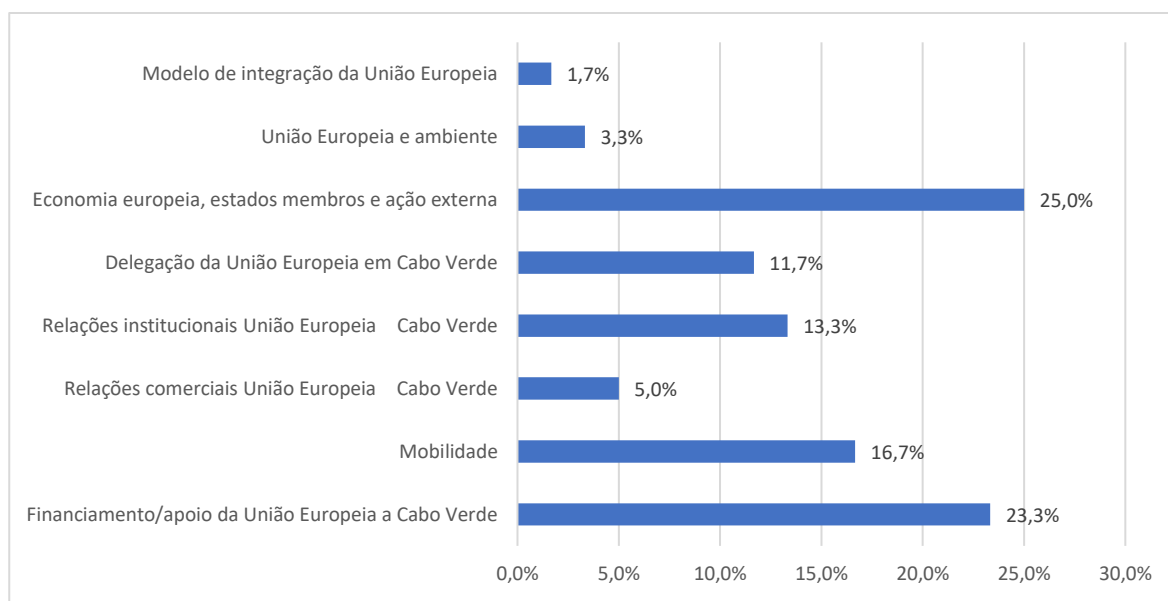
“A criação de uma unidade policial especializada, reforço da formação, alterações legislativas sobre conservação de provas digitais (...) são algumas das recomendações feitas a Cabo Verde no âmbito do combate à cibercriminalidade (...) O projecto GLACY abrange 12 países, tem uma dotação de 13,3 milhões de euros (financiados em 90% pela União Europeia) e um prazo de execução até 2021”<sup>54</sup>.

Igualmente relevante, o tema ‘Delegação da União Europeia em Cabo Verde’, onde se encontram artigos relativos ao negócio de venda de um terreno, na Praia, ao antigo embaixadora da União Europeia em Cabo Verde, tema que suscitou grande debate público, acompanhado pela edição *online* do *Expresso das Ilhas*: “O vereador do urbanismo da Câmara Municipal da Praia, Rafael Fernandes, fez saber que, entre compra e trabalhos no terreno, o ex-embaixador da União Europeia, José Manuel Pinto Teixeira, pagou 11,5 mil contos pelo lote na Prainha”<sup>55</sup>.

<sup>54</sup> Fonte: Lusa – “Peritos recomendam a Cabo Verde especialização na investigação e combate ao cibercrime”. *Expresso das Ilhas*. Praia (08 jun. 2018b) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/06/08/peritos-recomendam-a-cabo-verde-especializacao-na-investigacao-e-combate-ao-cibercrime/58466> [Consult. 06 mai. 2019]

<sup>55</sup> Fonte: Pereira, Adilson – “Pinto Teixeira pagou mais de 11 mil contos pelo terreno na capital – CMP”. *Expresso das Ilhas*. Praia (10 jan. 2018b) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/politica/2018/01/10/pinto-teixeira-pagou-mais-de-11-mil-contos-pelo-terreno-na-capital/56079> [Consult. 05 mai. 2019]

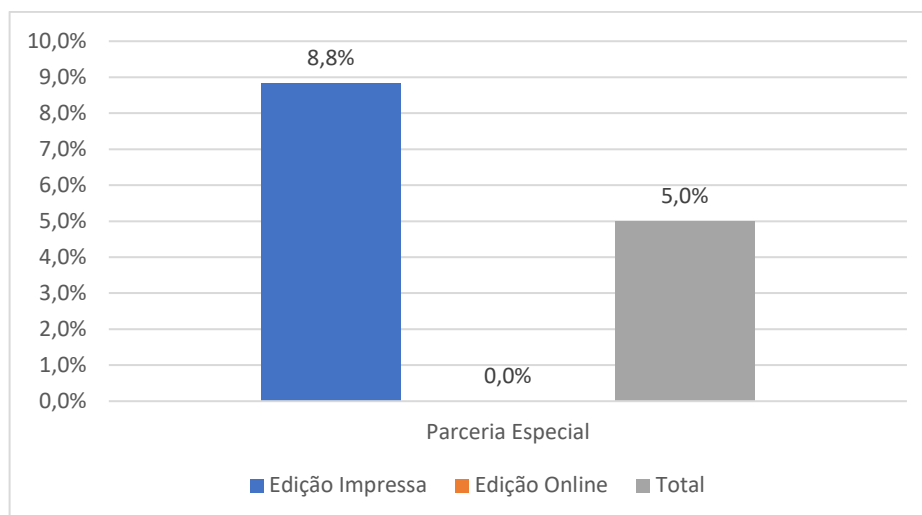
Artigos relacionados com ‘mobilidade’ representam 11,5% do total de artigos analisados na edição *online*, seguindo-se ‘economia europeia, estados membros e ação externa’ (7,7%) e ‘relações institucionais União Europeia – Cabo Verde’ (7,7%). Por fim, ‘União Europeia e ambiente’ (3,8%) e ‘relações comerciais União Europeia – Cabo Verde’ (3,8%). Na edição *online*, não se apurou qualquer artigo relativo ao ‘modelo de integração da União Europeia’.



**Gráfico: 24. – Temas dos artigos (total)**

A análise conjunta das duas edições, permite verificar a existência de dois temas dominantes, ‘economia europeia, estados membros e ação externa’ (25%) e ‘financiamento/apoio da União Europeia a Cabo Verde’ (23,3%). Observe-se como estes são, precisamente, os temas em maior destaque nas edições impressa e *online*, respetivamente.

Outra situação que merece destaque resulta das variações na predominância de temas entre as duas edições, o que sugere que impresso e *online* apresentam aos leitores propostas temáticas distintas. A perceção deste elemento será mais fácil através de uma análise específica a alguns assuntos concretos.



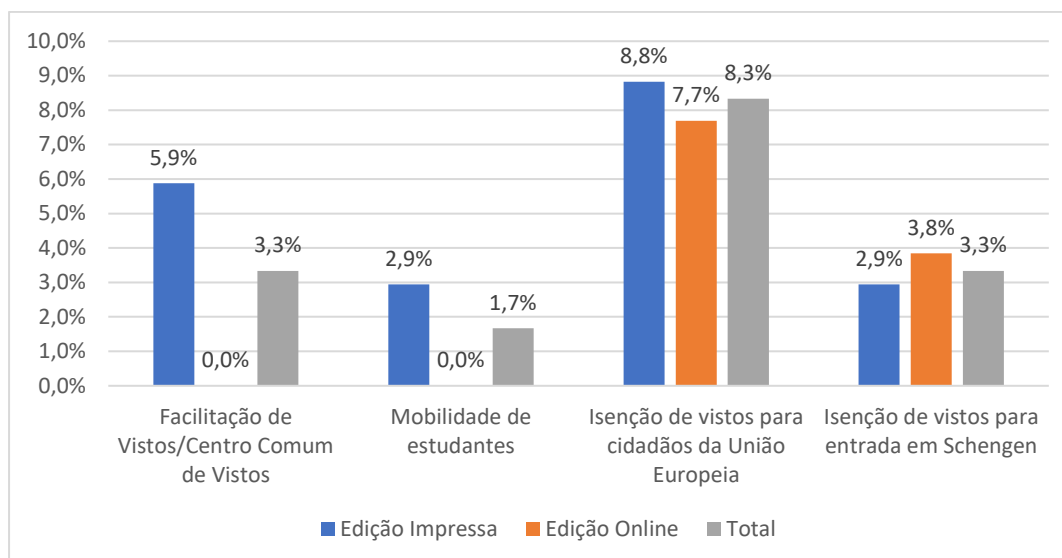
**Gráfico: 25. – Artigos sobre a parceria especial (perante o total de artigos)**

O principal elemento da relação entre a União Europeia e Cabo Verde é a Parceria Especial (Comissão Europeia, 2007b) firmada entre o bloco comunitário e o país arquipelágico. Os artigos relativos a este acordo foram inicialmente agrupados no tema ‘relações institucionais União Europeia – Cabo Verde’. Numa segunda fase, isolou-se o assunto, verificando-se que apenas 5% do total de artigos aborda a Parceria Especial. Este número é sustentado pelas ocorrências na edição impressa (8,8%), já que não foi encontrada qualquer referência na edição *online*. Veja-se um exemplo de um artigo da edição impressa que aborda a Parceria Especial, produzido na sequência de uma visita do Primeiro-Ministro de Cabo Verde à Bulgária:

“Boyko Borisov anunciou igualmente que há “intenções sérias” por parte da Bulgária de investir em Cabo Verde, especialmente na área do turismo. “Cabo Verde tem uma relação muito próxima com a União Europeia e é um país verdadeiramente democrático”, acrescentou o primeiro-ministro búlgaro”<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Fonte: Expresso das Ilhas – “Périplo europeu com linha de crédito de 30 milhões de euros na agenda”. *Expresso das Ilhas*. Praia (21 fev. 2018b). 8



**Gráfico: 26. – Mobilidade por assunto (perante o total de artigos)**

Outro dos pontos centrais das relações entre a União Europeia e Cabo Verde é a questão da mobilidade, agrupada em tema próprio, com o mesmo nome. Segmentou-se o tema em assuntos, com o objetivo de perceber, em concreto, que dimensões são discutidas em cada uma das edições e no total das duas edições, face a total de artigos.

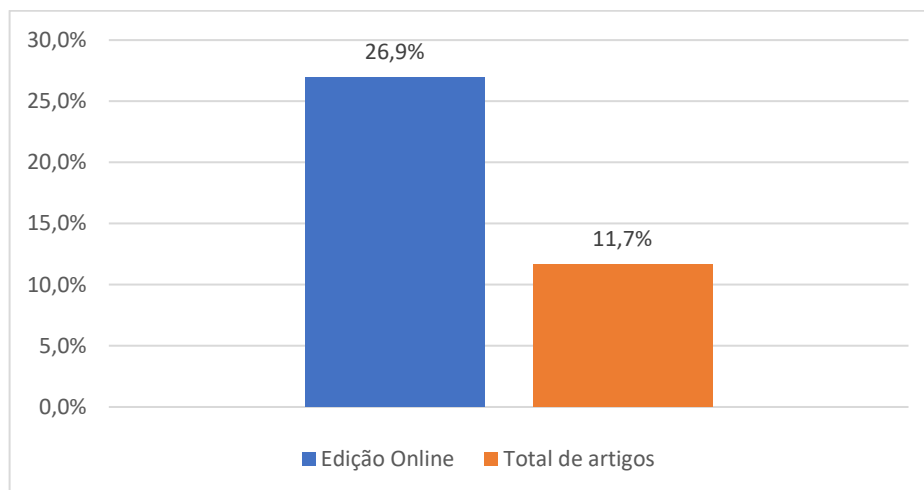
A isenção de vistos para cidadãos da União Europeia é o assunto dominante dentro deste tema, representando 8,3% do total de artigos analisados. Na edição impressa, 8,8% dos artigos referem-se a este assunto. Na edição *online*, 7,7% dos artigos abordam a questão. Um desses artigos, por exemplo, dá conta do adiamento da entrada em vigor da medida: “Os cidadãos da União Europeia e do Reino Unido que visitem Cabo Verde só estarão isentos do pagamento de vistos a partir de janeiro do ano que vem, anunciou hoje o governo”<sup>57</sup>.

Note-se como, nos dois principais assuntos, existe um equilíbrio entre as duas edições.

Bem menos significativa foi a questão da isenção de vistos aos cabo-verdianos para entrada no espaço Schengen, assunto que representou 3,3% do total de artigos (2,9% na edição impressa, 3,8% na edição *online*).

<sup>57</sup> Fonte: Amaral, André - “Isenção de vistos só em Janeiro do próximo ano”. *Expresso das Ilhas*. Praia (04 mai. 2018) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/politica/2018/05/04/isencaodevistossoemjaneiro-doproximo-ano/57991> [Consult. 07 mai. 2019]

Os outros assuntos abordados, dentro do tema ‘mobilidade’, são a facilitação na emissão de vistos e o funcionamento do Centro Comum de Vistos (3,3% do total, 5,9% na edição impressa), e a mobilidade de estudantes (1,7% do total, 2,9% na edição impressa). Observe-se como, nestes dois casos, não há qualquer ocorrência na edição *online*.

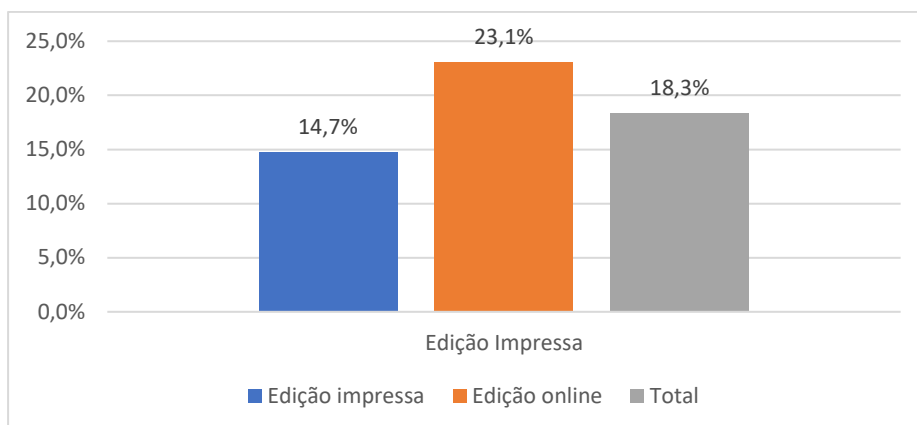


**Gráfico: 27. – Artigos sobre a casa do antigo embaixador da União Europeia em Cabo Verde**

Na edição *online*, dentro do tema ‘Delegação da União Europeia em Cabo Verde’, encontra-se um número significativo de artigos que se referem ao negócio da venda de um terreno ao ex-embaixador da União Europeia em Cabo Verde. Apesar de não existirem referências ao assunto na edição impressa, a sua prevalência na edição *online* (26,9% do total de artigos nesta edição), é suficiente para garantir que o assunto represente 11,7% do total global de artigos.

### **3.3.9. Personalidades representantes da União Europeia usadas como fonte de informação**

Quis-se verificar qual o recurso a personalidades representantes da União Europeia como fonte de informação, nos artigos analisados, apurando, desta forma, qual o espaço mediático que estas personalidades ocupam no noticiário produzido pelo *Expresso das Ilhas*. Igualmente, apurou-se se essas fontes são locais, ou seja, representantes da União Europeia em Cabo Verde, ou externas, fontes fora do país.



**Gráfico: 28. – Artigos com personalidades da União Europeia como fonte de informação (perante o total de artigos)**

Verifica-se que 18,3% dos artigos usam como fonte, pelo menos, uma personalidade que representa a União Europeia. Por edição, esse número é maior na edição *online* (23,1%) e menor na edição impressa (14,7%).

	Edição Impressa	Edição <i>Online</i>	Total
Eurodeputada Ana Gomes	0	4	4
Alta Representante da União Europeia para a Política Externa	0	2	2
Vice Presidente da Comissão Europeia	1	0	1
Fonte do Gabinete Anti-Fraude	0	2	2
Porta-Voz da Comissão Europeia	2	0	2

**Quadro: 19. – Personalidades externas da União Europeia Usadas como fonte de informação**

Em valores absolutos, nos 60 artigos das duas edições, por onze vezes (três na edição impressa, oito na edição *online*) são citadas personalidades externas que representam a União Europeia. A ex-eurodeputada Ana Gomes é a personalidade com maior prevalência, surgindo em quatro artigos da edição *online*, a propósito do caso da venda do terreno ao ex-embaixador da União Europeia em Cabo Verde. Cita-se um exemplo:

“‘Pedi uma investigação porque há factos preocupantes’, disse Ana Gomes, salientando que ‘o próprio Estado Português tentou comprar o terreno em causa e não conseguiu e de repente esse cidadão comprou e começou a construir uma casa, mesmo em cima da embaixada de Portugal’.  
 ‘Até hoje não foi divulgado o contrato de compra e venda’ do terreno, referiu também”<sup>58</sup>

<sup>58</sup> Fonte: Lusa – “Ana Gomes quer ver contrato do negócio da Câmara da Praia com ex-embaixador da União Europeia”. *Expresso das Ilhas*. Praia (09 jan. 2018c) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/politica/2018/01/09/ana-gomes-quer-ver-contrato-do-negocio-da-camara-da-praia-com-ex-embaixador-da-uniao-europeia/56063> [Consult. 06 mai. 2019]

Por duas vezes, e também a propósito do mesmo caso, é citada a Alta Representante da União Europeia para a Política Externa. Também em duas ocasiões, é ouvida uma fonte não identificada do Gabinete Anti-Fraude. O caso envolvendo o ex-embaixador motivou a maioria de vezes em que o *Expresso das Ilhas* recorreu a personalidades externas ligadas à União Europeia, sempre na edição *online*.

Por uma única vez, na edição impressa, é citado um Vice-Presidente da Comunidade Europeia. Por duas vezes, igualmente na edição impressa, é citado um porta-voz da Comissão Europeia.

	Edição Impressa	Edição <i>Online</i>	Total
Embaixadora da União Europeia	2	1	3
Chefe da Cooperação da União Europeia em Cabo Verde	0	1	1
Ex embaixador da União Europeia em Cabo Verde	0	1	1

**Quadro: 20. – Personalidades locais da União Europeia usadas como fonte de informação**

Apenas por 5 vezes os artigos analisados recorrem a personalidades locais da União Europeia como fontes de informação (duas vezes na edição impressa, três na edição *online*).

A embaixadora da União Europeia<sup>59</sup> é a principal fonte utilizada, num total de três vezes (duas na edição impressa, uma na edição *online*). A embaixadora é, aliás, a única fonte local citada na edição impressa.

“Em entrevista a propósito das comemorações do Dia da Europa, Sofia Moreira de Sousa referiu que tal pretensão, recorrentemente manifestada pelos cidadãos cabo-verdianos, é ‘um objectivo comum’ sendo que, a virem a iniciar-se, negociações sobre a matéria é algo ainda distante.

‘É preciso uma série de passos antes que possamos falar de negociações propriamente ditas para uma total isenção. Devemos focar-nos mais no caminho que há a percorrer e não só no objetivo final. É importante tê-lo em mira, mas as duas partes têm de trabalhar neste sentido’<sup>60</sup>.

O chefe da cooperação da União Europeia em Cabo Verde é citado uma vez na edição *online*. Também por uma vez é citado o ex-embaixadora da União Europeia no país.

<sup>59</sup> Sofia Moreira de Sousa era, em 2018, a embaixadora da União Europeia em Cabo Verde.

<sup>60</sup> Fonte: Magalhães, Chissana – “Adiada mas firme. América do Norte e países fora do Schengen são os próximos”. *Expresso das Ilhas*. Praia (9 mai. 2018b). 4

### 3.3.10. Tipo de cobertura

Ao analisar a cobertura jornalística do *Expresso das Ilhas* quanto ao seu tipo, consegue-se apurar se a mesma é fundamentalmente positiva, negativa ou neutra na forma como aborda as questões relacionadas com a União Europeia.

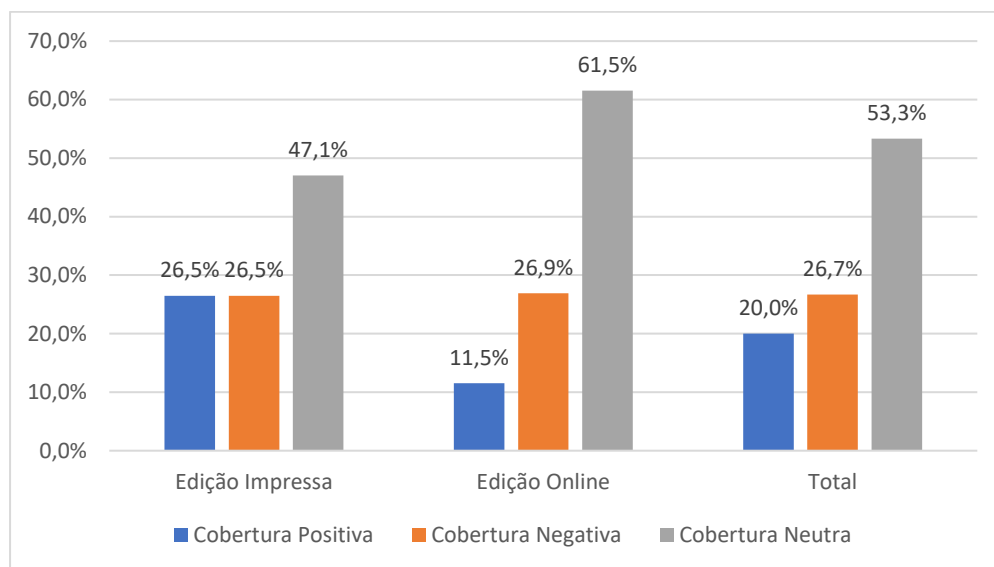


Gráfico: 29. – Tipo de cobertura por edição e total

A análise permite concluir que a cobertura do *Expresso das Ilhas* é maioritariamente neutra, tanto no conjunto das duas edições (53,3%), como individualmente, na edição impressa (47,1%) e edição *online* (61,5%). Um exemplo de cobertura neutra pode ser encontrado num artigo sobre um projeto sobre o uso de inseticidas, financiado pela União Europeia. Observe-se como a referência à União Europeia é feita sem recurso a qualquer expressão que transmita sensação de positividade ou negatividade:

“Trata-se de um projecto de Cooperação em Investigação e Desenvolvimento sobre a incidência de resíduos de Produtos Fitofarmacêuticos (pesticidas) e Microtoxinas nos Produtos Vegetais consumidos, no âmbito geográfico da Macaronésia. Financiado a 100% pelos fundos da União Europeia, o projecto realizou um estudo cujos resultados mostram que é baixa a presença de produtos nocivos na produção vegetal nacional”.<sup>61</sup>

Uma cobertura negativa é identificada em 26,7% dos artigos (26,5% na edição impressa e 26,9% na edição *online*). Volta a ser exemplo a cobertura dada ao caso do terreno vendido ao ex-embaixador da União Europeia em Cabo Verde. No excerto de um artigo da edição

---

<sup>61</sup> Magalhães, Chissana – “Uso de insecticidas domésticos em produtos hortícolas preocupa técnicos da ARFA”. *Expresso das Ilhas*. Praia (20 jun. 2018c). 5

*online* apresentado a seguir, observe-se o uso de expressões como “erro”, “denúncias”, “infeliz” ou “episódio do dote”:

“Através do seu vice-presidente, o PAICV veio à comunicação social dizer que o MpD e o governo do mesmo partido estão a insistir no erro no caso da venda de um terreno ao ex-embaixador da União Europeia, José Manuel Pinto Teixeira, mesmo após o sinal dado pelas denúncias da eurodeputada Ana Gomes.  
‘Sobre o infeliz episódio de ‘dote’ ao embaixador da União Europeia, pelos relevantes serviços prestados à Nação, maioria e Governo estão a insistir no erro’, realça Rui Semedo”<sup>62</sup>

Veja-se um outro excerto, este da edição impressa, retirado de uma entrevista a um presidente de câmara: “há menos pescado. Sentimos isso. Devido aos acordos que o governo tem com a União Europeia e outros, [essas embarcações] acabam por levar muito pescado e não se deixa a quantia que devia”<sup>63</sup>. Neste caso, a sensação de negatividade é transmitida pela alusão à forma como os acordos ao nível das pescas têm deixado “menos pescado” nas águas nacionais, porque os barcos da União Europeia “acabam por levar muito pescado e não se deixa a quantia que devia”.

Em 20% dos artigos é possível identificar uma cobertura positiva. Essa cobertura é mais visível na edição impressa (26,5%) e menos na edição *online* (11,5%). Numa entrevista publicada na edição impressa, encontramos um exemplo de cobertura positiva:

“Em toda a África só vocês é que têm uma parceria especial com a União Europeia. É que eles sabem que vocês são sérios. Aqui as transições políticas decorrem num clima de paz e harmonia. Onde é que se vê isso em África? Só em Cabo Verde. Portanto, são vantagens e significa que vocês podem caminhar sozinhos”<sup>64</sup>

A parceria entre Cabo Verde e a União Europeia é aqui sugerida como uma coisa boa, apresentada como uma ‘vantagem’, realçando-se que só Cabo Verde tem um acordo do género no continente africano.

---

<sup>62</sup> Fonte: Pereira, Adilson – “Oposição entende que denúncias da eurodeputada não demovem MpD”. *Expresso das Ilhas*. Praia (09 jan. 2018a) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/politica/2018/01/09/oposicao-entende-que-denuncias-da-eurodeputada-nao-demovem-mpd/56065> [Consult. 05 mai. 2019]

<sup>63</sup> Fonte: Almeida, Sara – “Não pedimos transporte todos os dias - queremos é transporte regular para que as pessoas consigam programar as suas vidas”. *Expresso das Ilhas*. Praia. (27 jun. 2018). 10–13

<sup>64</sup> Fonte: Monteiro, António – “Cabo Verde pode ficar na CEDEAO, mas deve pensar na possibilidade de caminhar sozinho”. *Expresso das Ilhas*. Praia (13 fev. 2018). 14-17

### 3.3.11. Iconografia representativa da União Europeia

Com a análise da iconografia associada aos artigos estudados pretendeu-se perceber se esta contém algum tipo de representação simbólica da União Europeia, seja através de logotipos ou ícones da organização, edifícios ou personalidades.

	Edição Impressa	Edição <i>Online</i>	Total
Símbolos	2	1	3
Edifícios	0	1	1
Personalidades	1	3	4
Totais	3	5	8

**Quadro: 21. – Artigos com iconografia representativa da União Europeia por tipo, em cada edição e total**

O quadro 21 apresenta as diferentes ocorrências em números absolutos. Os resultados apurados demonstram uma presença reduzida de elementos iconográficos representativos da União Europeia em ambas as edições do *Expresso das Ilhas*.



Fonte: *Print screen* do site do *Expresso das Ilhas*<sup>65</sup>  
**Figura: 5. – Exemplo de artigo da edição online com elemento iconográfico com representação da União Europeia (personalidades) – Ana Gomes**



Fonte: *Print screen* do site do *Expresso das Ilhas*<sup>66</sup>  
**Figura: 6. – Exemplo de artigo da edição online com elemento iconográfico com representação da União Europeia (personalidades) – Pinto Teixeira**

As personalidades associadas à União Europeia, exemplificadas na figura 5, pela antiga eurodeputada Ana Gomes e na figura 6, pelo antigo embaixador da União Europeia em Cabo

<sup>65</sup> Fonte: Lusa – “Ana Gomes quer ver contrato do negócio da Câmara da Praia com ex-embaixador da União Europeia”. *Expresso das Ilhas*. Praia (09 jan. 2018c) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/politica/2018/01/09/ana-gomes-quer-ver-contrato-do-negocio-da-camara-da-praia-com-ex-embaixador-da-uniao-europeia/56063> [Consult. 06 mai. 2019]

<sup>66</sup> Fonte: Lusa – “Bruxelas avalia conduta de antigo embaixador em Cabo Verde”. *Expresso das Ilhas*. Praia (03 mar. 2018a) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/01/03/bruxelas-avalia-conduta-de-antigo-embaixador-em-cabo-verde/55976> [Consult. 05 mai. 2019]

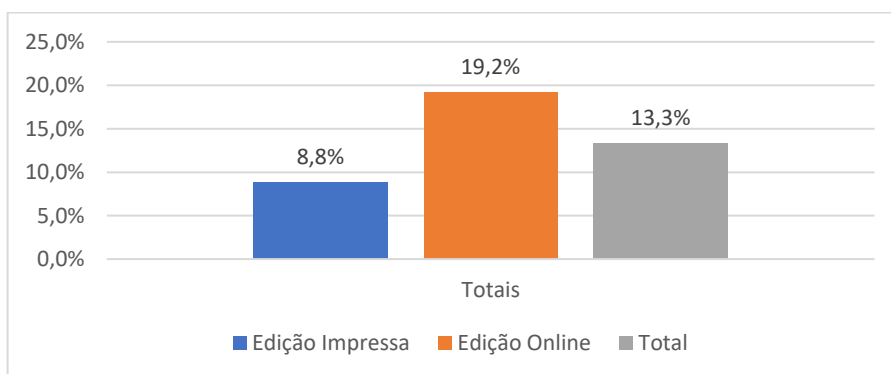
Verde, Pinto Teixeira, são o elemento representativo mais comum na edição *online* (3 ocorrências em 26 artigos, 11,5%).



Fonte: Edição impressa do *Expresso das Ilhas*<sup>67</sup>

**Figura 7. – Exemplo de artigo da edição *online* com elemento iconográfico com representação da União Europeia (símbolos) - Euro**

Os ‘símbolos’ (na figura 7, uma fotografia com euros) da União Europeia são o elemento representativo mais comum na edição impressa (2 ocorrências em 34 artigos, 5,9%).



**Gráfico: 30. – Artigos com iconografia da União Europeia por edição e total (perante o total de artigos)**

O gráfico 30 complementa o quadro 21 e permite uma análise dos resultados face ao total de artigos (60) analisados. Apenas em oito artigos (13,3%) são identificados elementos iconográficos com algum tipo de representação da União Europeia. Essa reduzida representação é verificada tanto na edição impressa (3 em 34, 8,8%), como na edição *online* (5 em 26, 19,2%). Por quatro vezes (6,7% perante o total de artigos) são usadas fotografias

<sup>67</sup> Fonte: Montezinho, Jorge – “Duas décadas de estabilidade e de credibilidade para a moeda cabo-verdiana”. *Expresso das Ilhas*. (16 mai. 2018b). 8–11

de personalidades associadas à União Europeia, em três ocasiões (5%) são utilizados símbolos da União Europeia e por uma vez (1,7%) o jornal recorre à imagem de um edifício da União Europeia.

### **3.4. O desafio de noticiar a União Europeia em Cabo Verde**

A complexidade inerente à estrutura institucional e o modo de funcionamento da União Europeia tornam desafiante e intrincada a tarefa de a comunicar, seja institucionalmente, seja jornalisticamente. Esta é uma realidade observável no interior do espaço comunitário e sentida, de igual modo, num contexto extracomunitário.

Sem prejuízo do papel desempenhado por outras formas de comunicação, que secundarizam a função do chamado mediador, ao jornalismo continua a caber, neste exercício, um papel fundamental (O'Neill, 2013). O alargamento da rede de representações da União Europeia no mundo exige que se olhe de forma atenta para o modo como a organização comunica, é comunicada pelos *media* e percebida pelo público (Lucarelli e Fioramonti, 2010).

Questionada sobre a forma como avalia a presença da União Europeia nos *media* cabo-verdianos, a Representação em Cabo Verde, através do seu *press and information officer*, considera o nível de presença nos órgãos de comunicacional social de “globalmente bom”<sup>68</sup>. Não obstante, reconhece que “com maior interesse dos *media*, várias matérias poderiam ser mais aprofundadas e disseminadas de forma mais clara aos telespetadores, ouvintes e leitores”<sup>69</sup>.

Para ilustrar esta afirmação, o responsável cita a Parceria Especial (Comissão Europeia, 2007) e refere que nem todos os pilares que compõem o acordo são abordados de forma ampla pela comunicação social. Esta perceção está em linha com o estudo realizado, já que a análise da presença da União Europeia no *Expresso das Ilhas* permitiu observar que, do total de artigos considerados, ao longo do período de estudo, e à luz dos critérios

---

<sup>68</sup> Entrevista concedida por Veiga, João Da. Entrevista I. [11 jul. 2019]. Correio eletrónico. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice I

<sup>69</sup> Ibidem

estabelecidos, apenas 5% abordam a Parceria. Uma percentagem modesta, se considerarmos que nos referimos ao principal instrumento das relações com Cabo Verde.

É, aliás, o próprio subdiretor do *Expresso das Ilhas*, na entrevista concedida que, ao ser questionado sobre a importância para o jornal dos temas relacionados com a União Europeia, refere a existência da Parceria Especial, o que denota a relevância jornalística potencial, mesmo que não amplamente concretizada: “Cabo Verde tem uma parceria especial com a União Europeia que vem de longa data e o atual governo dispõe explicitamente no seu programa que pretende dinamizar melhor essa Parceria Especial”<sup>70</sup>.

O subdiretor do *Expresso das Ilhas* apresenta outros motivos que sustentam o interesse do jornal na União Europeia e não apenas num âmbito nacional:

“Se tivermos em conta que em vários países da União Europeia vivem cabo-verdianos cujas remessas ajudam o país a equilibrar a sua balança de pagamentos, e que os países da UE continuam a ser o principal mercado emissor de turistas, torna-se evidente que para qualquer jornal cabo-verdiano é de todo interesse a cobertura noticiosa de questões relacionadas com a União Europeia”<sup>71</sup>

Esta afirmação sugere que o jornal está atento a questões relacionadas com a União Europeia, fora do espaço estritamente nacional. Mais uma vez, esta é uma constatação corroborada pela nossa análise. Recorda-se que apesar da maioria dos artigos publicados terem um âmbito ‘nacional-interno’, uma percentagem que consideraríamos significativa, 22,4%, apresenta um âmbito ‘internacional-externo’.

Como se verifica ao longo da nossa análise, o abrangente tema do ‘financiamento/apoio da União Europeia a Cabo Verde’ representa 23,3% do total de artigos analisados. A Delegação da União Europeia, por Veiga<sup>72</sup>, considera que poderia existir uma maior “cobertura” e “desenvolvimento jornalístico” de áreas relacionadas com “o apoio orçamental e seu impacto junto das populações, do diálogo político entre líderes e instituições cabo-verdianas e europeias, dos mecanismos de cooperação diversificada, do ambiente e oportunidades de negócios para ambas as partes”.

---

<sup>70</sup> Entrevista concedida por Monteiro, António. Entrevista II. [14 jul. 2019]. Correio eletrónico. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice II

<sup>71</sup> Ibidem

<sup>72</sup> Entrevista concedida por Veiga, João Da. Entrevista I. [11 jul. 2019]. Correio eletrónico. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice I

A ideia de um reduzido desenvolvimento conferido a determinados temas, encontrará sustentação naquilo que é uma cobertura fundamentalmente com recurso ao género jornalístico ‘notícia’ (66,7% do total de artigos), geralmente sintético, com uma dimensão entre 400 a 600 palavras, cingido ao essencial, pouco desenvolvido.

Num outro momento, a Delegação da União Europeia em Cabo Verde avalia a presença de representantes da organização nos *media* cabo-verdianos como “positiva, sólida e sistemática”<sup>73</sup>. Esta perceção parece desalinhada da análise efetuada ao *Expresso das Ilhas*, da qual resultou que apenas 18,3% dos artigos analisados usam como fonte pelo menos uma personalidade (interna ou externa) representante da organização. No caso concreto da representação local, em 60 artigos, apenas por 5 vezes é citada uma personalidade da União Europeia associada à estrutura local da organização em Cabo Verde.

A imagem da União Europeia no mundo e a forma como esta é representada nos diferentes contextos e países ajuda a organização a afirmar-se e os cidadãos a construírem identidades (Lucarelli e Fioramonti, 2010). Logo, não é indiferente a forma como essa representação é feita, no caso concreto, junto dos *media*.

A representação local entende que a União Europeia “é representada globalmente de forma positiva na comunicação social cabo-verdiana”<sup>74</sup>. A análise leva a concluir que 53,3% da cobertura do *Expresso das Ilhas* é considerada ‘neutra’. A cobertura ‘positiva’ foi registada em 26,7% dos artigos. Esta cobertura maioritariamente ‘não negativa’ beneficiará do que a Delegação da União Europeia e a direção do jornal descrevem como uma boa relação entre as partes. “Deve-se salientar que em relação ao *Expresso das Ilhas* há total abertura das instituições da União Europeia na disponibilização de toda a informação solicitada”<sup>75</sup> (Monteiro, 2019), refere o subdiretor do *Expresso das Ilhas*. “Existe uma relação de vários anos baseada na confiança e no respeito da UE pela pluralidade e liberdade de expressão.

---

<sup>73</sup> Ibidem

<sup>74</sup> Ibidem

<sup>75</sup> Entrevista concedida por Monteiro, António. Entrevista II. [14 jul. 2019]. Correio eletrónico. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice II

Embora esta relação não seja linear ela é contínua e é avaliada internamente de forma positiva”<sup>76</sup>, reforça o responsável de comunicação da União Europeia.

Comunicar a Europa é uma necessidade (Niklewicz, 2017) que obriga a lidar com um sistema político, por vezes inconsistente, outras difícil de compreender (Carta, 2010), que exige preparação e especialização jornalística. Elemento que Veiga<sup>77</sup> entende faltar em Cabo Verde, o que também dificultará uma cobertura mais aprofundada.

“Seria interessante o desenvolvimento do jornalismo temático e investigativo abrangente a questões de política internacional e ao apoio orçamental. Neste quesito, uma abordagem mais aprofundada das relações com parceiros como a União Europeia e vários Estados membros seria aconselhável. A UE representa um dos principais parceiros histórico-cultural, económico e político de Cabo Verde. Seria também relevante um maior seguimento no tratamento informativo, alguns assuntos com impacto para a sociedade e economia cabo-verdiana são muitas vezes abordados de forma pouco sistematizada”<sup>78</sup>

O notado pouco desenvolvimento jornalístico de matérias relativas à União Europeia em Cabo Verde acompanha aquela que é uma tendência verificável num contexto mais global, marcado por uma mudança da prática jornalística, para um registo mais acelerado e assoberbado, com menos recursos, com o que isso implica na capacidade de descodificar a realidade (Cervi, 2007; Sousa, 2000)

Ao refletir sobre estes constrangimentos o subdiretor do *Expresso das Ilhas* reconhece a “falta de recursos”<sup>79</sup> como um dos problemas enfrentados pelo jornal. Essa escassez encontra uma expressão muito concreta no recurso sistemático a agências de notícias na edição *online* (53,8% dos artigos analisados nesta edição).

“O maior peso das agências no jornal *online*, como referido, advém da gestão dos recursos financeiros que não permite a colocação de correspondentes em cada ilha, em cada município e na nossa vasta diáspora. Para fazer jus ao seu próprio nome, *Expresso das Ilhas*, o recurso às agências nacional e estrangeiras é, de momento, incontornável”<sup>80</sup>

A presença da União Europeia no *Expresso das Ilhas* parece, então, impor-nos o devir de

---

<sup>76</sup> Entrevista concedida por Veiga, João Da. Entrevista I. [11 jul. 2019]. Correio eletrónico. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice I

<sup>77</sup> Ibidem

<sup>78</sup> Ibidem

<sup>79</sup> Entrevista concedida por Monteiro, António. Entrevista II. [14 jul. 2019]. Correio eletrónico. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice II

<sup>80</sup> Ibidem

aceitar duas dimensões concretas. Primeiro, compreender a exigência de que a União Europeia possa ser, primeiro, compreendida, para ser, depois, comunicada (Elenbaas *et al.*, 2012). Em seguida, numa perspectiva insular, parca em recursos, como a cabo-verdiana (Évora, 2007), aceitar que o jornalismo que se faz no arquipélago é, de certa forma, a imagem do próprio país.

## Conclusão

O principal traço distintivo de Cabo Verde é a sua condição arquipelágica. Insulares, diaspORIZADAS, independentes há menos de meio século, as ilhas cedo perceberam que o sucesso da sua independência em muito dependia das relações que o Estado fosse capaz de estabelecer com o resto do mundo. A habilidade diplomática permitiu-lhe, desde 1975, manter boas relações com diferentes países, mesmo em situações antagónicas, como Estados Unidos da América e China, atualmente, ou Estados Unidos e União Soviética, durante a Guerra Fria.

Nesta equação, a União Europeia apresenta-se como um dos parceiros mais consistentes, com uma relação particularmente duradoura e especialmente sólida, concretizada, por exemplo, no facto de Cabo Verde ser o único Estado africano a beneficiar de uma Parceria Especial com o bloco europeu.

Recordando que o sucesso da política externa europeia está particularmente associado à forma como a organização é vista em países terceiros – da mesma forma que o seu sucesso interno não deixará de estar relacionado com a maneira como é vista pelos cidadãos europeus – era fundamental compreender de que forma esta é representada em Cabo Verde.

Os *media* são elementos fundamentais nos processos de consolidação democrática e de legitimação. Ao serem mediadores entre representantes e representados, tornam-se porta-vozes de quem exerce o poder e de quem é sujeito a esse exercício.

O estudo das representações mediáticas da União Europeia na imprensa cabo-verdiana permitiu obter um panorama da forma como a União Europeia é noticiada no país e, deste modo, observar que informação está a ser produzida e colocada à disposição dos atores que compõem a esfera pública.

Ao partir para este estudo, colocou-se como questão de partida entender “de que forma e com que regularidade a União Europeia é representada na imprensa cabo-verdiana”. Por outras palavras, esta investigação propôs tentar compreender se a forma e frequência com

que a organização surge na imprensa está ao nível daquilo que é, de facto, uma relação estrutural para Cabo Verde.

Verificou-se que os 92 artigos publicados com a expressão “União Europeia”, ao longo do período de estudo, correspondem a 2,6% (maior na edição impressa, 7,4%, menor na edição *online*, 1,4%) do total de artigos publicado nas duas edições do *Expresso das Ilhas*, mas também se apurou que destes apenas 65,2% têm a União Europeia como elemento central e não como simples objeto de referência circunstancial. A merecer destaque, neste contexto, a anteriormente assinalada presença reduzida de fontes de informação representantes da União Europeia, tanto internas como externas.

Estes dados sugerem, à primeira vista, o que poderá ser uma lateralidade geral da União Europeia no noticiário geral do jornal. Contudo, sem elementos sobre o total de temas abordados pelo jornal e o seu peso relativo, sem estudos anteriores que nos permitam estabelecer uma base de comparação, esta conclusão poderá ser precipitada.

À pergunta de partida, este estudo juntou um conjunto de subquestões. A primeira das quais procurava perceber “que temas relacionados com a União Europeia merecem maior destaque mediático no jornal *Expresso das Ilhas*”. Concluímos pela predominância dos temas ‘economia europeia, estados membros e ação externa’ e ‘financiamento/apoio da União Europeia a Cabo Verde’. Em conjunto, estes dois temas representam quase metade (48,3%) do total de artigos. Merece especial referência o conteúdo relativo ao financiamento e apoio da União Europeia, por dizer respeito ao que definiríamos como o lado mais visível da ação da organização em Cabo Verde. Apesar da importância relativa, o facto de representar menos de um quarto dos artigos publicados (23,3%), parece corroborar a opinião expressa pela Delegação da União Europeia quando considera que poderia existir uma maior cobertura jornalística, precisamente, de matérias respeitantes ao apoio orçamental concedido ao país, bem como dos diferentes mecanismos de cooperação.

O novo paradigma da relação Europa – África procura desviar o foco de uma lógica assistencialista, colocando-o no plano das trocas comerciais. É por isso pertinente e interessante assinalar, paradoxalmente, que tal facto não encontra respaldo do noticiário do *Expresso das Ilhas*. Apenas 5% dos artigos analisados abordam as relações comerciais União Europeia – Cabo Verde.

É crescente a preocupação da União Europeia com a forma como comunica e como essa comunicação é mediada e percebida. Procurou-se apurar que tipo de cobertura jornalística é proporcionada às questões relacionadas com a União Europeia, em resposta à segunda subquestão: “a cobertura mediática conferida a temas da União Europeia é fundamentalmente positiva, negativa ou neutra?”

A cobertura do *Expresso das Ilhas* demonstrou ser neutra em mais de metade dos artigos. Ainda assim, regista-se o facto de 20% dos artigos terem sido objeto de cobertura negativa.

Estudos feitos noutros países africanos assinalaram críticas particularmente contundentes sobre a existência de uma relação Europa-África desigual ou sobre pressões comerciais classificadas como neocoloniais (Fioramonti e Kimunguyi, 2011). Na nossa análise, pese embora alguma crítica à atuação da União Europeia, por exemplo, em matéria de pescas, não foi identificado esse nível de negatividade. O caso do terreno vendido ao antigo embaixador da União Europeia em Cabo Verde foi a única cobertura consistente e sistematicamente negativa e representou 11,7% do total de artigos.

Uma das observações mais comumente feitas sobre a cobertura mediática da União Europeia, em contexto intracomunitário, aponta para um tratamento jornalístico que prioriza o âmbito nacional dos temas europeus (Nobre-Correia, 2011; Lloyd e Marconi 2014). Cientes de que Cabo Verde não é um Estado membro da União Europeia, uma das nossas subquestões propunha compreender a realidade local nesta matéria, verificando até que ponto a tendência de *national-first*<sup>81</sup> poderia ser observada: “a cobertura mediática restringe-se à atividade desenvolvida pela União Europeia em Cabo Verde e às suas relações com o país ou é dado igualmente destaque à atualidade comunitária noutros contextos?”.

A maioria de artigos de âmbito ‘nacional-interno’ (77,6%) não constitui surpresa. É expectável que a cobertura jornalística cabo-verdiana dê prioridade a uma perspetiva nacional sobre a atividade e atualidade da União Europeia. Todavia, merece destaque o caso concreto da edição impressa do jornal, na qual 34,8% de artigos analisados apresentam uma perspetiva ‘internacional-externa’ sobre a organização. Nota complementar para a publicação de artigos de opinião de personalidades internacionais e até editoriais que citam

---

<sup>81</sup> Prioridade ao nacional.

a União Europeia em temas externos a Cabo Verde, referindo o seu modelo de organização institucional, a sua economia ou as suas movimentações políticas. Estes elementos sugestionam o nível de atenção concedido à União Europeia, enquanto referencial político e económico.

As alterações recentes à indústria mediática impactaram a produção jornalística, com o aumento do número de processos produtivos em que o jornalista está envolvido. Estas mudanças têm naturais reflexos no conteúdo produzido, com frequente sacrifício da qualidade e da profundidade, em benefício da quantidade. Uma das consequências de um jornalismo mais apressado é a prevalência de artigos pequenos, sem contexto ou enquadramento.

Não surpreende que à subquestão “que géneros jornalísticos são privilegiados na cobertura mediática dada pelo jornal *Expresso das Ilhas* a temas relacionados com a União Europeia?” a análise indique a prevalência do género ‘notícia’, utilizado em 66,7% dos casos. A reportagem, o género jornalístico que proporciona maior desenvolvimento de conteúdos, é insignificante, com não mais de 3%. Esta tendência, que ajuda a compreender o porquê da União Europeia defender a necessidade de um maior desenvolvimento jornalístico das questões relativas à organização sustenta-se num outro dado, relativo ao recurso a artigos produzidos por agências de notícias, cuja principal função é a cobertura da agenda diária e não um tratamento aprofundado dos temas objeto de notícia. Na edição *online*, mais de metade dos artigos analisados (53,8%) tem autoria atribuída a uma agência, cuja principal função é a cobertura da agenda diária e não o tratamento aprofundado dos temas.

Na quinta subquestão quis-se saber “que diferenças qualitativas e quantitativas existem na forma como a União Europeia é representada nas edições *online* e impressa do jornal *Expresso das Ilhas*”. Desde logo, nota-se, na edição impressa, uma maior presença de artigos que mencionam a União Europeia como elemento central (4,8% face ao total de artigos da edição; 0,9% na edição *online*). Da análise também resulta claro que a edição *online* do jornal é mais circunstancial, mais próxima daquilo que é a agenda do dia, adstrita ao noticiário *stricto sensu*. A opção editorial do *Expresso das Ilhas* aponta para uma edição *online* que, permanente, sem horas preestabelecidas para atualização, reflete aquilo ‘que se passa no dia’, com artigos-síntese, de dimensão *media* mais reduzida que a edição impressa. A edição impressa, em contraste, está menos presa à agenda. A sua periodicidade semanal favorece a

opção editorial de, a partir de um tema atual, aprofundar a matéria, sem o imediatismo e a urgência esperados na edição *online*.

Numa perspectiva global, dir-se-ia que, se a União Europeia é notícia de forma regular, não o é com especial profundidade ou desenvolvimento. A não existência de especialização no jornalismo nacional e as dificuldades com que se deparam as redações impedirão um maior interesse e uma melhor compreensão da importância e da amplitude das relações União Europeia – Cabo Verde.

A capacitação profissional sistemática dos jornalistas, dotando-os de um maior conhecimento do funcionamento da União Europeia e do seu trabalho em Cabo Verde, poderá ajudar a suprir algumas das lacunas assinaladas.

A elaboração de um estudo em muitos aspetos pioneiro, como é o caso deste que aqui se procurou concretizar, numa perspectiva cabo-verdiana, apresenta riscos e oportunidades muito próprias. A ausência de estudos anteriores impediu que fossem estabelecidos paralelos e referências, nomeadamente ao nível das opções metodológicas, algo sempre tão importante na investigação científica. Conquanto, e contraditoriamente, é essa falta de investigação, que coloca em destaque a importância desta pesquisa.

Almeja-se, com esta dissertação, ter contribuído para um maior conhecimento da presença da União Europeia em Cabo Verde e da sua representação mediática, participando também no debate sobre a prática jornalística e comunicacional no país.



## Bibliografia

Albarello, Luc *et al.* – *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. 2<sup>a</sup> ed. Lisboa: Gradiva, 2005

Bardin, Laurence – *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995

Benson, Rodney – “Shaping the Public Sphere: Habermas and Beyond”. *The American Sociologist*. Springer. 40: 3 (2009) 175–197

Berger, Peter, L.; Luckmann, Thomas – *A Construção Social da Realidade*. 24<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004

Bossio, Diana - *Journalism and Social Media - Practitioners, Organisations and Institutions*. Cham: Palgrave Mcmillan, 2017

Burity, Caroline Rangel Travassos – “A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática”. *Contemporânea*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1: 21 (2013) 166–179

Camisão, Isabel; Coutinho, Francisco Pereira – “Acção Externa”. Em: Silveira, Alessandra; Canotilho, Mariana; Froupe, Pedro Madeira (orgs.) – *Direito da União Europeia - Elementos de Direito e Políticas da União*. Coimbra: Almedina, 2016. p. 1187–1236

Carmo, Hermano; Ferreira, Manuela Malheiro – *Metodologia da Investigação - Guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta, 1998

Carta, Caterina – “Close enough? The EU’s global role described by non-European diplomats in Brussels”. Em: Lucarelli, Sonia; Fioramonti, Lorenzo (orgs.) – *External Perceptions of the European Union as a Global Actor*. Nova Iorque: Routledge, 2010. p. 207–217

Cervi, Emerson Urizzi – “Padrão de qualidade e critérios de noticiabilidade: explicações normativas e efeitos das notícias”. *Líbero*. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero. 19 (2007) 61–72

Chaban, Natalia; Holland, Martin (orgs.) – *Communication Europe in Times of Crisis - External Perceptions of the European Union*. Nova Iorque: Palgrave Mcmillan, 2014

Coleman, Stephen; Moss, Giles; Parry, Katy – *Can the Media Serve Democracy?* Londres: Palgrave Mcmillan, 2015

Comissão Europeia - *White Paper on a European Communication Policy*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2006a

Comissão Europeia – *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões - Parceria para a comunicação sobre a Europa*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2007a

Comissão Europeia – *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o futuro das relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2007b

Comissão Europeia – *Estado da União 2016*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2016

Comissão Europeia – *Recommendation for a Council Decision authorising the opening of negotiations on a Partnership Agreement between the European Union and countries of the African, Caribbean and Pacific Group of States*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2017

Comunidade Económica Europeia – “Acordo entre a Comunidade Económica Europeia e a República de Cabo Verde relativo à pesca ao largo de Cabo Verde”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. Bruxelas. L 212, 09 de Agosto de 1990. 3-12

Comunidade Europeia – “Acordo de parceria entre os estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a comunidade europeia e os seus Estados”. *Jornal Oficial da União Europeia*. Bruxelas. L317 (00-06-23) 3-286

Conti, Nicolò; Memoli, Vincenzo - *Citizens, Europe, and the media - Have new media made citizens more eurosceptical*. Cham: Palgrave, 2016

Correia, João Carlos - *O Admirável Mundo das Notícias - Teorias e Métodos*. Covilhã: LabCom, 2011

Costa, Suzano – “A Política Externa Cabo-Verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, a Europa e as Américas”. Em: Silva, Mário; Pina, Leão de; Monteiro Jr., Paulo (orgs.) – *Estudos Comemorativos do V Aniversário do ISCJS*. Praia: Edições ISCJS, 2012. p. 331-372

Costa, Suzano – *Cabo Verde e a União Europeia: Diálogos Culturais, Estratégias e Retóricas de Integração*. Lisboa: FCSH-UNL, 2009. Dissertação de Mestrado

Council of the European Communities – *ACP-EEC Convention Of Lome signed on 28 February 1975 and related documents*. Luxemburgo: Secretariat-General - Council of the European Communities, 1975

Curran, James – *Media and Power*. Londres: Routledge, 2002

Delegação da União Europeia em Cabo Verde – *Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde*. Praia: Delegação da União Europeia em Cabo Verde, 2012

Delegação da União Europeia em Cabo Verde – *Parceria Especial União Europeia – Cabo Verde: que benefícios para os cidadãos?* Praia: Delegação da União Europeia em Cabo Verde, 2017a

Delegação da União Europeia em Cabo Verde – *O Apoio Orçamental em Cabo Verde*. Praia: Delegação da União Europeia em Cabo Verde, 2017b

Elenbaas, Matthis *et al.* – “The impact of information acquisition on EU performance judgements”. *European Journal of Political Research*. Oxford: Blackwell Publishing 51 (2012) 728–755

Elgström, Ole, Chaban, Natalia – “Studying External Perceptions of the EU: Conceptual and Methodological Approaches”. Em: Bachann, Veit; Müller, Martin (orgs.) – *Perceptions of the EU in Eastern Europe and Sub-Saharan Africa*. Londres: Palgrave Mcmillan, 2015. p. 17–33

Évora, Silvino Lopes – “Os media em Cabo Verde: percurso histórico e novas tendências”. Em: Sousa, Helena; Marinho, Sandra (edts) – *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona - Os media no espaço lusófono*. Braga: Universidade do Minho, 2017. p. 61–78

Ferreira, António Miranda; Rodrigues, António Costa; Malta, João Campos - *Estudo de impacto de um acordo de parceria económica*. Lisboa: SNEDE, 2006

Ferreira, Patrícia Magalhães - *Cabo Verde Pescas e Migrações: A outra face da moeda. O impacto das políticas da União Europeia em Cabo Verde*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flor, 2011

Fioramonti, Lorenzo; Kimunguy, Patrick – “Public and Elite Views on Europe vs. China in Africa”. *The International Spectator*. Roma: Istituto Affari Internazionali. 46:1 (2011) 69–82

Fontecuberta, Mar De – *La noticia: Pistas para percibir al mundo*. Barcelona: Paidós, 1993

Franco, Manuela – *UE-África: Em busca de parceria estratégica*. Lisboa: FLAD-IPRI, 2009

Gonçalves, António Mendes – *Política externa de Cabo Verde de 1975 a 2008*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa, 2010. Dissertação de Mestrado

Governo de Cabo Verde – *Parceria Especial Cabo Verde - UE: Quadro Orientador para a implementação*. Praia: Governo de Cabo Verde, 2008.

Graça, Camilo Querido Leitão – “A noção do «pragmatismo» na política externa de Cabo Verde: interesse nacional e opções identitárias”. Em: Delgado, José Pina; Varela, Odair Barros; Costa, Suzano (orgs) – *As Relações Externas de Cabo Verde*. Praia: Edições ISCJS, 2013. p. 267-284

Habermas, Jürgen – *Historia y crítica de la opinión pública, la transformación estructural de la vida pública*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981

Habermas, Jürgen – *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

Habermas, Jürgen – *Facticidad e Validez*. Madrid: Trota, 1998

Habermas, Jürgen – “Political Communication in Media Society – Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension?. The Impact of Normative Theory on Empirical Research”. *Communication Theory*. Nova Jersey: Wiley. 16: 4 (2006) 411–426

Heikkilä, Heikki; Kunelius, Risto – “Journalists Imagining the European Public Sphere”. *Javnost - The Public*. Londres: Routledge. 13: 4 (2006) 63–80

- Holden, Patrick; Warren, Thomas – “A Fading Presence? The EU and Africa in an Era of Global Rebalancing”. Em: Bachmann, Veit; Müller, Martin (orgs.) – *Perceptions of the EU in Eastern Europe and Sub-Saharan Africa*. Londres: Palgrave Mcmillan, 2015. p. 50–66
- Holland, Martin – *The EU and the Third World*. Basingstoke: Palgrave Mcmillan, 2002
- Ibelema, Minabere – *The African press, civic cynicism, and democracy*. Nova Iorque: Palgrave Mcmillan, 2008
- Lima, Marta – “Media e identidade(s): as notícias sobre a Europa e o mundo nos meios de comunicação social portugueses”. Em: Ribeiro, Rita; Sousa, Vitor de; Khan, Sheila (orgs.) – *A Europa no Mundo e o Mundo na Europa - Crise e Identidade*. Braga: CECS, 2017. p. 166-179
- Lloyd, John; Marconi, Cristina – *Reporting the EU*. Londres: I. B. Tauris & Co, 2014.
- Lodge, Juliet; Sarikakis, Katharine – “Communicating Europe: Political Steps to Facilitating a Public Sphere?” Em: Lodge, Juliet; Sarikakis, Katharine (orgs.) – *Communication, Mediation and Culture in the Making of Europe*. Bolonha: Il Mulino, 2013. p. 13–37
- Lucarelli, Sonia; Fioramonti, Lorenzo (edts.) – *External Perceptions of the European Union as a Global Actor*. Nova Iorque: Routledge, 2010
- Madeira, Joao Paulo – “África versus Europa: Cabo Verde no Atlântico Médio”. *Revista de Estudos Internacionais*. João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba. 4: 1 (2013) 46–59
- Marcos, Alexandre – “O papel da mídia na difusão das representações sociais”. *Comum*. Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso. 6: 17 (2001) 111–125
- Martins, Ana Isabel – *A Europa e os Media*. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.
- McQuail, Denis – “Political Communication Research in the Public Interest”. Em: Coleman, Stephan; Moss, Giles; Parry, Katy (orgs.) - *Can the Media Serve Democracy?* Londres: Palgrave Mcmillan, 2015. p. 76–86
- Medina, João Almeida – *Imprensa privada e Estado numa sociedade «orientalizada»*. Niteroi: Universidade Federal Fluminense, 2007. Dissertação de Mestrado
- Merrien, François-Xavier – “Os acordos de parceria económica entre a União Europeia e o grupo de países da África - Caribe - Pacífico. Nova Governança ou nova dependência?” *Tempo do Mundo*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 1: 1 (2009) 31–55
- Michailidou, Asimina; Trenz, Hans-Jörg – “A media perspective on political representation: online claims - making an audience formation in 2009 EP election campaigns”. Em. Kröeger, Sandra; Friedrich, Dawid (orgs.) - *The Challenge of Democratic Representation in the European Union*. Londres: Palgrave, 2012. p. 135–154.
- Monaghan, Elizabeth – “Communicating Europe: The Role of Organised Civil Society”. *Journal of Contemporary European Research*. London: UACES. 4: 1 (2008) 18–31

- Monteiro, Maria Isabel - *Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia: uma mudança de paradigma nas relações entre Cabo Verde e a UE?* Lisboa: ISEG/UTL, 2011. Dissertação de Mestrado
- Moreno, Jacqueline De Carvalho - *A Regulação da Comunicação Social em Cabo Verde na Era Digital*. Lisboa: ISCTE - IUL, 2015. Dissertação de Mestrado
- Muñoz-Torres, Juan Ramón – “Truth and objectivity in journalism”. *Journalism Studies*. Londres: Routledge. 13: 4 (2012) 566–582
- Neverla, Irene – “The Birth of a European Public Sphere through european media reporting of risk communication”. *European Societies*. Londres: Routledge. 13: 49: 5 (2007) 705–718
- Niklewicz, Konrad – “EU’s pressing communication challenge”. *Przeegląd Politologiczny*. Poznań: Wydawnictwo WNPiD. 4 (2016) 195–205.
- Niklewicz, Konrad - *We Need to Talk about the EU - European Political Advertising in the Post-Truth Era*. Bruxelas: Wilfried Martens Centre for European Studies, 2017
- Nobre-Correia, José Manuel – “Os Media e a Europa - sistema mediático da união, a sociedade civil e a identidade europeia”. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*. Lisboa: Universidade Lusófona 5/6 (2011) 17–24
- Nunn, Alex; Price, Sophia – “Managing Development: EU and African Relations through the Evolution of the Lomé and Cotonou Agreements”. *Historical Materialism*, Londres: SOAS, University of London. 12: 4 (2005) 203–230.
- O’Neill, Onora – “Media Freedoms and Media Standards”. Em: Couldry, Nick; Madianou, Mirca; Pinchevski, Amit (orgs.) – *Ethics of Media*. Londres: Palgrave Mcmillan, 2013. p. 21–38
- Pereira, Fabrícia - *A Europa nos Media - Estudo de Caso sobre a europeização da esfera pública portuguesa*. Lisboa: UNL-FCSH, 2010. Dissertação de Mestrado
- Pereira, Francisco Manuel Rente Nunes – *União Europeia e os Países de África, Caraíbas e Pacífico - Meio século de Parceria*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. Dissertação de Mestrado
- Phillips, Angela – “Journalism, Ethics and the Impact of Competition”. Em: Couldry, Nick; Madianou, Mirca; Pinchevski, Amit (orgs.) – *Ethics of Media*. Londres: Palgrave Mcmillan, 2013. p. 255–270
- Radenovi, Milan Rados – “Opinião Pública Mundial: Formar ou Manipular”. *Prisma*. Porto: Universidade do Porto. 2 (2006) 93–121
- Rocha, Heitor Costa Lima – “Verdade e rigor no Jornalismo: A intersubjetividade como referência na construção da notícia”. *Estudos em Comunicação*. Covilhã: Labcom.IFP. 2 (2007) 171–183
- Rodrik, Dani – “Em defesa do populismo económico”. *Expresso das Ilhas*. Praia (31 jan. 2018). 22

Sena, Nilza Mouzinho - Espaço público, opinião e democracia. *Estudos em Comunicação*. Covilhã: Labcom.IFP. 1 (2007) 270–304

Sindzingre, Alice N. – *From an eroding model to questioned trade relationships: The European Union and Sub-Saharan Africa*. Atenas: University of the Peloponnese. 2014

Smith, Anthony D. – *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997

Soares, Murilo César - Representações e comunicação: uma relação em crise. *Líbero*. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero. 20 (2007) 47-56

Sousa, Jorge Pedro - *As notícias e os seus efeitos - As «teorias» do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. Coimbra: Minverva Editora, 2000

Sousa, Jorge Pedro - *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2ª ed. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006

Tavares, Adilson De Jesus Cabral – “Cabo Verde e os desafios da política internacional contemporânea”. *Revista de Estudos Políticos*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 7 (2013) 212–235

Taylor, Ian - *Bait and Switch: The European Union's incoherency towards Africa*. Atenas: University of the Peloponnese. 2015

Terra, Ana Lúcia - *As Políticas de Informação e de Comunicação da União Europeia - Uma leitura diacrónica e exploratória no âmbito da Ciência da Informação*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008. Dissertação de Doutoramento

Traquina, Nelson - *A tribo jornalística*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004

Triga, Vasiliki; Vadratsikas, Konstantinos – *The Impact of Media Representations of the EU and its Policies on European Identity*. Limassol: COHESIFY, 2017

União Europeia – “Acordo entre a União Europeia e a República de Cabo Verde sobre a facilitação da emissão de vistos de curta duração para os cidadãos da República de Cabo Verde e da União Europeia”. *Jornal Oficial da União Europeia*. Bruxelas. L282, 24 de Outubro de 2013a. 3-12

União Europeia – “Acordo entre a União Europeia e a República de Cabo Verde relativo à readmissão de pessoas que residem sem autorização”. *Jornal Oficial da União Europeia*. Bruxelas. L282, 24 de Outubro de 2013b. 15-34

União Europeia – “Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia”. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. Bruxelas. C346, 18 de Dezembro de 2000. 1-22

Vala, Jorge – “A Análise de Conteúdo”. Em: Silva, A. Santos; Madureira, J. (orgs.) - *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Afrontamento, 1986. p. 101-128

Varela, Aquilino José Manuel L. – “África e a União Europeia: As Fronteiras de um devimamente”. Em: Silva, Mário; Pina, Leão de; Monteiro Jr., Paulo (orgs.) – *Estudos Comemorativos do V Aniversário do ISCJS*. Praia: Edições ISCJS, 2012. p. 277-307

Weaver, David H. – “Journalists, Journalism and Research”. Em: Coleman, Stephan; Moss, Giles, Parry, Katy (orgs.) – *Can the Media Serve Democracy?* Londres: Palgrave Mcmillan, 2015. p. 87–98.

Wolf, Mauro - *Teorias da Comunicação*. 8ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003

Wolton, Dominique – “As contradições do espaço público mediatizado”. *Revista de Comunicação e Linguagens – Comunicação e Política*. Lisboa: Edições Cosmos. 21–22 (1995) 167–188

Wolton, Dominique – *É preciso salvar a comunicação*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006

Woodrow, Alain – *Informação, Manipulação*. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1996

## Webgrafia

Aguiar, Leonel Azevedo de – *Os valores-notícia como efeitos de verdade na ordem do discurso jornalístico*. Santos: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007. Comunicação em XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Em Linha: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0832-2.pdf>. [Consult. 2 set. 2018]

Comissão Europeia - *Common Visa Application Centres and introduction of biometrics in Visa Information System (VIS) will reinforce internal security and facilitate legitimate travelling to EU*. Bruxelas: Comissão Europeia, 2006b. Em Linha: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-06-717\\_hu.htm?locale=EN](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-06-717_hu.htm?locale=EN). [Consult. 10 mar. 2019]

European External Action Service – *Comunicado conjunto (Parceria Especial UE/Cabo Verde). 2017*. Bruxelas: European External Action Service, 2017. Em Linha: [https://eeas.europa.eu/delegations/chile/33679/comunicado-conjunto-parceria-especial-uecabo-verde\\_hu](https://eeas.europa.eu/delegations/chile/33679/comunicado-conjunto-parceria-especial-uecabo-verde_hu). [Consult. 10 abr. 2019]

European External Action Service - *União Europeia e Cabo Verde intensificam a cooperação em investigação e inovação marinha*. Bruxelas: European External Action Service, 2018a. Em Linha: [https://eeas.europa.eu/delegations/cabo-verde\\_pt/54297/Uni%C3%A3o%20Europeia%20e%20Cabo%20Verde%20intensificam%20a%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20em%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o%20marinha](https://eeas.europa.eu/delegations/cabo-verde_pt/54297/Uni%C3%A3o%20Europeia%20e%20Cabo%20Verde%20intensificam%20a%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20em%20investiga%C3%A7%C3%A3o%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o%20marinha). [Consult. 10 abr. 2019]

European External Action Service – *A União Europeia renova Protocolo do Acordo de parceria de pesca sustentável com Cabo Verde*. Bruxelas: European External Action Service, 2018b. Em Linha: [https://eeas.europa.eu/delegations/guinea/52312/uni%C3%A3o-europeia-renova-protocolo-do-acordo-de-parceria-de-pesca-sustent%C3%A1vel-com-cabo-verde\\_pt](https://eeas.europa.eu/delegations/guinea/52312/uni%C3%A3o-europeia-renova-protocolo-do-acordo-de-parceria-de-pesca-sustent%C3%A1vel-com-cabo-verde_pt). [Consult. 10 abr. 2019]

Inforpress – “BBC filma documentário em Monte Trigo”. *Expresso das Ilhas*. Praia (07 mai. 2018a) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/cultura/2018/05/07/bbc-filma-documentario-em-monte-trigo/58002> [Consult. 05 mai. 2019]

Inforpress - “Polícia Judiciária reforça capacidade técnica”. *Expresso das Ilhas*. Praia (09 mai. 2018b) Em linha: <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/05/09/policia-judiciaria-reforca-capacidade-tecnica/58026> [Consult. 05 mai. 2019]

Junior, Alfredo Eurico Vizeu Pereira – “Jornalismo e Representações Sociais: algumas considerações”. *e-compós*. Brasília: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação. 1 (2004) Em linha: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/18/19> [Consult. 10 abr. 2019]

Koçan, Gürcan – “Models of public sphere in political philosophy”. *Eurosphere online working papers series*. Eurosphere project. 2 (2008) Em linha: <https://docplayer.net/39798588-Models-of-public-sphere-in-political-philosophy.html> [Consult. 12 abr. 2019]

Montezinho, Jorge – “Acordos de facilitação de vistos e de readmissão de ilegais: os dois lados da moeda para Cabo Verde”. *Expresso das Ilhas*. Praia (15 mar. 2014). Em linha: <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/07/16/ue-formaliza-apoio-orcamental-adicional-de-mais-de-um-milhao-de-contos-a-cabo-verde/590931> [Consult. 19 ago. 2018]

Papagiannas, Stavros – “Communication: The weak part of European integration”. *Euractiv*. Bruxelas (5 set. 2017) Em linha: <https://www.euractiv.com/section/politics/opinion/communication-the-weak-part-of-european-integration/> [Consult. 14 ago. 2018]

Silva, Filipe Carreira da - *Espaço Público em Habermas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002. Em linha: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/22584?mode=full> [Consult. 20 mar. 2019]

Silva, Terezinha; França, Vera – “Jornalismo, noticiabilidade e valores sociais”. *e-compós*. Brasília: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação 20:3 (2017) Em linha: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1398> [Consult. 15 fev. 2019]

Sousa, Jorge Pedro - *Elementos de jornalismo impresso*. Porto: BOCC, 2001. Em linha: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf> [Consult. 15 fev. 2019]

Tsuruoka, Michito - *How External Perceptions of the European Union are Shaped: Endogenous and Exogenous Sources*. Bruxelas: GARNET, 2008. Comunicação em conferência ‘The EU in International Affairs’. Em linha: [https://www.ies.be/files/repo/conference2008/EUinIA\\_V\\_1\\_Tsuruoka.pdf](https://www.ies.be/files/repo/conference2008/EUinIA_V_1_Tsuruoka.pdf). [Consult. 5 fev. 2019]

Verdet, Isabel; Onghena, Yolanda – “Comunicar Europa: ¿es realmente tan complicado?” *Opinion - Dinámicas Interculturales*. Barcelona: CIDOB. 308 (2015) 1–2.. Em linha: [https://www.cidob.org/en/articulos/monografias/europe\\_behind\\_mis\\_understandings/communicating\\_europe/comunicar\\_europa\\_es\\_realmente\\_tan\\_complicado](https://www.cidob.org/en/articulos/monografias/europe_behind_mis_understandings/communicating_europe/comunicar_europa_es_realmente_tan_complicado) [Consult. 5 mar. 2019]

Varela, Odair – “Uma máquina burocrática ao serviço do ocidente? Cabo Verde e o acordo de readmissão com a União Europeia”. Lisboa: ISCTE-IUL, 2014. Comunicação em 5th European Conference on African Studies. Em linha: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7537> [Consult. 15 fev. 2019]

- 
-

## **Apêndices**



**Apêndice 1 – Entrevista I a João Da Veiga, *press and information officer*  
da Delegação da União Europeia em Cabo Verde**



*Entrevista respondida por e-mail a 11 de julho de 2019*

**Em linhas gerais, como é que avaliam o nível de presença da União Europeia nos *media* cabo-verdianos?**

Consideramos o nível de presença da UE nos *media* cabo-verdianos globalmente de bom. Acreditamos que com maior interesse dos *media* várias matérias poderiam ser mais aprofundadas e disseminadas de forma mais clara aos telespetadores, ouvintes e leitores. Por exemplo, no âmbito da Parceria Especial (composta por seis pilares e três novas áreas de cooperação) nem todos os pilares/áreas são abordados de forma abrangente pela Comunicação social. O desenvolvimento nem sempre é visto na sua perspetiva sustentável e integrada na agenda 2030, apoiada pela UE.

Ainda, aliada à cobertura de eventos ligados a financiamentos e subvenções, ao acordo de pesca e a mobilidade poder-se-ia abranger também a cobertura e o desenvolvimento jornalístico do apoio orçamental e seu impacto junto das populações, do diálogo político entre líderes e instituições cabo-verdianas e europeias, dos mecanismos de cooperação diversificada, do ambiente e oportunidades de negócios para ambas as partes, etc.

**Em concreto, como é que avaliam a presença de personalidades da UE, nomeadamente ligadas à representação local (embaixadora ou outros), nos *media* cabo-verdianos?**

Consideramos esta presença como sendo positiva, sólida e sistemática. Trata-se com efeito de uma presença centrada genericamente na disseminação de mensagens-chave ligadas às relações entre a UE e Cabo Verde. Sistemática porque a Delegação da UE em Cabo Verde emite Comunicados de Imprensa sobre todos os temas relevantes para a a UE e Cabo Verde, frequentemente desta comunicação resulta uma cobertura mediática em forma de entrevistas ou divulgação da informação pelas Agências de notícias e replicadas pelos diversos *media*. Sólida na medida em que existe uma relação de vários anos baseada na confiança e no respeito da UE pela pluralidade e liberdade de expressão. Embora esta relação não seja linear é ela é contínua e é avaliada internamente de forma positiva. Sólida atendendo a que a UE está presente nos *media* independente das legislaturas e conjunturas políticas internas. Da parte da UE, as mensagens são preparadas para o público local e europeu que visita ou vive em Cabo Verde.

A presença da personalidade da UE nos *media* é assegurada pela Embaixadora, em casos pontuais pelo Encarregado de Negócios - Chefe de Delegação Adjunto e pelo Chefe de Cooperação.

**Consideram existir interesse por parte dos *media* em relação às questões da União Europeia?**

Sim, existe um interesse embora este poderia ser maior atendendo à excelência das relações entre a União Europeia e Cabo Verde. Seria interessante o desenvolvimento do jornalismo temático e investigativo abrangente a questões de política internacional e ao apoio orçamental. Neste quesito, uma abordagem mais aprofundada das relações com parceiros como a União Europeia e vários Estados membros seria aconselhável. A UE representa um dos principais parceiros histórico-cultural, económico e político de Cabo Verde. Seria também relevante um maior seguimento no tratamento informativo, alguns assuntos com impacto para a sociedade e economia cabo-verdiana são muitas vezes abordados de forma pouco sistematizada.

**Que áreas de ação da UE em Cabo Verde são prioritárias na vossa estratégia de comunicação?**

Áreas ligadas às nossas relações político-diplomáticas e de cooperação. Concretamente, a Parceria Especial, a Parceria para a Mobilidade e demais acordos e instrumentos de cooperação existentes entre ambas as partes. A comunicação sobre as áreas escolhidas para subvenções à sociedade civil, através de projetos, também tem um papel relevante.

**Que papel tem, nessa estratégia, a comunicação de questões ligadas à Parceria Especial?**

Ocupa um papel fulcral. O essencial da nossa comunicação é centrada na Parceria Especial, embora nem sempre dita de forma explícita, pois se trata do principal instrumento das relações políticas e de cooperação entre a UE e CV.

**E à mobilidade?**

Idem à Parceria Especial mas esta é por vezes divulgada de forma mais "discreta" pela UE atendendo à sensibilidade política que encerra, sobretudo para alguns Estados membros e para as autoridades cabo-verdianas.

**Procuram dar alguma visibilidade particular, do ponto de vista mediático, aos projetos financiados ou apoiados pela UE ou deixam que sejam as entidades executantes a tratar da sua mediatização?**

A UE tem uma estratégia de comunicação que passa inevitavelmente pelos projetos implementados em Cabo Verde. Os projetos representam provavelmente a parte mais visível do trabalho desenvolvido pela UE para a sociedade. No entanto, é importante frisar que os projetos na sua globalidade representam menos de 10% do apoio que a União Europeia cede a Cabo Verde sendo a maioria através do Apoio Orçamental, mais de 90% do total. A comunicação sobre os projetos é feita através da comunicação social mas também e sobretudo das várias redes de comunicação da UE e das organizações implementadoras. Cada organização implementadora tem a obrigação contratual de fazer comunicação e visibilidade sobre o projeto na comunicação social e nas redes sociais, etc.

**Quais as principais dificuldades com que se deparam na implementação da vossa estratégia de comunicação, em particular ao nível dos *media* tradicionais?**

Inexistência de jornalismo especializado em questões europeias ou temas relacionados com as relações e a cooperação entre a UE e Cabo Verde dificultando por vezes a disseminação de mensagens com a abrangência necessária para a sociedade. Ainda, algum desconhecimento da missão principal da UE e do fundamental das relações entre a UE e CV.

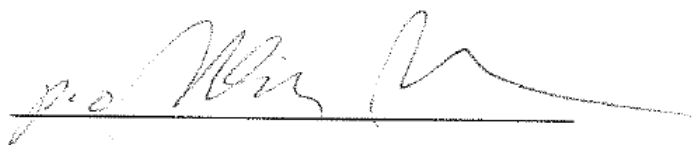
**Em Cabo Verde, a União Europeia é globalmente representada, do ponto de vista mediático, de forma positiva (favorável), negativa (desfavorável) ou neutra (nem favorável nem desfavorável)?**

Segundo os dados de que dispomos é representada globalmente de forma positiva na comunicação social cabo-verdiana.

## AUTORIZAÇÃO

Eu JOÃO DA VEIGA, autorizo **Nuno Miguel Andrade Ferreira** estudante do **Mestrado em Estudos Sobre a Europa**, da Universidade Aberta, em Portugal, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração da sua dissertação de mestrado, com o título "**Representações mediáticas da União Europeia na imprensa cabo-verdiana**", orientada pela Professora Doutora Maria do Céu Marques.

Praia, 21 de Julho de 2019.



Assinatura do entrevistado



**Apêndice 2 – Entrevista II a António Monteiro, subdiretor do jornal  
*Expresso das Ilhas***



*Entrevista respondida por e-mail, a 14 de julho de 2019*

**Para Cabo Verde, e para um jornal cabo-verdiano, que interesse pode ter a cobertura noticiosa de questões relacionadas com a União Europeia?**

Cabo Verde tem uma parceria especial com a União Europeia que vem de longa data e o actual governo dispõe explicitamente no seu programa que pretende dinamizar melhor essa parceria especial. Se tivermos em conta que em vários países da União Europeia vivem cabo-verdianos cujas remessas ajudam o país a equilibrar a sua balança de pagamentos, e que os países da UE continuam a ser o principal mercado emissor de turistas, torna-se evidente que para qualquer jornal cabo-verdiano é de todo interesse a cobertura noticiosa de questões relacionadas com a União Europeia.

**Existe algum critério editorial predeterminado para conferir alguma visibilidade a questões da União Europeia? Se não, que critérios são habitualmente usados?**

Obviamente que não existe nenhum critério pré-determinado para o jornal conferir uma atenção especial a questões da União Europeia. Até porque, como estabelece o seu Estatuto Editorial, o único compromisso do jornal é com os seus leitores, aos quais oferece um jornalismo de qualidade, baseado no rigor e na isenção sem qualquer dependência ideológica, política ou económica. Os critérios utilizados são essencialmente jornalísticos, no intuito de oferecer aos nossos leitores uma informação variada, mas de interesse nacional e público.

**A análise do conteúdo feita ao jornal Expresso das Ilhas, nas suas edições *online* e impresso, permitiu observar diferenças, por exemplo, ao nível dos temas, dimensão dos artigos (maiores no impresso que no *online*), géneros jornalísticos (mais diversificado no impresso, essencialmente notícias no *online*) e autores (mais jornalistas ou redação no impresso, mais agências no *online*). Em geral, o Expresso das Ilhas tem abordagens editoriais diferentes entre as suas duas edições? O que distingue as edições impressa e *online* do jornal?**

O principal distintivo é seguramente o carácter das duas edições: o Expresso das Ilhas impresso tem uma única edição semanal e o *Online* é diário e com actualizações durante o dia. Obviamente que se podem notar diferenças entre as duas edições. Com a nova direcção, a partir de Agosto de 2010, o jornal traz semanalmente um editorial do jornal, uma experiência inédita no jornalismo cabo-verdiano. Também, como forma de oferecer aos seus leitores uma informação variada sobre grandes temas da actualidade, o jornal criou secções permanentes de Economia, Cultura, Sociedade, Desporto, Mundo, Lazer e Ciência e Tecnologia. A abordagem editorial é essencialmente a mesma. O que muda é unicamente a estratégia para dar resposta às exigências dos dois tipos de leitores de jornalismo, nomeadamente, o impresso e *online*. O maior número de autores e da redacção no impresso tem a ver com o próprio historial do jornal e com imperativos financeiros. De facto, primeiro surgiu o Expresso das Ilhas impresso e só depois o Expresso *Online*. Inicialmente o *online* era uma extensão do jornal impresso para que deixasse de ser menos um “diário que chegasse uma vez por semana às bancas”. Assim, os jornalistas do jornal impresso escreviam também para o *online* e eram (e são ainda) escalados aos fins-de-semana para o *online*. O maior peso das agências no jornal *online*, como referido, advém da gestão dos recursos financeiros que não permite a colocação de correspondentes em cada ilha, em cada município e na nossa

vasta diáspora. Para fazer jus ao seu próprio nome, Expresso das Ilhas, o recurso às agências nacional e estrangeiras é, de momento, incontornável.

**Na edição impressa, observa-se a publicação regular de artigos de opinião de autores estrangeiros. A que se deve esta opção?**

O objectivo é manter os nossos leitores informados sobre as grandes questões da actualidade internacional, numa perspectiva isenta e num ambiente de liberdade e pluralismo. Assim, semanalmente, trazemos aos nossos leitores a opinião de destacados colunistas da cena internacional com o objectivo de complementar as duas páginas do jornal da Secção Mundo elaboradas pelos nossos jornalistas com recurso a agências internacionais, mas deixando como explícita a relação do jornal a esses acontecimentos internacionais.

**Cerca de 44% dos artigos publicados na edição impressa, que tinham a União Europeia como um elemento central, mereceram algum tipo de destaque de primeira página. Que critérios existem para que um artigo mereça ser destacado na primeira página?**

De acordo com a linha editorial do jornal o critério principal é a importância de artigo em relação à matéria.

**Que critérios existem na escolha de fotografias que acompanham os textos?**

Esse é, de facto, o Calcanhar de Aquiles na escolha de fotografias que acompanham as peças publicadas no jornal impresso e *online* do Expresso das Ilhas. Depois de várias tentativas infrutíferas de contratar um fotógrafo permanentemente na redacção do Expresso das Ilhas, o jornal tem-se recorrido aos seus arquivos ou às fotografias disponíveis na Internet.


**Quais são as maiores dificuldades sentidas pelo jornal na cobertura de temas da União Europeia? (ex: falta de informação, dificuldade de acesso a fontes, linguagem técnica, etc).**

De facto, a maior dificuldade relaciona-se com a falta de recursos financeiros para fazer descolar os nossos jornalistas à Europa para a cobertura de temas que se relacionam com a União Europeia. Deve-se salientar que em relação ao Expresso das Ilhas há total abertura das instituições da União Europeia na disponibilização de toda a informação solicitada.

## AUTORIZAÇÃO

Eu Antonio Monteiro autorizo **Nuno Miguel Andrade Ferreira** estudante do **Mestrado em Estudos Sobre a Europa**, da Universidade Aberta, em Portugal, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração da sua dissertação de mestrado, com o título "**Representações mediáticas da União Europeia na imprensa cabo-verdiana**", orientada pela Professora Doutora Maria do Céu Marques.

Praia, 22 de julho de 2019.

  
Assinatura do entrevistado